

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

LAYLIENE KAWANE DE SOUZA DIAS

**O DEBATE SOBRE DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NO PROCESSO DE FORMAÇÃO
PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL**

JUIZ DE FORA

2025

LAYLIENE KAWANE DE SOUZA DIAS

**O DEBATE SOBRE DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NO PROCESSO DE FORMAÇÃO
PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, para obtenção do título de mestre em Serviço Social.

Linha de Pesquisa: Serviço Social e Sujeitos Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Isaura Gomes de Carvalho Aquino.

JUIZ DE FORA

2025

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Dias, Layliene Kawane de Souza.

O DEBATE SOBRE DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NO PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL / Layliene Kawane de Souza Dias. -- 2025.
150 p.

Orientadora: Isaura Gomes de Aquino
Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2025.

1. Diversidade sexual e de gênero. 2. Serviço Social. 3. Formação Profissional. 4. Sistema patriarcal-racista-capitalista. 5. Questão Social. I. Aquino, Isaura Gomes de , orient. II. Título.

LAYLIENE KAWANE DE SOUZA DIAS

**O DEBATE SOBRE DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NO PROCESSO DE FORMAÇÃO
PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, para obtenção do título de mestre em Serviço Social.

Linha de Pesquisa: Serviço Social e Sujeitos Sociais.

Aprovada em 17 de março de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Isaura Gomes de Carvalho Aquino – Orientadora
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Prof.^a Dr.^a Yolanda Aparecida Demetrio Guerra
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Prof. Dr. Robson de Oliveira
Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Juiz de Fora, 07/02/2025.



Documento assinado eletronicamente por Isaura Gomes de Carvalho Aquino, Professor(a), em 19/03/2025, às 18:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Yolanda Aparecida Demetrio Guerra, Professor(a), em 20/03/2025, às 10:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Robson de Oliveira, Usuário Externo, em 20/03/2025, às 12:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador 2234224 e o código CRC D88E3416.

*À minha mãe,
que teve suas asas cortadas ainda cedo,
mas mesmo assim me ensinou a voar.*

AGRADECIMENTOS

*Oro mi má, Oro mi maió,
Oro mi maió, Yabado oyeyeo!
(saudação à Oxum)*

E como já diz a velha canção em *yorubá*, *Deus é mar, Deus é maior, foi ele quem me ajudou a vencer*. A caminhada até aqui foi árdua e nos momentos de desespero foi na fé que me apoiei. Não poderia iniciar esses agradecimentos de outra forma, foi a espiritualidade, a umbanda, meus guias e orixás que me fizeram ter forças para findar mais essa etapa importante da minha trajetória pessoal, acadêmica e profissional. Axé!

Chegar neste momento, ainda, me permite refletir sobre os inícios - que também são fins -, e sobre os fins - que também são inícios -. Finalizo essa etapa com a sensação de dever cumprido ao recordar do início dessa jornada, recém saída da graduação, recém chegada em um novo Estado, com um povo até então desconhecido, mas que me recebeu de braços abertos. Finalizo essa etapa com a ânsia de novos inícios, de continuidades, rupturas e a busca por conhecimentos que me moveram até aqui.

Finalizo essa etapa com os olhos cheios de lágrimas por ver tão longe consegui chegar, com o suor de minha mãe e de meu pai, que abdicaram de tantas coisas para que eu pudesse estar aqui. Filha de diarista e auxiliar de pedreiro, futura mestra por uma universidade pública. Mãe, sem teu apoio e incentivo desde meus primeiros anos de vida eu não seria metade do que sou hoje. Obrigada por confiar em mim e em cada um dos meus sonhos, ainda que isso me leve para cada vez mais longe de seus braços, luto diariamente para conseguir retribuir tudo o que fez e ainda faz por mim. Pai, obrigada por tudo.

Agradeço também aos meus grandes amores, pessoas que seguiram ao meu lado mesmo com os quilômetros de distância, que se fizeram presentes diariamente, me fortaleceram e me ampararam: Luana Portela, Barbara Abila, Vilma Alves e Ana Luiza Vieira. Vocês me ensinam diariamente sobre o amor, sobre amizade e sobre companheirismo. Obrigada!

Aos amigos que me acompanham desde o ensino médio: Jenifer, Elvis, Andressa e Nicolle. São praticamente 10 anos de amizade e muitas vivências partilhadas.

Aos amigos que fiz em Juiz de Fora e que me acolheram com tanto carinho, em especial a minha turma de mestrado (2023) que não poderia ser melhor. Com muito riso, piadas, lanchinhos, cafés, acolhimento e até lágrimas, conseguimos! Aprendi muito com cada um de vocês e tenho muito orgulho dessa nossa caminhada: Bruna, Carina, Isadora, Lígia, Mariana, Paula e Samuel. Também à minha amiga Ana Luiza Tavares que me inspira desde a graduação.

À Meg e Lupita pelo amor tão puro, acompanhado de mordidas e alguns punhados de pelos.

À minha psicóloga Aline por todo apoio neste período e tantos outros.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), agência de fomento que possibilitou minha permanência em Juiz de Fora e desenvolvimento da pesquisa.

Aos meus professores, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFJF, Paulo e Monaliza, por toda a assistência durante o mestrado. Em especial a minha orientadora Isaura Gomes de Aquino que assumiu a desafiadora tarefa de me orientar, mesmo não tendo muito contato junto a minha temática de pesquisa.

Aos membros da minha banca examinadora pelo aceite em participar deste momento tão especial, professora Yolanda Guerra, professor Robson de Oliveira e as professoras suplentes Carina Moljo e Elziane Olina. Muito obrigada!

E por último, mas não menos importante, agradeço a mim. Sempre ouvi dizer que a pós-graduação era um processo solitário e apesar dos afetos e amizades mantidas, a maior parte deste tempo só tive a mim como companhia. Foram dois anos que serviram também como autoconhecimento, onde pude crescer, amadurecer, aprender com meus erros e buscar, constantemente, ser minha melhor versão em todos os aspectos da minha vida. Com o coração leve, posso dizer que tenho orgulho da Layliene que se encontra escrevendo esses agradecimentos hoje, que não se deixou abalar pelo cansaço, saudades de casa e por tantos obstáculos encontrados pelo caminho.

Essa pesquisa é fruto de inúmeros momentos, pessoas, memórias, vozes, rostos, é fruto de inquietações, rebeldia, ânsia por mudanças, fruto de muita esperança, de sonhos, da busca por voz, da defesa de vidas. Essa pesquisa é fruto de fins e inícios. E me sinto pronta para minha próxima jornada: que venha o doutorado.

*“Exu matou um pássaro ontem
com uma pedra que só jogou hoje.”
(Ditado em yorubá)*

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo central apresentar subsídios para a inserção do debate sobre diversidade sexual e de gênero no processo de formação profissional em Serviço Social. Inicialmente, parte-se da compreensão de que a questão social, objeto de trabalho de assistentes sociais, na particularidade brasileira é determinada pelas relações sociais de classe, raça e gênero (incluindo a sexualidade), ou seja, para apreensão da questão social no país, deve-se considerar para além do sistema capitalista, o patriarcado e racismo, visto que tais sistemas de dominação e exploração se imbricam em um “nó”, conformando o sistema patriarcal-racista-capitalista. Considerando a apreensão da realidade social enquanto totalidade, defende-se que a formação profissional em Serviço Social deve abordar em seu interior discussões a respeito das relações patriarcais de gênero e sexualidade. Destaca-se ainda, no âmbito do Serviço Social, o compromisso que as entidades representativas da categoria profissional assumiram com tais debates sobretudo a partir dos anos 2000 e questiona-se se o mesmo processo pode ser vislumbrado na formação profissional. Assim sendo, para além de pesquisa bibliográfica foi realizada pesquisa documental junto as diretrizes curriculares de 1996 da ABEPSS e aos Projetos Pedagógicos dos Cursos destacando as disciplinas que abordam as categorias “gênero”, “diversidade sexual” e “sexualidade” em seus títulos, ementas, objetivos e/ou referências bibliográficas. A pesquisa foi realizada com 11 instituições de ensino superior federais públicas que ofertam a graduação em Serviço Social de diferentes regiões do país, e demonstrou que o debate é abordado, em maior parte, através da apreensão das relações sociais, de gênero e patriarcado, seguido das discussões a respeito do direito, políticas públicas e sociais. A pesquisa também apontou que há uma presença de diferentes perspectivas teóricas nas referências bibliográficas referente a tais temáticas, entretanto, a dissertação demonstra a possibilidade de se abordar o debate de diversidade sexual e de gênero na formação profissional através da teoria social crítica marxista e reconhecendo a imbricação do sistema patriarcal-racista-capitalista na particularidade brasileira.

Palavras-chave: Diversidade sexual e de gênero; Serviço Social; Formação Profissional; Sistema patriarcal-racista-capitalista; Questão Social.

ABSTRACT

The main objective of this dissertation is to present support for the inclusion of the debate on sexual and gender diversity in the process of professional training in Social Work. Initially, it is understood that the social issue, the object of work of social workers, in particular in Brazil, is determined by social relations of class, race and gender (including sexuality). In other words, in order to understand the social issue in the country, one must consider not only the capitalist system, but also patriarchy and racism, since such systems of domination and exploitation are intertwined in a “knot”, forming the patriarchal-racist-capitalist system. Considering the understanding of social reality as a whole, it is argued that professional training in Social Work should address discussions about patriarchal relations of gender and sexuality. Also noteworthy, within the scope of Social Work, is the commitment that the entities representing the professional category have assumed with such debates, especially since the 2000s, and it is questioned whether the same process can be glimpsed in professional training. Therefore, in addition to bibliographic research, documentary research was carried out on the 1996 ABEPSS curricular guidelines and the Pedagogical Projects of the Courses, highlighting the disciplines that address the categories “gender”, “sexual diversity” and “sexuality” in their titles, syllabuses, objectives and/or bibliographic references. The research was conducted with 11 public federal higher education institutions that offer undergraduate courses in Social Work from different regions of the country, and demonstrated that the debate is approached, in most part, through the apprehension of social relations, gender and patriarchy, followed by discussions about law, public and social policies. The research also indicated that there is a presence of different theoretical perspectives in the bibliographic references regarding such themes; however, the dissertation demonstrates the possibility of approaching the debate on sexual and gender diversity in professional training through Marxist critical social theory and recognizing the imbrication of the patriarchal-racist-capitalist system in the Brazilian particularity.

Keywords: Sexual and gender diversity; Social Service; Professional Training; Patriarchal-racist-capitalist system; Social Issue.

LISTA DE SIGLAS

ABESS	Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CAPES	Coordenação De Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CES	Câmara de Educação Superior
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CH	Carga Horária
CNE	Conselho Nacional de Educação
CR	Crédito
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
DPG/CNPq	Diretório Geral dos Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
GGB	Grupo Gay da Bahia
GTP	Grupo Temático de Pesquisa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Ensino Superior
IST	Infecções Sexualmente Transmissíveis
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Travestis, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não binárias e demais identidades de gênero e sexualidade
MBL	Movimento Brasil Livre
MESS	Movimento Estudantil de Serviço Social
MEC	Ministério da Educação
OMS	Organização Mundial de Saúde
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
PT	Partido dos Trabalhadores
STF	Supremo Tribunal Federal
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFs	Universidades Federais
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFMG	Universidade Federal de Campina Grande
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo

UFF	Universidade Federal Fluminense
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFJF	Universidade Federal do Juiz de Fora
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
FRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UNB	Universidade de Brasília
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO:

1. INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Considerações iniciais:	15
1.2 Procedimentos metodológicos:.....	17
2. DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NO BRASIL E SUAS DETERMINAÇÕES MATERIAIS	23
2.1 Determinações materiais de gênero e sexualidade a partir do pensamento de Marx e Engels	24
2.1.1 Família, propriedade privada e divisão sexual do trabalho	29
2.2 Formação sócio-histórica brasileira e a consolidação do sistema patriarcal-racista- capitalista no país.....	35
2.2.1 Brasil Colônia: gênero e sexualidade	40
2.2.2 Capitalismo dependente.....	45
2.3 Relações patriarcais de gênero e sexualidade na particularidade brasileira	48
2.3.1 Movimento LGBTQIAPN+ e as esquerdas partidárias no Brasil	49
2.3.2 Diversidade sexual e de gênero na agenda governamental	53
3. QUESTÃO SOCIAL NA PARTICULARIDADE BRASILEIRA	57
3.1 Questão social e o sistema patriarcal-racista-capitalista no país	61
3.1.1 Expressões da questão social na contemporaneidade brasileira.....	65
3.2 Serviço Social e a questão social no Brasil	71
4. FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL E O DEBATE SOBRE DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO.....	76
4.1 Construção das diretrizes curriculares para formação profissional de 1996	83
4.2 Serviço Social e a relação com o debate de diversidade sexual e de gênero.....	92
4.3 Diversidade sexual e de gênero na formação profissional em Serviço Social	98
4.3.1 Perspectivas de discussões das disciplinas	106
4.3.1.1 Fundamentação teórica e conceitual.....	114
4.3.1.2 Direitos, políticas públicas e sociais.....	116

4.3.1.3 Direitos humanos, lutas e movimentos sociais	117
4.3.1.4 Relações sociais, de gênero e patriarcado	118
4.3.1.5 Questão social na particularidade brasileira	119
4.3.1.6 Outros	120
4.3.2 O debate nas referências bibliográficas das disciplinas.....	121
4.3.3 Núcleos de fundamentação da formação profissional em Serviço Social: possibilidades para inserção do debate de diversidade sexual e de gênero	129
4.3.3.1 Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social	130
4.3.3.2 Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira	131
4.3.3.3 Núcleo de fundamentos do trabalho profissional	132
CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	137
REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS	145

1. INTRODUÇÃO

*Liberdade é pouco. O que eu desejo ainda não tem nome.
(Clarice Lispector)*

A presente pesquisa possui como objeto de estudo o debate sobre diversidade sexual e de gênero na formação profissional em Serviço Social na particularidade brasileira, buscando apresentar subsídios que possam auxiliar na incorporação e/ou aprofundamento de tal debate na formação profissional. Trata-se, pois, de um movimento que visa demonstrar como as relações patriarcais¹ de gênero e sexualidade constituem a vida social, não devendo ser menosprezadas ou secundarizadas no processo de apreensão da realidade numa perspectiva de totalidade.

Inicialmente, destaca-se o avanço que a categoria profissional desempenhou e segue desempenhando para a aproximação do debate a respeito da diversidade sexual e de gênero junto ao Serviço Social, sobretudo após os anos 2000, através das entidades representativas da categoria profissional: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS); Conselho Federal de Serviço Social (CFESS); Conselho Regional de Serviço Social (CRESS); e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO). Em consonância com o Projeto Ético Político do Serviço Social, as entidades representativas somam-se às lutas e enfrentamentos contra toda forma de preconceito, discriminação, exploração e dominação, se empenhando na construção de uma nova ordem societária anticapitalista, antirracista, antissexista e antilgbtqiapn+fóbica. Essa construção exige, no entanto, o reconhecimento da imbricação das relações sociais de classe, raça, gênero e sexualidade na constituição da sociedade brasileira, bem como suas implicações na contemporaneidade.

Ainda hoje encontramos lacunas a respeito de tal debate no interior da profissão e, em específico, na formação profissional de futuras² assistentes sociais (Lima, 2014; Eurico et al., 2021), onde o mesmo é visto de forma polêmica por segmentos conservadores da profissão, seja de maneira velada ou não, assim como há a defesa de que a temática refere-se ao campo subjetivo, de ordem individual e/ou pós-moderno. Sobre isto, Ferreira e Irineu (2024) apontam

¹ Tais relações são compreendidas para além do domínio de homens sobre as mulheres, mas também como imposição de uma lógica heterossexual e cisgênera aos indivíduos sociais. Alguns autores irão tratar tais relações como *heteropatriarcais* ou *heterocispatriarcais*, optou-se aqui, pela utilização de *ordem patriarcal*.

² Optou-se pela utilização de pronomes no feminino tendo em vista que de maneira majoritária a profissão é composta por mulheres.

que os currículos ainda investem pouco em discussões a respeito da diversidade sexual e de gênero, fazendo com que alguns equívocos teóricos e ético-políticos se mantenham:

Esses equívocos são de diversas searas, mas dentre eles cabe citar um dos mais recorrentes nas salas de aula dos cursos de Serviço Social no Brasil: a noção de que o debate sobre orientação sexual e identidade de gênero é, em si mesmo, “pós-moderno”, “pós-estruturalista” ou “neoconservador”, cuja tônica no indivíduo e na sua subjetividade expressaria um projeto profissional distante do materialismo-histórico. Esse pensamento não é ingênuo e lamentavelmente fora historicamente reiterado pela própria área de conhecimento do Serviço Social, escamoteando algo fundamental e basilar para quem estuda gênero e sexualidade desde uma perspectiva crítica: **gênero e sexualidade são, assim como muitas coisas, fruto da atividade humana e, por isso, parte da dimensão ontológica do ser social, da mesma forma que as desigualdades e hierarquias sociais que permeiam a sexualidade e o gênero são expressões da questão social.** (Ferreira, Irineu, 2024, p. 5).

Acredita-se, desta forma, que há uma contradição – ou pelo menos um descompasso – existente entre as pautas, valores e bandeiras de luta defendidas pelas entidades representativas da categoria profissional ao longo das últimas décadas, com o projeto de formação profissional presente nas instituições de ensino.

Assim sendo e, diante das inquietações oriundas da formação profissional da autora, onde não houve contato com tais temáticas, da atuação política da mesma junto ao Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) e das reflexões a respeito do debate vinculado ao Serviço Social, buscou-se compreender como as instituições de ensino vem abordando o debate. A dissertação trata-se de um aprofundamento da pesquisa realizada no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da pesquisadora que buscou entender como tais discussões se apresentavam na formação profissional na Universidade Federal do Paraná (UFPR), instituição de sua formação, onde foi possível comprovar que a temática é abordada - quando abordada - de maneira secundária. Com o mesmo intuito, a pesquisa aqui presente busca analisar como o debate sobre diversidade sexual e de gênero está presente na formação profissional em Serviço Social, levando em consideração a direção ética-política das entidades representativas da categoria profissional, as diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), bem como os Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) de diferentes instituições de ensino do país.

Tendo em vista que é facilmente identificável o compromisso das entidades representativas da categoria profissional junto à temática, sobretudo através dos materiais informativos, Resoluções e demais subsídios para o auxílio desta relação produzidos pelo conjunto CFESS-CRESS, do qual destaca-se, como exemplo, as produções do CFESS Manifesta, bem como a série de cadernos “Assistente Social no Combate ao Preconceito”, busca-se vislumbrar se os mesmos reflexos podem ser encontrados no âmbito formativo, visto

que ainda hoje nos deparamos com barreiras para o entendimento de tal discussão no interior da profissão, assim como se têm a reprodução de falas e comportamentos preconceituosos e discriminatórios por parte de discentes e profissionais assistentes sociais (Marcelino, 2015).

Deste modo, faz-se necessário, no âmbito da graduação, pós-graduação e demais espaços formativos, debates que versem sobre tais temáticas visando potencializar a apreensão da realidade social, bem como combater tais preconceitos³ e discriminações existentes no interior da profissão. Dito isso, cabe apontar que a formação profissional em Serviço Social tem como base as diretrizes curriculares da ABEPSS, através do currículo mínimo construído coletivamente e aprovado em Assembleia Geral da entidade no ano de 1996. Tal currículo, apresenta os três núcleos de fundamentação necessários a formação profissional, sendo eles: i) Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; ii) Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; e iii) Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

Ressalta-se que através do primeiro núcleo é possível tratar do ser social enquanto totalidade histórica que é particularizado através dos outros dois núcleos, responsáveis pela apreensão da formação sócio-histórica do Brasil, bem como do trabalho profissional (ABEPSS, 1996). A proposta das diretrizes busca a articulação entre estes três núcleos de fundamentação que, de maneira conjunta, se desdobram em diferentes áreas do conhecimento e disciplinas (ABEPSS, 1996). A articulação entre os núcleos se faz imprescindível para a apreensão da gênese da questão social, suas diferentes manifestações, assim como suas formas de enfrentamento (ABEPSS, 1996). A questão social e suas diversas manifestações, trata-se do objeto de trabalho de assistentes sociais, e, desta forma, constitui-se como eixo fundamental da formação profissional. Aqui encontra-se o fio condutor da pesquisa realizada que, considerando a particularidade brasileira, sua formação sócio-histórica, bem como a conformação das classes sociais no país, apresenta as relações contraditórias entre as classes sociais assim como as relações patriarcais de gênero, sexualidade, raça e etnia como elementos estruturantes da questão social.

Deste modo e em consonância com Alves e Horst (2023), defende-se que nos termos dos fundamentos do Serviço Social – expresso através dos núcleos de fundamentos da formação profissional contidos nas diretrizes curriculares da ABEPSS – é possível uma leitura crítica das

³ De acordo com Heller (2014), os preconceitos são de um tipo específico de juízos provisórios, aqueles que mesmo após a comprovação de sua falsidade, seguem inabalados: “Os juízos provisórios refutados pela ciência e por uma experiência cuidadosamente analisada, mas que se conservam inabalados contra todos os argumentos da razão, são preconceitos.” (Heller, 2014, p. 47)

determinações de gênero e sexualidade, ou seja “[...] na direção de uma perspectiva materialista e de totalidade, a partir de fundamentos ontológicos, que perpassa a relação entre trabalho, indivíduo e diversidade humana, bem como a dialética heteropatriarcal, racista e capitalista que estruturam a sociedade que vivemos.” (p. 278).

Destaca-se ainda, a respeito da formação profissional, a indicação realizada pela ABEPSS em 2014, através do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades”, para a inclusão de pelo menos uma disciplina obrigatória na graduação em Serviço Social que abarque as relações sociais de classe, gênero, raça, etnia, sexualidade e geração. Tal indicação ainda aponta que a temática não deve se ater a apenas um componente curricular obrigatório, mas sim percorrer todo o processo de formação profissional de maneira transversal. Entretanto, de acordo com Eurico et al. (2021), a temática ainda é pouco abordada nos espaços acadêmicos, sendo ofertadas, quando são, em disciplinas nos últimos períodos e de forma eletiva ou optativa:

Mesmo a partir das indicações do referido relatório e das demandas advindas da formação e do exercício profissional, tais temas, ainda se constituem como menos importantes no processo de formação profissional, uma vez que são quase sempre ofertados nos últimos períodos dos cursos e de forma eletiva. Essa realidade também é observada no âmbito da Pós-Graduação em Serviço Social, ao considerarmos os 36 programas em funcionamento no Brasil. Desta forma, “[...] os/as discentes de Serviço Social, em sua maioria e em regra geral, deixam de conhecer uma mediação importante na compreensão e explicação da questão social [...]” (LIMA, 2014, p. 58), o que, a nosso ver, possibilita apreender a totalidade da realidade social. (Eurico, et al., 2021)

Afinal, qual a relevância de tais temáticas no interior da formação profissional em Serviço Social? Acredita-se que a abordagem de tal debate durante o processo formativo de futuras assistentes sociais é imprescindível à apreensão de nossa sociabilidade enquanto totalidade e, para além disso, também constitui um espaço de compreensão e combate à reprodução de falas e condutas preconceituosas e/ou LGBTQIAPN+fóbicas.

Parte-se da hipótese de que, embora seja evidente o avanço nas discussões a respeito do debate sobre a diversidade sexual e de gênero pela categoria profissional, sobretudo a partir dos anos 2000, tal discussão ainda não é apreendida no processo totalizante da vida social na sociabilidade capitalista, nem compreendida como uma das dimensões estruturantes da questão social na particularidade brasileira - junto com o capitalismo e racismo -, não comparecendo na formação profissional como tal. Aparece – quando o debate está presente – tão somente como uma das expressões da questão social, ou condição subjetiva da vida individual.

Deste modo, a presente pesquisa possui como objetivo geral *apresentar subsídios para pensar o debate sobre diversidade sexual e de gênero no processo de formação profissional em*

Serviço Social na particularidade brasileira, e como objetivos específicos: i) refletir sobre as determinações materiais que estruturam as relações patriarcais de gênero e sexualidade na particularidade brasileira; ii) analisar como o sistema patriarcal-racista-capitalista se vincula à questão social e, conseqüentemente, ao Serviço Social no Brasil; iii) investigar acerca da inserção do debate sobre diversidade sexual e de gênero na formação profissional em Serviço Social; e iv) demonstrar possibilidades e/ou desafios para a inserção e/ou aprofundamento da temática na formação profissional em Serviço Social.

1.1 Considerações iniciais:

Marx (2023;2010) e Engels (2010;2019) irão apontar a divisão social do trabalho e a propriedade privada como elementos centrais da exploração da classe capitalista sobre a classe trabalhadora, ou seja, da organização da sociedade burguesa. Desse modo, parte-se do mesmo ponto que os autores e, ademais, pretende-se também abordar a divisão sexual e racial do trabalho com enfoque no contexto de formação sócio-histórica brasileira. Antemão, ressalta-se que, embora a questão étnico-racial bem como o racismo sejam abordados na presente discussão, tais relações não se tratam do objeto da pesquisa pretendida.

Destaca-se que na particularidade brasileira há a imbricação entre três sistemas distintos de exploração e dominação que operam de maneira conjunta: *sistema patriarcal, racista e capitalista*. Tais sistemas são historicamente construídos e decorrem de condições materiais (Cisne, Santos, 2018). Deste modo, as relações sociais de classe, raça, gênero e sexualidade são indissociáveis para se pensar a questão social no Brasil, assim como a totalidade da vida social. São estas as relações que conformam a base concreta para consolidação das contradições entre a classe capitalista e a classe trabalhadora em nosso país, visto que:

O patriarcado e o racismo são consequência de uma divisão sexual e racial do trabalho. Ou seja, são fenômenos históricos que possuem conexão direta com as condições materiais de reprodução da classe trabalhadora no capitalismo. Por mais que patriarcado e racismo possuam outras dimensões (como cultural, ideológica etc.), é a conexão destes com as condições materiais de produção da sociedade que fundam tais fenômenos. (Costa, Rafael, 2021, p. 81).

Assim, patriarcado e racismo encontram materialidade na realidade social, sobretudo quando atrelados ao modo de produção capitalista. Cabe ressaltar também que estes sujeitos, vítimas do patriarcado e racismo, são alvos diários de diferentes formas de violências na contemporaneidade. Segundo o relatório do Grupo Gay da Bahia - GGB (2024), o Brasil é um

dos países que mais matam pessoas LGBTQIAPN+⁴ no mundo, contabilizando, no ano de 2023, 257 mortes violentas⁵. Destes dados, 49,42% se tratavam de pessoas travestis ou transexuais, ou seja, o país também segue liderando o ranking como o que mais mata pessoas trans e travestis, sendo a expectativa de vida desses indivíduos de apenas 35 anos (ANTRA, 2021).

Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022a), em 2021 pessoas negras representavam 77,6% das vítimas de homicídio no país. Ainda, de acordo com o mesmo relatório, 84% das pessoas mortas por policiais também eram negras. A respeito da violência contra a mulher, de acordo com o Atlas da Violência (2021), no ano de 2019 tivemos 3.737 mulheres assassinadas no país. No primeiro semestre de 2022 foram 699 vítimas de feminicídio, que correspondem a cerca de 4 mulheres assassinadas por dia, número este 3,2% mais elevado do que os dados do mesmo período no ano de 2021 (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022b). Do total de vítimas de feminicídio em 2021, 62% eram mulheres negras, estas também foram a maior porcentagem em se tratando das mortes intencionais mais violentas, correspondendo a cerca de 70% das vítimas (idem, 2022a).

De acordo com Ferreira e Irineu (2024) as diversas formas de violência e violação de direitos dessa população são mantidas para apoiar a desigualdade e o lugar tido como “destinado” a estes sujeitos, Tonet (2007, apud Ferreira, Irineu, 2024) ao analisar a construção da desigualdade social aponta que a mesma é vista como natural a um modo de sociabilidade na sociedade capitalista, visando os interesses da ordem capitalista. Os dados acima demonstram o quanto o sistema patriarcal-racista-capitalista implica nas relações de exploração e dominação em nossa sociedade, podendo ter, como resultante mais grave a retirada de vidas de diferentes indivíduos, tidos como alvo em nossa sociedade. Estes indivíduos possuem classe social, raça/etnia, gênero e sexualidade.

O Serviço Social soma-se às lutas contra o racismo, sexíssimo e lgbtqiapn+fobia, seja na prestação de serviços junto a estes usuários por meio das políticas públicas, seja no papel pedagógico junto à comunidade e famílias, na participação ativa nos conselhos de direitos desses segmentos, bem como na produção de um arcabouço teórico e normativo que dizem respeito a estes indivíduos. Tais avanços não significam, no entanto, que a profissão se encontra livre da reprodução de falas e comportamentos racistas, machistas, sexistas e

⁴ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Travestis, Queer, Intersexo, Assexual, Pansexual, Não Binário e demais orientações sexuais e identidades de gênero.

⁵ Tais dados são contabilizados por voluntários, através de notícias em sites e mídias digitais, visto que não há registros governamentais a respeito das mortes deste segmento, o que dificulta ter uma percepção geral de tal realidade: “Reconhecemos que tais estatísticas são subnotificadas, pois muitas vezes é omitida a orientação sexual ou identidade em tais publicações fúnebres.” (GGB, 2024, p. 1).

lgbtqiapn+fóbicos, a luta contra o preconceito e discriminação também se faz presente no interior da categoria profissional.

Destaca-se, ainda, os princípios fundamentais do Código de Ética do Serviço Social, que evidencia e reforça seu compromisso junto à defesa da liberdade, direitos sociais, cidadania e seu empenho na eliminação de diferentes formas de preconceitos e discriminações, entre os quais destaca-se:

[...] VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; [...] VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; [...] XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. (CFESS, 2012, 23-24, grifos da autora)

1.2 Procedimentos metodológicos:

A pesquisa se ateve aos referenciais teóricos buscando apreender as relações patriarcais de gênero e sexualidade na particularidade brasileira e sua correlação junto à questão social e ao Serviço Social. De acordo com o método de pesquisa utilizado, cabe ressaltar que tais estudos reconhecem a particularidade brasileira na sua dimensão universal, ou seja, consideram a conformação de suas relações sociais no processo de produção e reprodução no âmbito da sociedade burguesa capitalista.

Tendo em vista a processualidade histórica dos fenômenos sociais, bem como sua totalidade, síntese de múltiplas determinações, o método aqui utilizado refere-se ao materialismo histórico dialético, desenvolvido por Marx, onde, através da abstração do real se torna possível compreender a realidade, sem contudo, perder-se ou afastar-se dela, muito menos criá-la meramente através do pensamento, visto que: “Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência” (Marx, 1983, p. 57).

Utilizou-se, assim, da pesquisa bibliográfica para a apreensão de tal realidade, por meio de discussões sobre as determinações materiais que conformam as relações patriarcais de gênero e sexualidade no Brasil e sua relação com a questão social, através de autores como: Karl Marx (1983; 2007; 2010; 2023), Friedrich Engels (2007; 2010; 2019), Heleieth Saffioti (1975; 1987; 2015), Caio Prado Júnior (1961), Clóvis Moura (1994; 2014; 2014; 2021), Florestan Fernandes (2020), Jacob Gorender (2016), João Silvério Trevisan (2018), Marilda Villela Iamamoto (2007; 2015; 2015), José Paulo Netto (2001, 2018), entre outros. Buscou-se,

desta forma, refletir sobre as categorias patriarcado, família, propriedade privada, divisão sexual do trabalho e diversidade sexual e de gênero.

O segundo momento da pesquisa, relacionado ao terceiro objetivo específico, se deu através de uma pesquisa documental onde foram analisadas as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, cadernos ABESS⁶, e os Projetos Pedagógico dos Cursos (PPC) e/ou matrizes curriculares das instituições de ensino selecionadas, através de uma revisão integrativa a partir dos seguintes descritores: “diversidade sexual”, “gênero” e “sexualidade”. Foi possível, desta forma, vislumbrar a ausência ou presença de tais descritores nos documentos das unidades de ensino, em quais disciplinas o debate se insere, qual a percepção do debate assumido por essas instituições e de que forma o mesmo é perpassado na formação profissional em Serviço Social.

Para a etapa de seleção das instituições foram destacadas as Universidades Federais⁷ (UFs) do país que ofertam a graduação em Serviço Social – bacharelado - de maneira presencial e pública. Através da plataforma e-MEC⁸, durante o levantamento prévio foram encontradas 35 UFs, sendo as mesmas, divididas da seguinte maneira: 11 na Região Nordeste; 3 no Norte; 3 no Centro-Oeste; 10 no Sudeste; e 6 no Sul. Conforme pode ser vislumbrado no quadro 1:

Quadro 1 - Universidades Federais que ofertam a graduação em Serviço Social

Região	Estado	Instituição	Sigla	Ano ⁹
Norte	Amazonas	Universidade Federal do Amazonas	UFAM	1945
Norte	Pará	Universidade Federal do Pará	UFPA	1957
Norte	Tocantins	Universidade Federal do Tocantins	UFT	2007
Nordeste	Pernambuco	Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	1940
Nordeste	Rio Grande do Norte	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	1945
Nordeste	Maranhão	Universidade Federal do Maranhão	UFMA	1953
Nordeste	Alagoas	Universidade Federal de Alagoas	UFAL	1957
Nordeste	Paraíba	Universidade Federal da Paraíba	UFPB	1969
Nordeste	Piauí	Universidade Federal do Piauí	UFPI	1977
Nordeste	Sergipe	Universidade Federal de Sergipe	UFS	2003

⁶ Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social, atual ABEPSS.

⁷ Tendo em vista o amplo universo de instituições estaduais públicas existentes bem como a operacionalidade da pesquisa pretendida optou-se pelo recorte entre as Universidades Federais. O mesmo ocorreu em relação às instituições privadas, comunitárias e/ou à distância, sendo priorizadas as instituições públicas e presenciais, que refletem o modelo de educação superior defendida pela autora – pública, gratuita, presencial, laica, crítica e de qualidade -.

⁸ Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC, base oficial de índice e notas das Instituições.

⁹ Ano de instauração da graduação em Serviço Social pela instituição de ensino.

Região	Estado	Instituição	Sigla	Ano ⁹
Nordeste	Bahia	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	UFRB	2008
Nordeste	Bahia	Universidade Federal da Bahia	UFBA	2009
Nordeste	Paraíba	Universidade Federal de Campina Grande	UFCG	2010
Nordeste	Ceará	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	UNILAB	2022
Centro-Oeste	Mato Grosso	Universidade Federal do Mato Grosso	UFMT	1970
Centro-Oeste	Goiás	Universidade de Brasília	UNB	1972
Centro-oeste	Goiás	Universidade Federal de Goiás	UFG	2009
Sudeste	Rio de Janeiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	1937
Sudeste	Rio de Janeiro	Universidade Federal Fluminense	UFF	1945
Sudeste	Minas Gerais	Universidade Federal do Juiz de Fora	UFJF	1948
Sudeste	Espírito Santo	Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	1971
Sudeste	Minas Gerais	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	UFVJM	2006
Sudeste	Rio de Janeiro	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	UNIRIO	2009
Sudeste	São Paulo	Universidade Federal de São Paulo	UNIFESP	2009
Sudeste	Minas Gerais	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	UFTM	2009
Sudeste	Minas Gerais	Universidade Federal de Ouro Preto	UFOP	2009
Sudeste	Minas Gerais	Universidade Federal de Uberlândia	UFU	2010
Sudeste	Rio de Janeiro	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	UFRRJ	2015
Sudeste	Minas Gerais	Universidade Federal de Viçosa	UFV	2017
Sul	Santa Catarina	Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	1959
Sul	Paraná	Universidade Federal do Paraná	UFPR	2006
Sul	Rio Grande do Sul	Universidade Federal do Pampa	UNIPAMPA	2006
Sul	Rio Grande do Sul	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	2009
Sul	Rio Grande do Sul	Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	2010
Sul	Paraná	Universidade Federal da Integração Latino-Americana	UNILA	2015

Fonte: Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC, 2024.

Tendo em vista o grande número de instituições de ensino superior (IES) encontradas, foram selecionadas duas IES de cada região do país, buscando contemplar uma maior diversidade de realidades territoriais e geográficas. Como critério de seleção, foram priorizadas as instituições que ofertam a graduação em Serviço Social a mais tempo.

Ainda que como critério de seleção tenham sido priorizadas as Universidades Federais, considerou-se importante a inserção da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) tendo em vista seu papel histórico nos debates referentes a questão étnico-racial e de gênero, bem como o pioneirismo na adoção de políticas afirmativas para negros nos cursos de graduação no ano de 2003. A instituição também é uma das mais antigas da região Sudeste a ofertar a graduação em Serviço Social, no ano de 1944.

Considerando a adição da UERJ, a região sudeste apresentou três instituições do estado do Rio de Janeiro que se enquadravam no pré-requisito de mais antigas – UFRJ (1937), UERJ (1944) e UFF (1945) -, assim sendo, e levando em conta o local de realização da presente pesquisa – UFJF -, optou-se pela substituição da Universidade Federal Fluminense pela quarta instituição federal mais velha da região, presente no estado de Minas Gerais – UFJF (1948).

Assim, o quadro 2 sintetiza quais foram as unidades de ensino selecionadas para o desenvolvimento da pesquisa.

Quadro 2 - IES selecionadas para a pesquisa

Região	Estado	Instituição	Sigla	Ano
Norte	Amazonas	Universidade Federal do Amazonas	UFAM	1945
Norte	Pará	Universidade Federal do Pará	UFPA	1957
Nordeste	Pernambuco	Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	1940
Nordeste	Rio Grande do Norte	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	1945
Centro-Oeste	Mato Grosso	Universidade Federal do Mato Grosso	UFMT	1970
Centro-Oeste	Goiás	Universidade de Brasília	UNB	1972
Sudeste	Rio de Janeiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	1937
Sudeste	Rio de Janeiro	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	UERJ	1944
Sudeste	Minas Gerais	Universidade Federal do Juiz de Fora	UFJF	1948
Sul	Santa Catarina	Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	1959
Sul	Paraná	Universidade Federal do Paraná	UFPR	2006

Fonte: Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC, 2024.

Sendo assim, foram selecionadas 11 instituições de ensino, sendo elas: UFAM, UFPA, UFPE, UFRN, UFMT, UNB, UFRJ, UERJ, UFJF, UFSC e UFPR. A pesquisa se propõe a analisar disciplinas eletivas, obrigatórias, bibliografias básicas e/ou complementares e demais atividades formativas que apresentem as categorias elencadas: diversidade sexual; gênero; sexualidade. Para tanto, foi necessário a realização de busca em sites, páginas das instituições

de ensino que apresentem os documentos de organização curricular dos cursos e até mesmo contato com as coordenações dos cursos de graduação.

Em primeiro momento foram selecionadas as disciplinas, através de revisão dos PPC's/Matrizes Curriculares, que continham em seus conteúdos os descritores definidos, que também poderiam se apresentar como diversidade humana, relações de gênero e relações sociais de sexo. Selecionados os documentos, a análise se seguiu de maneira a compreender como os temas são abordados e apresentados nos espaços formativos, as referências, bem como os autores/autoras utilizados.

Cabe apontar que, partiu-se do pressuposto de que ao longo do desenvolvimento da pesquisa seriam encontrados currículos novos e/ou atualizados, tendo em vista à obrigatoriedade da curricularização da extensão nos cursos de graduação das Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, através da Resolução CNE/CES nº 7/2018¹⁰, onde ficaram estabelecidos os critérios para implementação da extensão de pelo menos 10% da carga horária dos cursos, que deveriam ser implementados até o dia 19 de dezembro de 2022 nas matrizes curriculares, ou seja, os cursos e IES estiveram empenhados nos últimos anos em revisar seus PPC's para inserção da creditação curricular. Acredita-se que poderemos visualizar como a temática foi vista e pensada pelos profissionais docentes, unidades de ensino e discentes da graduação no momento de construção de tais documentos normativos à formação - PPCs e outros -.

Destaca-se ainda as limitações em se analisar as matrizes curriculares das instituições de ensino, tendo em vista, que tal movimento não compreende o conjunto total de relações intrínsecas à formação profissional. No entanto, aponta-se também possibilidades de aprofundamento da pesquisa em momento posterior.

Posto isso, a análise documental serviu de subsídio para compreender como o debate está posto na formação profissional em Serviço Social, quais instituições o inserem e quais as não o fazem, apresentando-se, desta forma, caminhos e obstáculos para inserção ou aprofundamento da temática junto às unidades de ensino, a qual refere-se nosso último objetivo específico.

Desta forma, a presente pesquisa se encontra organizada pelos seguintes capítulos: Diversidade Sexual e de Gênero no Brasil e suas Determinações Materiais; Questão Social na

¹⁰ Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808. Acessado em: 13 set. 2022.

Particularidade Brasileira; O Debate sobre Diversidade Sexual e de Gênero na Formação Profissional em Serviço Social; e Considerações Finais.

O primeiro capítulo trata de apresentar as determinações materiais de gênero e sexualidade na sociedade capitalista, partindo das contribuições de Marx e Engels através das categorias de propriedade privada, divisão social e sexual do trabalho e família. Tais determinações também são apresentadas na particularidade brasileira levando em consideração sua formação sócio-histórica, tendo como base a escravização de negros e extermínio de povos indígenas, bem como o apagamento cultural de tais indivíduos, inclusive no que se refere à práticas e expressões sexuais. Evidencia-se a trajetória de lutas, ataques, conquistas e retrocessos à organização política e direitos referentes à diversidade sexual e de gênero do Brasil Colônia até os dias atuais, demonstrando como o modo de produção capitalista se vincula ao sistema patriarcal e racista em nossa sociedade.

Tal imbricação se torna base concreta da questão social na particularidade brasileira, do que se trata o segundo capítulo da pesquisa. Questão social que se refere às contradições entre capital e trabalho, às desigualdades e também lutas e organização social da classe trabalhadora e é tomada – junto com suas diversas expressões – como objeto de trabalho do Serviço Social. Busca-se apresentar a questão social junto ao sistema patriarcal-racista-capitalista apontando suas expressões contemporâneas, sobretudo na realidade de pessoas racializadas, mulheres e LGBTQIAPN+.

Por fim, no último capítulo aborda-se o processo de formação profissional em Serviço Social, tomando como referência as diretrizes curriculares da ABEPSS de 1996 que rege o projeto de formação em nossa área. Para tanto são apresentados elementos para se pensar o processo de renovação do Serviço Social brasileiro, seu redimensionamento ético-político, teórico e crítico, a tomada da questão social e suas expressões como objeto de atuação profissional, bem como a relação histórica junto ao debate de diversidade sexual e de gênero. O capítulo conta com a pesquisa realizada com diferentes instituições de ensino através da análise de seus PPC's onde busca-se apresentar como o debate de gênero e sexualidade vem sendo tomada pelas mesmas.

2. DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NO BRASIL E SUAS DETERMINAÇÕES MATERIAIS

*Ninguém nasce mulher, torna-se mulher.
(Simone de Beauvoir)*

Inicialmente cabe apontar que, na perspectiva aqui adotada, gênero e sexualidade se referem a construções históricas e sociais, decorrentes de condições materiais que as modificam a depender do contexto histórico, político ou social de cada época. Dito isto, gênero designa as diferentes formas de construções objetiva e subjetiva de “ser homem” ou “ser mulher”, que levam em consideração as condições biológicas (genitália), mas não se esgotam nas mesmas, podendo, desta forma, as identidades de gênero serem mais ou menos fluídas (Nogueira, Pereira, Toitio, 2020). A sexualidade, referente aos desejos afetivos e/ou sexuais, se apresenta enquanto uma categoria histórica-ontológica correspondente às necessidades materiais e subjetivas de cada época (Nogueira, Pereira, Toitio, 2020).

De acordo com Saffioti (2015) gênero e sexo constituem uma unidade, não sendo o primeiro restrito à vida social e o segundo apenas ao aspecto biologizante: “A postura aqui assumida consiste em considerar sexo e gênero uma unidade, uma vez que não existe uma sexualidade biológica independente do contexto social em que é exercida.” (Saffioti, 2015, p. 116). A autora (2015) ainda apresenta que gênero se trata de uma categoria ampla, com uma história datada de mais de 250 mil anos, que engloba também as relações igualitárias entre homens e mulheres, já o patriarcado refere-se às relações hierarquizadas entre homens e mulheres, onde os primeiros exercem seu poder e dominação sobre as segundas.

Desta forma, a autora (2015) defende a utilização simultânea de patriarcado e gênero para tratar a respeito das relações hierarquizadas, trata-se, pois, de *relações patriarcais de gênero*. Acrescenta-se junto a isto a concepção heterossexual e cisgênera destas relações, ou seja, considerando para além da “superioridade” masculina também a supremacia cis-heterossexual.

Ainda que não seja a intenção restringir tais relações, de gênero e sexualidade, meramente à condição de exploração e opressão, nem apontar o capitalismo como criador de tais sistemas, ressalta-se que o mesmo se apropriou de tais relações em benefício próprio, visando a domesticação e controle sobre as mulheres e demais corpos que fogem a lógica da heterossexualidade. “O início do capitalismo é marcado pela violência institucionalizada contra a diversidade sexual e de gênero e para garantir a intensa subordinação das mulheres e sua manutenção no espaço doméstico.” (Nogueira, Pereira, Toitio, 2020, p. 41).

2.1 Determinações materiais de gênero e sexualidade a partir do pensamento de Marx e Engels

Partindo das contribuições do pensamento crítico de Marx (2023) tomaremos o trabalho como ponto de partida para compreensão da sociedade burguesa e as relações sociais dela decorrentes. O trabalho, por sua vez, refere-se ao processo de modificação da natureza pelo homem, processo este que também implica numa modificação de si próprio, visto que, o homem “agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.” (Marx, 2023, p. 255).

É também por meio do trabalho que o homem irá estabelecer relações com outros homens, constituindo uma forma de sociabilidade por meio de trocas de mercadorias, organização e divisão do trabalho, entre outros. Tratam-se, pois, de relações de produção entre diferentes indivíduos, ou seja, relações sociais, que são vistas no capitalismo apenas como relações entre coisas (Marx, 2023).

Marx (2010;2023) e Engels (2010;2019) irão apontar a divisão social do trabalho, bem como a propriedade privada como elementos centrais para se compreender a exploração da classe capitalista sobre a classe trabalhadora. De um lado temos a classe detentora dos meios de produção e da propriedade privada e, de outro, a classe trabalhadora que detém sua força de trabalho e a vende à classe capitalista em troca de um equivalente. Neste contexto, a classe detentora dos meios de produção (a capitalista) passa a deter a força de trabalho humana por um determinado período de tempo, ou seja, durante uma jornada de trabalho. Os trabalhadores, por sua vez, recebem um equivalente, seu salário, pela venda de sua força de trabalho durante este período.

O que se esconde por trás desta relação, no entanto, é que a classe trabalhadora produz um valor excedente a seu salário durante sua jornada de trabalho, que é apropriado pela classe capitalista. O tempo necessário para reproduzir o valor referente ao seu salário é menor que sua jornada de trabalho, produzindo assim mais mercadorias durante o tempo excedente. O mais-valor é, portanto “[...] a expressão exata do grau de exploração da força de trabalho pelo capital ou do trabalhador pelo capitalista.” (Marx, 2023, p. 294).

Esse trabalho não pago à classe trabalhadora, e apropriado pelo capitalista, é transformado em capital, onde se compra mais meios de produção - *capital constante* - e força de trabalho - *capital variável* - para dar continuidade ao processo de produção e reprodução do

capitalismo. À medida que este processo de produção se desenvolve há um incremento das forças produtivas, onde se produz mais em menos tempo e com menos força de trabalho. Há, deste modo, um maior investimento em capital constante e diminuição do capital variável, ou seja, maior investimento em máquinas e tecnologias que possam auxiliar no processo de acumulação capitalista (Marx, 2023).

O componente variável da produção capitalista decresce gradativamente conforme temos o avanço do capital total, produzindo, deste modo, um segmento adicional da classe trabalhadora que não é absorvida pelo processo de produção capitalista, uma população trabalhadora supérflua:

A acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e de seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua. (Marx, 2023, p. 705).

Assim, a classe trabalhadora ao produzir uma acumulação de capital, produz também os meios que a tornam relativamente supranumerária. Essa população, de trabalhadores excedentes, é essencial ao processo de acumulação capitalista e condição existencial desse modo de produção, de acordo com Marx “ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele mesmo o tivesse criado por sua própria conta.” (2023, p. 707). Este mesmo processo irá fazer com que, dentro do exército industrial de reserva, essas massas de trabalhadores excedentes compitam entre si pela venda de sua força de trabalho, através da lei da oferta e de procura, assim como, altere o movimento geral dos salários dessa classe.

Marx (2023) irá dividir essa *superpopulação relativa* da seguinte maneira: *população flutuante, latente e estagnada*. A primeira, *superpopulação flutuante*, se refere aos trabalhadores que ora são atraídos e ora são repelidos pelo processo produtivo capitalista. A *superpopulação latente*, por sua vez, refere-se à população rural, que vê seus postos de trabalho sendo substituídos por maquinários e muitas vezes precisam se transferir para a área urbana. A *superpopulação estagnada* é formada por parte da classe trabalhadora em ocupações irregulares e temporárias, tendo como característica principal “[...] o máximo de tempo de trabalho e o mínimo de salário.” (Marx, 2023, p. 718).

Já o *pauperismo*, segmento mais baixo da superpopulação relativa, segundo Marx (2023), é composto por três categorias: os aptos ao trabalho; os órfãos e filhos de indigentes; e os incapacitados ao trabalho, pessoas com deficiência, doentes, viúvas etc. O pauperismo, deste

modo, “[...] constitui o asilo para inválidos do exército trabalhador ativo e o peso morto do exército industrial de reserva.” (Marx, 2023, p. 719).

Destaca-se que, quanto maior a força de trabalho disponível, maior será a expansão do capitalismo, quanto maior o crescimento do capital, maior será o crescimento da superpopulação relativa e do pauperismo. É a isto que se refere a lei geral da acumulação capitalista:

Ela ocasiona uma acumulação da miséria correspondente à acumulação de capital. Portanto, a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital. (Marx, 2023, p. 721, grifos da autora).

Assim, a acumulação de riqueza da classe detentora dos meios de produção e propriedade privada, corresponde à miséria da classe trabalhadora, tendo em vista que a riqueza produzida pelo proletariado é absorvida pela classe que não a produziu, a capitalista.

A respeito do modo de produção capitalista, Marx (2023) aponta que o investimento em capital constante faz com que o tempo necessário à produção de uma mercadoria seja menor. Durante o processo de produção há, ainda, o desgaste da maquinaria, que pode ocorrer tanto pelo desgaste de seu uso, quanto pelo seu não uso. Além do desgaste material, a máquina também sofre com o desgaste moral, quando as mesmas máquinas são produzidas de forma mais barata ou quando são substituídas por outras mais tecnológicas. O aumento da jornada de trabalho da classe operária, assim como sua intensificação, faz com que a escala de produção se amplie ainda mais, sem que seja alterado o capital investido na maquinaria (Marx, 2023).

Ainda que posteriormente, por pressão da classe trabalhadora, a jornada de trabalho seja reduzida, sua intensificação não é. A compressão do tempo de trabalho significa, deste modo, mais trabalho e mais exploração, tendo em vista que com auxílio da maquinaria é possível extrair mais força de trabalho num mesmo tempo dado.

Tão logo a redução da jornada de trabalho – que cria a condição subjetiva para a condensação do trabalho, ou seja, a capacidade do trabalhador de exteriorizar mais força num tempo dado – passa a ser imposta por lei, a máquina se converte, nas mãos do capitalista, no meio objetivo e sistematicamente aplicado de extrair mais trabalho no mesmo período de tempo. (Marx, 2023, p. 595).

Deste modo, torna-se possível produzir uma maior quantidade de produtos num tempo cada vez mais curto, através de uma quantidade maior de trabalho e de exploração, sobretudo de mulheres e crianças, onde eles ganham menos que os demais trabalhadores homens, por sua inferioridade “natural”:

Vimos, então, como a maquinaria, apropriando-se do trabalho de mulheres e crianças, aumenta o material humano sujeito à exploração pelo capital, de que maneira ela confisca todo o tempo vital do operário mediante a expansão desmedida da jornada de trabalho e como seu progresso, que permite fornecer um produto imensamente maior num tempo cada vez mais curto, acaba por servir como meio sistemático de liberar, em cada momento, uma quantidade maior de trabalho, ou de explorar a força de trabalho cada vez mais intensamente. (Marx, 2023, p. 601-602)

A acumulação capitalista supõe ainda um momento que a antecede, uma *acumulação primitiva*, que é seu ponto de partida. Tal acumulação, a primitiva, ocorreu por meio da conquista, subjugação, extermínio e um alto nível de violência. De acordo com Marx (2023), o movimento de transformação de pequenos produtores em trabalhadores assalariados aparece como a libertação dos mesmos da servidão, no entanto, também se refere ao processo em que lhes são roubados todos os meios de produção e garantias de sua sobrevivência, não restando outra alternativa senão a venda de sua força de trabalho. Reforça ainda que: “[...] a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo.” (Marx, 2023, p. 962).

No processo de acumulação primitiva grandes massas humanas são despojadas de maneira súbita e violenta de seus meios de subsistência, tal expropriação de terras de produtores rurais e camponeses constitui-se como base de tal processo (Marx, 2023). Para além das expulsões dos territórios aos quais pertenciam, muitos foram os povos exterminados durante esse período.

Esses indivíduos, expulsos de suas terras, não conseguiram ingressar na manufatura emergente, tendo em vista que ela não possuía condições de absorver o grande número de proletários em busca de condições para sua subsistência (Marx, 2023). Deste modo, sem alternativas, boa parte dessas pessoas se tornaram “vagabundos”, o que explica o surgimento de inúmeras legislações sanguinárias entre os séculos XV e XVI na Europa, indo de açoites públicos, marcação a ferro e fogo, escravidão forçada, retirada de membros e até mesmo extermínio:

Assim, a população rural, depois de ter sua terra violentamente expropriada, sendo dela expulsa e entregue à vagabundagem, viu-se obrigada a se submeter, por meio de leis grotescas e terroristas, e por força de açoites, ferros em brasa e torturas, a uma disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado. (Marx, 2023, p. 983).

Deste modo, têm-se a formação do proletariado, necessário ao processo de produção capitalista. Não de maneira livre e espontânea, mas sim de forma violentamente imposta, visto que ou colocavam-se disponíveis à venda de sua força de trabalho ou sofriam as consequências das leis sanguinárias. Assim, constitui-se a classe trabalhadora, composta por homens livres e

portadores de sua força de trabalho privada para a venda aos capitalistas, detentores da propriedade privada - obtida por meio da expropriação - e meios de produção.

De acordo com Marx (2023), os diferentes momentos da acumulação primitiva a partir de determinado período passam a ocorrer numa sequência mais ou menos cronológica, sobretudo entre a Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. Isto, por meio de um modelo sistêmico que dá origem ao sistema colonial, a dívida pública, sistema tributário e o protecionista.

Toma-se como exemplo o continente americano, que garantiu as mercadorias e riquezas que as manufaturas em ascensão na Europa careciam, assim, as riquezas conquistadas por meio de roubos e escravização nas colônias eram levadas à Europa e transformadas em capital. Marx (2023) aponta que neste mesmo período o sistema de crédito público tomou conta de toda a Europa, tendo como incubadora o sistema colonial, junto do comércio marítimo e suas guerras comerciais.

Tal sistema torna-se um dos alicerces para a acumulação primitiva, visto que:

A dívida pública, isto é, a alienação [Veräusserung] do Estado – seja ele despótico, constitucional ou republicano – imprime sua marca sobre a era capitalista. A única parte da assim chamada riqueza nacional que realmente integra a posse coletiva dos povos modernos é sua dívida pública. Daí que seja inteiramente coerente a doutrina moderna segundo a qual um povo se torna tanto mais rico quanto mais se endivida. O crédito público se converte no credo do capital. E ao surgir o endividamento do Estado, o pecado contra o Espírito Santo, para o qual não há perdão, cede seu lugar para a falta de fé na dívida pública. **A dívida pública torna-se uma das alavancas mais poderosas da acumulação primitiva.** (Marx, 2023, p. 1002-1003, grifos da autora)

Através do endividamento das nações, de suas dívidas públicas, têm-se o surgimento do sistema internacional de crédito, responsável por, frequentemente, encobrir as fontes da acumulação primitiva em diferentes nações (Marx, 2023). Todo esse conjunto de sistemas forjaram a base para a emergência e infância da grande indústria capitalista, segundo Marx (2023), o capitalismo “[...] nasce escorrendo sangue e lama por todos os poros, da cabeça aos pés.” (p. 1010), nasce por meio da destruição de nações, dizimação de povos, expropriação de terras, escravismo, tráfico negreiro, roubos e sangue.

Conforme aponta Marx (2023):

Sua destruição, a transformação dos meios de produção individuais e dispersos em meios de produção socialmente concentrados e, por conseguinte, a transformação da propriedade nanica de muitos em propriedade gigantesca de poucos, portanto, a **expropriação que despoja grande massa da população de sua própria terra e de seus próprios meios de subsistência e instrumentos de trabalho**, essa terrível e dificultosa expropriação das massas populares, tudo isso **constitui a pré-história do capital.** (Marx, 2023, p. 1011, grifos da autora).

Quando finalizado o processo de expropriação, pauperização e miséria do proletariado, os capitalistas voltam-se para si mesmos, onde os maiores liquidam os menores. Assim, o poder e capital cada vez mais se concentram nas mãos de poucos.

2.1.1 Família, propriedade privada e divisão sexual do trabalho

Para compreensão da ordem patriarcal-racista-capitalista, além da divisão social do trabalho, serão analisadas outras categorias que compõem tal sistema, sendo elas: a *família*, *propriedade privada* e a *divisão sexual do trabalho*, tendo em vista que são estas categorias que podem melhor elucidar as construções sociais do “ser mulher” e “ser homem” na sociedade capitalista.

A família, especificamente a *família patriarcal monogâmica*, é considerada por Marx e Engels (*apud* Nogueira, Pereira, Toitio, 2020) como uma das primeiras formas de propriedade de nossa sociedade, visto o poder dos homens sobre as mulheres, suas esposas e filhos. Cabe apontar que a palavra família deriva do termo *famulus*, criado pelos romanos e referente a um conjunto de “escravos domésticos” (Engels, 2019). A família patriarcal, deste modo, correspondia à posse de homens sobre as mulheres, filhos e escravos (Engels, 2019).

Essa estrutura de família patriarcal monogâmica só passa a ser instituída como norma com o desenvolvimento da agropecuária, onde as práticas como o incesto, adultério e sodomia passam a ser condenadas (Nogueira, Pereira, Toitio, 2020). Isto ocorre como forma de garantir o sistema de herança, onde se faz necessário, para além da reprodução desta família, uma organização onde seja possível repassar a *propriedade privada* de pai para filho, filhos esses de paternidade incontestável, por isso a necessidade da monogamia (Engels, 2019). Deste modo, “os homens tornaram-se os proprietários dos meios de produção e das mulheres” (Nogueira, Pereira, Toitio, 2020, p. 44).

De acordo com Marx e Engels (2007), a primeira forma de divisão de trabalho inicialmente se referia à divisão no ato sexual e somente depois passa a ser mediada por diferenciações naturais, como é o caso da força física. Com a divisão do trabalho, baseada na divisão natural na família e posteriormente na separação da sociedade em diversas famílias opostas umas às outras, estão dadas a distribuição do trabalho e de seus produtos, sobretudo, a distribuição desigual destes elementos, tanto quantitativamente quanto qualitativamente (Marx, Engels, 2007). A escravidão na família é, assim, uma das primeiras formas de propriedade privada, onde propriedade refere-se ao poder de dispor da força de trabalho alheia:

[...] portanto, está dada a propriedade, que já tem seu embrião, sua primeira forma, na família, **onde a mulher e os filhos são escravos do homem. A escravidão na família, ainda latente e rústica, é a primeira propriedade**, que aqui, diga-se de passagem, corresponde já à definição dos economistas modernos, segundo a qual a propriedade é o poder de dispor da força de trabalho alheia. (Marx; Engels, 2007, p. 36-38, grifos da autora).

Com o incremento da maquinaria, ou seja, com o maior investimento em capital constante do que em capital variável, a força muscular deixa de ser um aspecto importante no meio industrial, perdendo lugar para corpos imaturos e de maior flexibilidade. De acordo com Marx (2023), é por este motivo que “[...] o trabalho feminino e infantil foi a primeira palavra de ordem da aplicação capitalista da maquinaria!” (p. 575).

Deste modo, todos os membros da família passam a ser inseridos no modo de produção capitalista, sem distinção de gênero ou idade. Marx (2023) também alerta que essa inserção, desvaloriza o salário recebido pelos trabalhadores, tendo em vista que agora tal valor é distribuído entre todos os membros da família.

Segundo Marx (2023) a maquinaria também altera a relação do capitalista e trabalhador, até então entendida como relação entre aqueles que detêm a propriedade privada e meios de produção, junto àqueles que possuem sua força de trabalho livre para vender. Tendo em vista que agora o trabalhador também vende a força de trabalho de seus filhos e esposa:

Antes, o trabalhador vendia sua própria força de trabalho, da qual dispunha como pessoa formalmente livre. **Agora, ele vende mulher e filho. Torna-se mercador de escravos.** A demanda por trabalho infantil assemelha-se com frequência, também em sua forma, à demanda por escravos negros, como se costumava ler em anúncios de jornais americanos. (Marx, 2023, p. 576-577, grifos da autora)

Assim, a relação entre comprador e vendedor de força de trabalho perde até mesmo a aparência de troca e contrato entre pessoas livres (Marx, 2023). A exploração de crianças e adolescentes segue o mesmo padrão de exploração de pessoas adultas. Neste mesmo período, a mortalidade infantil, sobretudo dos recém-nascidos e aqueles em seus primeiros anos de vida, atingiu grandes porcentagens em diferentes localidades, sejam nas regiões industriais ou rurais. Em relatórios médicos da época, a ausência materna é apontada como uma das causas de tal fenômeno (Marx, 2023). São as mulheres, por ocuparem uma função extraeconômica além da domiciliar, culpabilizadas pelas taxas de mortalidade.

De acordo com Saffioti (1976) o trabalho das mulheres nas indústrias possibilitou uma maior obtenção de lucros ao empresário capitalista, tendo em vista que, devido à inferiorização das mulheres, elas recebiam salários abaixo dos homens. O maior emprego de mulheres nas indústrias no lugar de homens, visando unicamente o lucro capitalista, fez com que surgisse uma rivalidade entre homens e mulheres, onde estes culpabilizam as mulheres pelo seu

desemprego. Neste período, por exemplo, surgem greves na indústria francesa, onde homens reclamam a suspensão do trabalho feminino, defendendo que cabiam às mulheres o lugar de guardiãs dos lares. Tal hostilidade era centrada nas mulheres, visto que os homens não percebiam que o verdadeiro responsável pelo desemprego era o sistema capitalista (Saffioti, 1976).

Esquecia-se também, por parte desses homens, que as mulheres faziam parte do mesmo núcleo familiar, onde sua renda contribuía para a manutenção e reprodução do grupo enquanto um todo. Ou seja, tanto seu baixo salário, quanto sua expulsão do mercado de trabalho, afetariam diretamente a família e conseqüentemente os homens. Como Simone de Beauvoir aponta, “o problema da mulher sempre foi um problema dos homens.” (Beauvoir, 1967 *apud* Saffioti, 1976).

Eram poucos os grupos masculinos que entendiam e/ou defendiam a situação das mulheres no interior do sistema capitalista, Saffioti (1976) cita como exemplo, os trabalhadores das indústrias alimentícias francesas orientados pelo pensamento marxista, uma condição restrita a uma pequena parte dos trabalhadores. A autora (1976) ainda destaca o homem como responsável por desempenhar um importante papel na dupla determinação que a mulher é alvo, isto é, sendo parte de uma classe e pertencente a uma categoria de gênero. As mulheres trabalhadoras ocuparam os cargos menos privilegiados das indústrias, com atividades repetitivas e fragmentadas, recebendo um salário inferior aos homens, ainda que desenvolvessem as mesmas funções.

Ressalta-se que os preconceitos, tanto de raça quanto de gênero, desempenharam um papel de extrema importância para a conservação do domínio do homem hétero cis branco, assim como da acumulação capitalista (Saffioti, 1976). Como consequência deste processo temos a não preparação das mulheres para o exercício de uma profissão, sendo estas, quando possibilitadas a ingressar no mercado de trabalho, direcionadas a empregos específicos sem a perspectiva de progressão de carreira.

Saffioti (1976) aponta que a condição da mulher no interior da sociedade de classes vem sendo analisada por diferentes estudiosos como resultado de dois fatores: o de *ordem natural* e o de *ordem social*. Como ordem natural, uma das maiores justificativas se refere ao fato de capacidade de trabalho das mulheres cair durante os últimos tempos de gestação e nos primeiros meses do pós-parto. Ressalta-se, entretanto, que a maternidade não pode ser encarada como responsabilidade exclusiva das mulheres, tendo em vista que a sociedade de maneira geral, está

interessada no nascimento e socialização de novos indivíduos e gerações, uma condição básica de sua própria sobrevivência.

Os fatores sociais mesclam-se com os de ordem natural, como a exemplo dos afastamentos do trabalho quando o esposo ou os filhos adoecem, tendo em vista que a mulher é tida como responsável pelo lar e sua família, devendo se ausentar para os cuidados deles. Assim, o absentismo é utilizado como justificativa de sua posição inferior na hierarquia dos postos de trabalho e acaba sendo, por conseguinte, uma das consequências dessa inferiorização, trata-se, pois, de uma condição de causa e efeito (Saffioti, 1976).

São tais preconceitos, de acordo com Saffioti (1976), que auxiliam na implementação da ordem capitalista:

Os preconceitos, aparentemente retardadores da implantação da ordem capitalista, funcionam, no fundo, como fatores auxiliares ponderáveis da conservação dessa mesma ordem. É limitando, através do uso cuidadoso das imagens estereotipadas, o grau e a extensão da integração de certas categorias sociais no sistema de produção de bens e serviços que este se resguarda de possíveis rupturas de equilíbrio, mantendo suportáveis as tensões que gera. (Saffioti, 1976, p. 27).

Ainda de acordo com Saffioti (1976), o casamento conjugal junto da escravidão e da propriedade privada inaugura uma época em que cada progresso também significa um passo atrás, tendo em vista que o desenvolvimento de alguns é obtido pelo esforço e sofrimento de terceiros. Engels (2019) também aponta que o casamento conjugal constitui a forma célula da sociedade civilizada.

A família monogâmica tem uma estreita relação com o modo de produção capitalista, onde as relações entre homens e mulheres possuem a mesma natureza que as relações entre diferentes classes sociais, conforme nos aponta Saffioti (1976): “Pode-se admitir que a família monogâmica tenha suas estreitas vinculações com a propriedade privada, ou melhor, com o modo de produção capitalista, sobretudo em seu aspecto reprodutivo, ou seja, no que tange ao direito de sucessão.” (p. 40).

Como sabemos, é através do trabalho que homens e mulheres se constituem enquanto seres sociais, desenvolvem sua consciência social e se relacionam entre si. Para além da divisão social do trabalho, entre quem trabalha e quem explora, teremos a *divisão sexual do trabalho*, tida como “natural” no interior da família monogâmica e da sociedade em geral. Como já apontado, uma das justificativas de tais diferenciações é a própria gestação e a responsabilização pelos cuidados de seus filhos, de sua casa e família (Nogueira, Pereira, Toitio, 2020). As mulheres então são vinculadas ao espaço doméstico, submetidas à dominação da força de seu trabalho, de seus corpos e de sua capacidade reprodutiva:

Assim, a **divisão sexual do trabalho constituiu-se historicamente como a forma de vincular as mulheres ao espaço doméstico e de controlar seus corpos, procurando garantir uma estratégia de reprodução biológica como forma de repor o conjunto da força de trabalho que produz a riqueza social.** Pouco a pouco, institui-se como "natural" o que é considerado como trabalho apropriado às mulheres e aos homens. Isso ocorre quando **a responsabilidade pela reprodução social, que em outras sociedades pertencia ao coletivo, passa a ser transferida às mulheres.** Embora não seja uma determinação exclusiva, a divisão sexual do trabalho se cristalizou na vida das mulheres quando houve a cisão entre as tarefas da produção e da reprodução social. (Nogueira, Pereira, Toitio, 2020, p. 38, grifos da autora).

O capitalismo utilizou, e ainda utiliza, do sistema patriarcal como forma de controle da reprodução da força de trabalho, da renovação do exército industrial de reserva, da domesticação e controle sobre o corpo de mulheres e das diferentes formas de expressão sexual. Ainda sobre a família, para além de uma instituição que permite oprimir as mulheres, é também uma instituição de exploração econômica, que, segundo Cisne e Santos (2018), ocorre por meio de: “[...] trabalhos domésticos não remunerados e pela responsabilidade com o cuidado das crianças e outros membros da família, além da “obrigação sexual” e da cobrança pelo “equilíbrio emocional” dos membros da família.” (p. 60).

De acordo com Bebel (1891), a mulher foi o primeiro ser social a sofrer com a escravização, antes mesmo da existência do escravizado: “Pero por mucha similitud que haya entre la posición de la mujer y la del obrero, hay una cosa en que la mujer ha precedido al obrero: ella es el primer ser humano que fue esclavizado. La mujer fue esclava antes de que existiera el esclavo.” (Bebel, 1891, p. 47). A mulher foi explorada e dominada por homens durante sua vida inteira, primeiro pelo pai e irmãos, depois, dentro do casamento pelos esposos e no mercado de trabalho por seus chefes.

A exploração do trabalho feminino ocorre tendo como justificativa o papel “natural” da mulher, de zelo e cuidado. No trabalho assalariado essa condição também pode ser vislumbrada se considerarmos, por exemplo, a diferença entre trabalhos destinados aos homens e trabalhos específicos às mulheres, que são distintos hierarquicamente (Cisne, Santos, 2018) e correspondem a salários desiguais, onde, de forma majoritária, os homens ocupam as vagas mais rentáveis financeiramente.

Essa divisão sexual do trabalho permite categorizar quais espaços em nossa sociedade são tidos como “femininos” e “masculinos”, numa lógica binária. Tal lógica faz com que haja a criação compulsória de dois gêneros, e estes, por sua vez, só podem se relacionar um com o outro, numa lógica heterossexual. Assim, têm-se a instituição do *heterossexismo* como único sistema de relações afetivas e/ou sexuais possível, e este elemento se torna fundamental para

constituição e desenvolvimento de gêneros e sexualidades em nossa sociedade (Nogueira, Pereira, Toitio, 2020).

Ainda, para além da divisão sexual do trabalho, devemos nos ater à sua dimensão étnico-racial, que se refere à discriminação e exploração que a população negra sofre no mundo do trabalho (Cisne, Santos, 2018). Segundo Almeida (2020), a distinção entre as raças humanas é um fenômeno da modernidade, datado de meados do século XVI, num momento de expansão econômica mercantilista.

A classificação de raças é concretizada através do Iluminismo, que passa a comparar e classificar os seres humanos, distinguindo-os entre civilizados e selvagens (Almeida, 2020). Deste modo, surge a necessidade de se levar a civilização para localidades onde ela não existia, através de um processo de destruição, onde os povos considerados não civilizados eram aniquilados. De acordo com (Moura, 1994),

O racismo é um **multiplicador ideológico que se nutre das ambições políticas e expansionistas das nações dominadoras** e serve-lhe como arma de combate e de justificativa para os crimes cometidos em nome do direito biológico, psicológico e cultural de “raças eleitas”. Há também o racismo interno em várias nações, especialmente nas que fizeram parte do sistema colonial, através do qual suas classes dominantes mantêm o sistema de exploração das camadas trabalhadoras negras e mestiças. (p. 2, grifos da autora)

Neste processo de diferenciação e classificação o homem se torna objeto científico da biologia e física que passam a explicar a diversidade humana por meio de características biológicas - determinismo biológico -, ou condições climáticas e ambientais - determinismo geográfico - (Almeida, 2019). Tais características seriam capazes de explicar a diferença psicológica e intelectual entre as raças, onde, por exemplo, havia a defesa de que a pele não branca e o clima tropical iriam favorecer o surgimento de comportamentos imorais, violentos e de pouca inteligência (Almeida, 2019). Soma-se junto a isto, a recomendação de evitar “misturar” as diferentes raças por meio da miscigenação, tendo como base o racismo científico.

Segundo Almeida (2019), raça é um elemento essencialmente político, um fator utilizado para naturalizar desigualdades e legitimar a segregação e o genocídio de grupos considerados “minoritários”. Ainda hoje, podemos ver como o racismo opera em nossa sociedade. Na divisão racial do trabalho no interior do modo de produção capitalista, por exemplo, são estas as pessoas que ocupam as posições mais subalternas e com menor rendimento.

2.2 Formação sócio-histórica brasileira e a consolidação do sistema patriarcal-racista-capitalista no país

A época de “descobrimientos” da América, no século XV, de maneira geral se constitui como um capítulo da história do comércio da Europa, que acabou encontrando neste território matérias-primas como madeiras, peles, metais preciosos - em localidades específicas -, e condições para o estabelecimento da economia agrícola (Prado Jr., 1961). O Brasil, assim como as demais colônias tropicais colonizadas pela Espanha e Portugal possuía uma característica específica, visto que, ao contrário da Inglaterra, tais países não possuíam braços disponíveis e dispostos a emigrar para as terras descobertas:

Em Portugal, a população era tão insuficiente que a maior parte do seu território se achava ainda, em meados do séc. XVI, inculto e abandonado; faltavam braços por toda a parte, e empregava-se em escala crescente mão-de-obra escrava, primeiro dos mouros, tanto dos que tinham sobrado da antiga dominação árabe, como dos aprisionados nas guerras que Portugal levou desde princípios do séc. XV para seus domínios do norte da África; como depois, de negros africanos, que começam a afluir para o reino desde meados daquele século. (Prado Jr., 1961, p. 24).

De acordo com Gorender (2016), o “descobrimento” do Brasil em 1500 colocou em cena duas formações sociais distintas: os *européus* e os *povos autóctones*:

Os primeiros procediam da sociedade feudal ibero-lusitana, pioneira do mercantilismo e uma das mais avançadas do Ocidente europeu na época; ao passo que os ocupantes presentes no território a ser conquistado constituíam uma sociedade tribal e comunista primitiva, com um modo de vida nômade, inferior aos adventícios no que se refere ao estágio do desenvolvimento das forças produtivas. (Gorender, 2016, p. 89).

O europeu colonizador, deste modo, se considerava superior aos povos que aqui habitavam e dos quais lhe foram tomadas suas terras. Destaca-se que, para além do expansionismo geográfico, têm-se o estrangulamento cultural dos povos conquistados. Assim a cultura europeia é posta de maneira violenta como única possibilidade, conforme aponta Moura (2014a, p. 175): "Mutilador e estrangulador cultural porque impõe pela violência, direta ou indireta, os seus padrões culturais e valores sociais usando para isto desde a morte e a tortura até a catequese refinada chamada de evangelização para dominar os povos escravizados”.

A respeito da aniquilação da cultura indígena, Moura (2014b) relata que todos os padrões adquiridos por meio de experiências e adaptações dos povos autóctones foram descartados pelos jesuítas, por considerá-los imorais e inadequados, e substituídos por outros, que eram totalmente estranhos à população indígena.

Ainda sobre isso, Moura (2014a) aponta que o problema de uma nação em formação, após a expansão do sistema colonial, que contou com membros de diferentes etnias - população nativa, colonizadora e a trazida por meio do trabalho escravocrata -, deve ser observado levando em consideração o sistema de dominação e subordinação construído estrategicamente, seus sistemas de controle e repressão social, organizados pelo grupo dominante através de um aparelho repressivo, assim como a estrutura ideológica produzida.

Os colonizadores europeus, grupo dominante, irão utilizar de seus meios ideológicos, espirituais e materiais para impor sua dominação, ideias e cultura, pois, conforme nos alertam Marx e Engels (2007), as ideias da classe dominante, são as ideias dominantes em cada época. Assim, a classe dominante constitui seu poder de dominação, por meio da força material e espiritual, representando unicamente seus interesses:

A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época. (Marx, Engels, 2007, p. 47)

Evidencia-se assim que a dominação ultrapassa o campo material econômico, abarcando também os aspectos culturais, sociais, ideológicos e espirituais de cada época. No Brasil, por meio dessa mesma dominação, diferentes populações foram alocadas em determinados espaços sociais, onde seu papel, status e função eram estabelecidos por meio da *valorização social e étnica* (Moura, 2014a). Há o estabelecimento de critérios que determinam a posição de cada grupo ou segmento na pirâmide social hierarquizada, onde os homens brancos europeus ocupavam o topo.

A classificação social, deste modo, se organizava da seguinte forma: em sua base se encontrava a população escravizada, inicialmente as etnias nativas do país e posteriormente os povos africanos e seus descendentes; em seu centro as diferentes populações miscigenadas e em seu pico, os colonizadores europeus (Moura, 2014a).

Ainda que crescessem por meio da miscigenação essas populações continuavam sendo dominadas e imobilizadas socialmente: “Com isto, a miscigenação que muitos sociólogos e antropólogos ainda teimam em apresentar como um processo que democratizou a sociedade

brasileira, pelo contrário, hierarquizou (via discriminação étnica) os estratos não brancos nas suas diversas gradações." (Moura, 2014a, p. 206).

No campo econômico têm-se como resultado desta relação e conquista dos europeus sobre o território brasileiro, o surgimento de um modo de produção até então novo: o *escravismo colonial*. De acordo com Gorender (2016), a categoria *escravidão* por si só não representa um modo de produção, mas quando se estabelece como um tipo de relação produtiva, dá lugar a dois modos de produção diferentes: *escravidão patriarcal*, aquela caracterizada pela economia natural e *escravidão colonial*, que se estabelece no sentido de produção de bens para serem comercializados.

Soma-se a este sistema de escravidão, o sistema de *plantagem*, que na América Latina combinaram-se e fundiram-se em um só. O que dá origem também, segundo Gorender (2016), ao termo *engenho*, que abrange a plantagem em sua totalidade, desde o cultivo da planta até sua transformação industrial em mercadoria. Tal plantagem escravista, antecedeu a agricultura capitalista moderna.

Ainda sobre o escravismo colonial, Moura (2014b) aponta que as tentativas de escravização dos povos indígenas não obtiveram os resultados esperados, visto que o estágio cultural dos mesmos era tido como inferior às atividades que deveriam ser desempenhadas, ou seja, eles não eram considerados qualificados para tal atividade pelos portugueses. Desta forma, sendo a força de trabalho humana do autóctone de pouca rentabilidade, apesar de barata, e a do europeu impossibilitada de assumir o status que o colono necessitava, a escravidão africana foi a solução mais lógica e rentável encontrada pela Colônia e colonizadores (Moura, 2014b).

A respeito da escravidão, Gorender (2016) aponta se tratar da condição do indivíduo - o escravizado - ser propriedade de outro ser humano. Diz respeito à sujeição da pessoa escravizada ao seu proprietário. Ainda, em sua condição de propriedade, o escravizado assume o estado de *objeto*, ingressando em um processo de *coisificação* e assumindo a forma de *coisa*. O autor (2016) ainda aponta que, com o desenvolvimento da escravidão, tais indivíduos eram considerados como animais de trabalho, por seus senhores:

Assim que a escravidão saiu da fase embrionária e mais ou menos acidental nas comunidades primitivas, ganhando, na sociedade já dividida em classes, contornos definidos e institucionalizados, a tendência dos senhores de escravos foi a de vê-los como animais de trabalho, como *instrumentum vocale*, bem semovente. (Gorender, 2016, p. 97).

Segundo Gorender (2016), o escravizado aos poucos toma consciência de sua condição não coisificada, realizando como primeiro ato humano o crime, o atentado contra seu senhor e fuga do cativeiro. Neste aspecto, destaca-se um ponto de contradição do sistema colonial

escravista, referente a responsabilização pelos crimes cometidos, visto que, se um escravizado cometesse algum delito, deveria ser punido em condição igual a dos outros homens - na verdade, de maneira bem mais violenta -, no entanto, quando vítima de algum delito, assumia a condição de objeto: “Impedido por lei de denunciar o senhor ou de testemunhar contra ele, sem contar com apoio na opinião pública dos homens livres, o escravo ficava de fato entregue ao arbítrio senhorial.” (Gorender, 2016, p. 103). Ora homem, ora objeto, o escravizado assumia a forma imposta e que melhor atendesse os interesses do grupo dominante.

O modo de produção escravista, tanto o patriarcal quanto o colonial, supunham também um gasto com vigilância, visando obter o máximo de produtividade possível, bem como evitar possíveis fugas dos sujeitos escravizados, capturando-os e aplicando as devidas punições (Gorender, 2016). No Brasil, por exemplo, têm-se os *homens do mato*, responsáveis pela busca de fugitivos e destruição de quilombos. Uma vez capturados, era comum os açoites de escravizados em praças públicas, nos conhecidos pelourinhos. Do ponto de vista econômico, os gastos com vigilantes de escravizados eram bem maiores do que aqueles que vigiavam trabalhadores livres.

Segundo o mesmo autor (2016), o escravizado, sendo considerado mercadoria, era sujeito às relações de compra e venda e não possuía sua família reconhecida tanto civilmente, quanto pela Igreja, assim, eram comuns os casos em que homens, mulheres e filhos eram separados e vendidos a senhores distintos. Enquanto mercadorias podiam ser comprados, vendidos, alugados, doados, hipotecados etc.

Sendo a escravidão uma condição perpétua, seu fim só ocorria com a morte do indivíduo escravizado e, mesmo aqueles que, com alguma sorte, conseguiram sua liberdade, eram subordinados e inferiorizados em relação aos homens que nasceram livres. Para além da captura, o nascimento também constitui uma condição para escravidão, conforme demonstra Gorender (2016):

De acordo com o princípio do *partus sequitur ventrem*, o filho de mãe escrava devia ser escravo por toda a vida, herdava o status da genitora e pertencia ao senhor dela. Em consequência, além da captura, o nascimento constituiu uma das fontes normais e estabelecidas da escravidão. (p. 116).

O que é alterado, civilmente, com a imposição da Lei do Ventre Livre em meados dos anos 1870, quando os filhos de mulheres escravizadas passam a nascer na condição de indivíduos livres. E a Lei dos Sexagenários nos anos 1880, que determinava a liberdade dos escravizados de mais de sessenta anos.

Como já apontado, para além da ordem econômica, o sistema escravista colonial também organizava o campo social e cultural, estabelecendo um aparelho ideológico de dominação, garantindo simbólica e estruturalmente o poder dos brancos europeus (Moura, 2014a). Assim, os indivíduos mais próximos do ideal étnico imposto, dos brancos, eram os mais valorizados na escala classificatória das elites societárias. Debret (1834 *apud* Moura, 2014a) estabelece o sistema classificatório por meio de onze denominações distintas, onde cada qual correspondia a seu grau de civilização, sendo elas:

1 - Português da Europa, português legítimo ou filho do reino. 2 - Português nascido no Brasil, de ascendência mais ou menos longínqua, brasileiro. 3 - Mulato, mestiço de branco com negra. 4 - Mameluco, mestiço das raças branca e índia; 5. Índio puro, habitante primitivo: mulher china. 6 - Índio civilizado, caboclo, Índio manso. 7 - Índio selvagem, no estado primitivo, gentio, tapuia bugre. 8 - Negro da África, negro da nação, negrinho. 9 - Negro nascido no Brasil, crioulo. 10 - Bode, mestiço de negro com mulato; cabra, a mulher. 11 - Curiboca, mestiço da raça negra com índio. (Debret, 1834, p. 87 *apud* Moura, 2014a, p. 207)

De acordo com Moura (2014a), o sistema simbólico e material detinha o poder de subjugar as populações autóctones e africanas, possuindo dois estágios: o primeiro corresponde ao período escravista e o segundo trata-se da abolição da escravatura até os dias atuais. Desta forma, no primeiro estágio, têm-se o estabelecimento de barreiras jurídicas e simbólicas que retiravam todos os direitos dos indivíduos escravizados, impondo-lhes o imobilismo social, com barreiras sociais e econômicas:

Os escravos, quer negros, quer pardos, só podiam conseguir mobilidade social (vertical ou horizontal) de modo significativo e socialmente relevante por meio das fugas, dos quilombos, das insurreições ou do bandoleirismo quilombola. Somente através desse movimento radical eles reconquistavam a liberdade, ou mediante alforrias compradas ou concedidas, muitas vezes quando o escravo já havia chegado quase ao fim da existência ou ficava incapacitado para o trabalho. (Moura, 2014a, p. 208-209).

Mesmo quando libertos, os ex-escravizados possuíam uma série de impedimentos relacionados à sua cidadania. Segundo Moura (2014a), os mulatos livres, organizando-se e criando sua própria imprensa, lutavam pelo status de cidadão e contra as restrições que lhes eram impostas, mas não reivindicam em suas colunas a abolição da escravatura ou direitos aos negros escravizados. Isto torna evidente a dominação ideológica colonial, responsável por dividir e neutralizar os diferentes segmentos de pessoas não-brancas, implementados por meio da miscigenação e hierarquização social (Moura, 2014a).

No segundo estágio de subjugação social, foram utilizadas outras formas de barragem e hierarquização, utilizando-se do princípio de igualdade de todos perante a lei. Uma igualdade

ilusória, visto que, mesmo na condição de não mais escravizado, o negro, não era visto como cidadão.

Isso levou a que o cidadão negro - ex-escravo - não encontrasse oportunidade no mercado de trabalho, na interação social global, tendo um espaço social no qual lhe permitiam uma circulação restrita de tal forma que sua personalidade, sem conseguir criar mecanismos de defesa contra tal situação, se deformou pela ansiedade cotidiana que dele se apoderou desde quando saiu de casa e especialmente quando reivindicou cargos ou funções que a ele, por táticas sub-reptícias e não mais visíveis, não foram permitidos socialmente. (Moura, 2014a, p. 210).

As consequências de tais subjugações, exploração e dominação são sentidas até os dias atuais, tendo em vista o racismo ainda vigente em nossa sociedade e a dívida histórica junto a esta população.

2.2.1 Brasil Colônia: gênero e sexualidade

Para além dos escravizados, portugueses e espanhóis encontraram nas colônias americanas indígenas que foram aproveitados como mão de obra de trabalho (Prado Jr., 1961). Neste processo de colonização têm-se, de maneira conjunta, o extermínio dos povos originários que aqui habitavam, a escravização dos povos negros sequestrados de seu continente de origem, bem como o estupro de mulheres indígenas e negras escravizadas.

No Brasil Colônia as noções de sexualidade e de gênero eram ditadas pela moral cristã, sobretudo através da figura da Igreja Católica, onde práticas sexuais não heterossexuais eram consideradas pecado e a única relação sexual válida era a existente dentro da família monogâmica, patriarcal e heterossexual, entre homens e mulheres brancas.

A noção de pecado, a visão dicotômica entre carne e espírito e, sobretudo, o matrimônio religioso como a única forma possível de constituir família eram formas como a religião disciplinava as relações de sexualidade e de gênero. A prática sexual e a realização dos desejos da carne eram desaprovadas violentamente. A única relação sexual que não era considerada pecado era a relação heterossexual, monogâmica e voltada para a reprodução. E isso dentro da família patriarcal, **em que a sexualidade das mulheres brancas poderia ser controlada cotidianamente, enquanto as mulheres escravizadas eram obrigadas a servir sexualmente.** (Nogueira, Pereira, Toitio, 2020, p. 83, grifos da autora).

Neste período, com a imposição do Tribunal do Santo Ofício responsável pela Inquisição Brasileira temos, conseqüentemente, a criminalização das práticas de sodomia (Trevisan, 2018). As relações heteropatriarcais de gênero e sexualidade se constituíram no Brasil Colônia através da imposição do modo de vida europeu, onde as missões católicas desempenharam funções de adequar os povos originários ao modo de vida “digno”, ações estas

que também se referiam ao estupro e casamentos forçados entre indígenas e portugueses (Nogueira, Pereira, Toitio, 2020). Conforme também nos aponta Moura (2014^a, p. 218),

Em relação ao índio, primeiro houve a fase genocida de ocupação da terra e da destruição de milhares de seus membros. Depois, a fase da cristianização, da catequese, da chamada evangelização, ou seja, da destruição das suas religiões e de sanções àqueles que não aceitassem submissamente a religião do colonizador que exercia, nesse contexto, o papel de bloco ideológico do poder.

Cabe apontar que os povos originários aqui presentes já constituíam diferentes formas de relações sociais, inclusive referente às práticas e relações sexuais, o que fomentou o confronto de valores entre portugueses e indígenas. Estas relações foram fortemente combatidas pelos portugueses, sobretudo através da catequização e demais intervenções realizadas pela Igreja Católica.

Se de um lado temos a instauração de estupros violentos de mulheres indígenas pelos homens brancos europeus, do outro, se tem a Igreja Católica com as tentativas de evangelizar tais grupos populacionais, isto por meio do batismo, catequização e do casamento formalizado por um padre (Nogueira, Pereira, Toitio, 2020).

A população negra escravizada, ao contrário dos povos indígenas, era tida como sem “alma” e, portanto, não precisavam ser “salvas”. Como já apontado, a classificação entre as raças, estabelecia quais indivíduos eram ou não civilizados, deste modo, o povo negro, considerado selvagem, eram pessoas vistas como meros objetos coisificados, sem sexualidade e/ou desejos. Também era negado a eles o direito de constituir família em modelo similar ao dos portugueses, tal prática era única e exclusiva do homem branco cisgênero, heterossexual e proprietário de terras (Nogueira, Pereira, Toitio, 2020), podendo os negros somente servir enquanto instrumento de trabalho.

A organização do trabalho no Brasil, assim, se concretizou através do tráfico humano e escravização dos povos negros. Neste momento, ainda que não houvesse uma divisão sexual do trabalho, visto que as mulheres africanas desempenhavam as mesmas funções que os homens, estas possuíam um diferencial: eram também suscetíveis a diferentes formas de violência sexual.

Muitos homens mais velhos obrigavam seus filhos à prática sexual com mulheres escravizadas com o objetivo de promover sua iniciação sexual. Do jovem ao adulto branco da elite colonizadora, **a usurpação do corpo de mulheres indígenas e negras instaurava uma “cultura do estupro”**, que atuava para naturalizar o estupro dentro de uma sociabilidade em que essa prática se torna algo recorrente e tolerado, seja dentro do matrimônio, seja fora dele, ao mesmo tempo que criava um mecanismo que podia ser mobilizado para a imposição do heterossexismo. (Nogueira, Pereira, Toitio, 2020, p. 91, grifos da autora).

Desta forma, torna-se evidente que a exploração econômica da mulher escravizada era consideravelmente mais elevada do que a do homem escravizado, conforme nos aponta Saffioti (1976):

[...] por **ser a negra utilizada como trabalhadora, como mulher e como reprodutora de força de trabalho, se fazia também através de seu sexo**, a mulher escrava se constituía no instrumento inconsciente que, paulatinamente, minava a ordem estabelecida, quer na sua dimensão econômica, quer na sua dimensão familiar. (p. 90, grifos da autora)

Como produto dessa cultura do estupro, têm-se os filhos destas “relações”, a miscigenação - forçada - da nação brasileira, que se torna foco de tensões econômicas e sociais. De acordo com Saffioti (1976), acreditava-se que a miscigenação não poderia alterar de maneira substancial as posições que as duas raças - branca e negra - ocupavam no sistema social, ou seja, fora dos quadros da família. No entanto, essa crescente massa populacional, miscigenada, ao lado da impossibilidade de crescimento da população escravizada de modo a atender as demandas de produção, devido ao alto nível de mortalidade nas senzalas, constituía uma ameaça à ordem estabelecida. Assim, no plano interno, a miscigenação e o fundamento pecuniário da escravidão constituíram dois fatores de instabilidades na relação entre senhores e escravizados.

Sabe-se que o modo de produção escravista colonial, constituído por meio da violência e estupro, serviu como elemento fundamental à acumulação capitalista na Europa, visto que encontraram um modo ideal de extração de riqueza por meio da escravização dos povos negros africanos. De acordo com Saffioti (1976) o capitalismo industrial em desenvolvimento na Europa, obteve grandes vantagens com a colonização e economia escravocrata brasileira, seja em sua fase colonial ou imperial, tendo em vista seu caráter econômico exportador de matérias primas, agrícolas e minerais. Tal processo foi de extrema importância para a constituição do capitalismo internacional, tendo em vista sua economia exportadora e de caráter dependente dos países do sistema internacional.

De acordo com Marini (2000), a América Latina foi forjada e se desenvolveu no século XVI, momento em que se tem o capitalismo nascente na Europa, tendo, deste modo, estreita ligação com a dinâmica do capital internacional. É através da Colônia, responsável pela produção de materiais preciosos, que se torna possível o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, ou seja, as colônias sustentaram o sistema manufatureiro europeu, possibilitando a abertura de caminho para a criação e consolidação da grande indústria mundial.

Destaca-se ainda que durante a vigência do sistema escravocrata no Brasil não era possível o desenvolvimento capitalista, tendo em vista que tal modo de produção supõe a compra e venda da força de trabalho livre. Deste modo, o escravizado passa a tornar-se um

obstáculo à implementação do capitalismo no país, sendo incompatível com tal sistema e até mesmo, menos rentável.

Outro ponto que merece destaque é que a mão de obra escravizada se torna cada vez mais cara em relação a compra de força de trabalho assalariada, que era capaz de incorporar avanços tecnológicos em seu interior. O projeto abolicionista em desenvolvimento, deste modo, possuía uma diversidade de motivações.

Neste sentido, Saffioti (1976) aponta que a abolição da escravatura deve ser apreendida no interior do quadro internacional onde nasceu e evoluiu o escravismo moderno, ou seja, por meio das relações contraditórias no plano externo e interno, que perduraram durante mais de três séculos de utilização da força de trabalho escravizada na economia dependente vigente no país.

A práxis abolicionista era bastante diversificada, compreendendo uma gama de comportamentos, que iam desde a adesão às ideias emancipacionistas, por motivos que revelavam uma compreensão da irreversibilidade do processo desencadeado, até às posições denotadoras de uma visão mais rica e integrada da formação socioeconômica brasileira na conjuntura internacional. Mesmo os representantes desta última posição, contudo, não parecem ter sido capazes de superar uma visão mais ou menos imediatista da conversão do negro em cidadão livre. Quanto aos liberais, agora sim, tudo indica que sua atuação estivesse sendo determinada, precipuamente, por suas vinculações político-partidárias. Quaisquer que tenham sido os graus de consciência alcançados pelos diferentes grupos sociais em relação à necessidade de se abolir a escravidão do negro, é possível distinguir, no conjunto do movimento abolicionista e, portanto, na Abolição, como efetivação concreta deste movimento, motivos que, consciente ou inconscientemente, levaram os agentes sociais de condição livre a promover a constituição histórica de mais uma determinação do sistema capitalista de produção. (Saffioti, 1976, p. 81).

Assim, lutando pela abolição do trabalho escravizado, os brancos - majoritariamente homens, tendo em vista a não participação política e social de mulheres neste contexto -, visavam seus próprios interesses, buscando transformar o trabalho escravocrata em trabalho livre e não a transformação do escravizado em cidadão (Saffioti, 1976).

No Brasil Colônia, cabe ressaltar que mesmo com o fim do período de escravização dos povos negros, foram criados e reforçados mecanismos para que estes continuassem à margem da sociedade, sem direito ao acesso à educação, terras e/ou trabalho livre. Os trabalhadores livres eram aqueles imigrantes trazidos de países europeus para “povoar” uma nova nação, enquanto os negros eram marginalizados, excluídos e tidos como “preguiçosos” e “vagabundos”. Os indivíduos negros assumem a posição de não mais escravizados, no entanto, lhes são negadas as condições para acessar o mercado de trabalho formal, enquanto trabalhador livre e até mesmo de cidadão brasileiro, tendo em vista que seus direitos e deveres lhes são negados. Como bem sintetiza Almeida (2023) nas considerações finais de sua tese:

Após gerações e gerações serem consumidas nos engenhos, nos cafezais, algodoais, minas, fazendas e cidades, na lavoura e casa grande, fertilizando o solo com o seu trabalho e com sangue, tantas vezes derramados, “escravos” se tornavam, doravante, desnecessário e onerosos para os setores mais dinâmicos da economia brasileira. Os quais, depois de ter contado com o apoio da lei de terras, 1850, com a política imigrantista e seu projeto branqueador, e finalmente com uma abolição lenta, segura e gradual, podiam agora introduzir trabalhadores livres e formas de trabalho assalariados ou semi-assalariado em suas fazendas. (p. 374).

De acordo com Nogueira, Pereira, Toitio (2020) a constituição do Estado brasileiro não eliminará as estruturas coloniais do país, ao contrário, estas seguirão intactas, representando os interesses da elite burguesa. Esta burguesia não produzirá um projeto de nação, mas terá poder o suficiente para barrar os anseios das classes subalternas. Neste sentido o desenvolvimento do capitalismo dependente no país foi realizado de modo a atender as elites nacionais e internacionais.

As particularidades do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, fará com que a classe trabalhadora do país seja diversa, assim como suas formas de exploração e dominação. Como exemplo disso, temos a própria população negra, a qual foi negada a inserção no mercado de trabalho, sendo direcionada à marginalização social, econômica e política no país. Homens e mulheres à margem da sociedade (Nogueira, Pereira, Toitio, 2020). O patriarcado, outro elemento constitutivo da sociabilidade capitalista no país, também negava às mulheres brancas os direitos civis e políticos, gozados apenas pelos homens brancos.

O esgotamento do modo de produção escravista-colonial, possui ainda, para além das questões políticas e econômicas externas, a organização e resistência do próprio povo negro. Exemplo disso são os quilombos, que constituíram uma forma de organização de um Estado alternativo dentro do sistema escravocrata vigente. Trata-se, portanto, de um território de resistência e resgates culturais, religiosos, ancestrais, onde o escravizado deixa a condição de coisa para se tornar livre, para restabelecer sua humanidade (Moura, 2021).

Segundo Cisne e Santos (2018) somos síntese desse passado de lutas e resistências, da organização política destes indivíduos nas senzalas, aldeias, quilombos, cangaço, na colônia, nas revoltas e rebeliões, nas ruas, casas e demais espaços onde dominação, exploração e resistência se entrelaçaram moldando a realidade social.

Santos e Oliveira (2010), chamam a atenção para a dimensão da diversidade e sua implicação sobre a vida de mulheres distintas seja por classe, raça, orientação sexual e outras:

A dimensão da diversidade (gênero, raça, orientação sexual, dentre outras) permite-nos verificar que as mulheres estão inseridas num contexto de desigualdade que, determinado por relações sociais historicamente construídas, coloca-as em situações de subordinação e opressão, advindas seja por se apropriarem historicamente de menos poder do que os homens; seja por seu pertencimento a uma classe dominada,

alheia à riqueza socialmente produzida ou, seja, ainda, por pertencer a uma raça/etnia historicamente oprimida. Acrescente-se, ainda, a orientação sexual que implica outro recorte na caracterização das formas de opressão e de violação de direitos. (Santos, Oliveira, 2010, p. 13).

O capitalismo assim, se beneficia da opressão que as mulheres são vítimas, seja no campo ideológico, por meio da construção social do papel da “mulher” e sua vinculação ao espaço privado e à família, tanto no campo econômico, com uma maior exploração no mercado de trabalho, oriundo de sua subalternidade (Santos, Oliveira, 2010).

A respeito do heterossexismo, cabe apontar que no interior do capitalismo, este ganha ares científicos, ou seja, as relações que fugissem a norma heterossexual, eram tomadas enquanto patologização. Essa ofensiva, mesmo que aplicada a todas as classes sociais, ocorria de forma diferente a depender de seu status na sociedade, ou melhor dizendo, de sua raça e etnia. Os homens homossexuais negros, de classes sociais mais pobres, eram destinados a prisões por atentado ao pudor ou vadiagem, enquanto homossexuais de classes sociais altas eram destinados a tratamento psicológico e internamento em manicômios (Nogueira, Pereira, Toitio, 2020).

Comprendemos que ambas as classes eram submetidas a violências físicas e psicológicas, no entanto, de maneiras mais ou menos violentas a depender de sua classe, raça ou etnia (Nogueira, Pereira, Toitio, 2020). O trato violento junto aos sujeitos homossexuais são mais um sinal da herança colonial que o país ainda carrega consigo, uma sociedade que naturaliza as desigualdades sociais e a violência como forma de civilizar sua nação (Nogueira, Pereira, Toitio, 2020).

2.2.2 Capitalismo dependente

Moura (2014b) elenca uma série de fatores externos e internos que devem ser considerados para compreensão da abolição do trabalho escravizado em nosso país, sendo alguns deles: a formação de um mercado concorrencial internacional na produção de cana de açúcar, bem como a crise na produção brasileira e conseqüente decadência do trabalho escravo; uma política migratória intensiva dos países europeus; necessidade de ampliação do mercado de consumo brasileiro, visando inclusive os indivíduos escravizados; surgimento das primeiras indústrias no país, que exigiam a oferta de mão de obra livre; campanha abolicionista que envolvia a participação de trabalhadores, intelectuais e classe média; a resistência e luta dos próprios escravizados; entre outras.

Era toda uma conjuntura econômico-política delicada e complexa que se apresentava ante os olhos da Regente: uma economia em decomposição e uma opinião pública que, na sua quase totalidade, condenava o sistema de trabalho que predominava ainda na agricultura. Certamente, sentindo-se forçada ante o império das circunstâncias - um ano antes mandara espingardear os escravos fugidos - deveria ter raciocinado como, tempos depois, frente ao problema da revolução que se aproximava, exprimiu-se um político brasileiro, exclamando: “Façamos a abolição antes que os escravos a façam...” Era o medo da “vingança bárbara e selvagem”, de Nabuco, tomando forma jurídica: a Lei Áurea... (Moura, 2014b, p. 50).

A abolição da escravatura é o início do longo processo de desenvolvimento da economia brasileira, que terá seus primeiros efeitos, de acordo com Saffioti (1976) apenas nos anos que se seguem à crise de 1929. Cabe ressaltar que com o desenvolvimento do industrialismo, a força de trabalho escrava, após três séculos de utilização altamente lucrativa à economia agrícola no país, torna-se seu entrave:

[...] quer do desenvolvimento das forças produtivas nacionais, quer da expansão dos mercados de consumo que deveriam alimentar a já então avançada industrialização da Inglaterra. Como somente em circunstâncias muito especiais, como as que foram referidas anteriormente, o emprego de força de trabalho escrava torna a empresa altamente rentável, a manutenção do cativo no Brasil representava, em realidade, a conservação de uma desvantagem na competição com economias baseadas na mão-de-obra assalariada. (Saffioti, 1976, p. 82)

Tanto no quadro internacional capitalista, quanto da economia interna brasileira, colocava-se a necessidade do assalariamento da mão de obra, inclusive como iniciativa dos próprios senhores de escravizados, que se viam ameaçados com as constantes revoltas de negros (Saffioti, 1976). Ainda que a abolição não tenha produzido uma incorporação dos povos negros no mercado assalariado, pode ser vista através de dois marcos importantes: a desintegração da ordem senhorial escravocrata e a constituição da sociedade de classes.

Marini (2000) aponta que até meados do século XIX, a exportação latino-americana se encontrava estagnada e sua balança comercial não era positiva, sendo assim, foram os empréstimos externos que se converteram em sustentação à capacidade de importação. Com o aumento das exportações, a dívida externa passa a transferir parte do excedente obtido em território latino-americano para a metrópole. E a partir deste momento forja-se a dependência, compreendida como subordinação entre nações independentes: “[...] as relações de produção de nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. O fruto da dependência só pode assim significar mais dependência [...]” (Marini, 2000, p. 109). Destaca-se ainda que a situação colonial se diferencia da situação de dependência, ainda que se dê continuidade entre elas, estas não são homogêneas.

Quando chamada a atuar de maneira coadjuvante na acumulação capitalista, por meio de sua capacidade produtiva, a América Latina o faz através de uma acumulação fundada na

superexploração do trabalhador e não pela incrementação de sua produção. Essa superexploração ocorre por meio da junção de três mecanismos: intensificação do trabalho; aumento da jornada de trabalho; e expropriação de parte do trabalho necessário ao trabalhador para reposição de sua força de trabalho (Marini, 2000).

A acumulação latino-americana nasce para atender as exigências de circulação capitalista, cujo eixo se encontra nos países industriais e centrado no mercado mundial, ou seja, a produção latino-americana não depende de sua capacidade interna de consumo para sua realização:

Opera-se assim, do ponto de vista de país dependente, a separação dos dois momentos fundamentais do ciclo do capital - a produção e a circulação de mercadorias - cujo efeito é fazer que apareça de maneira específica na economia latino-americana a contradição inerente à produção capitalista em geral, isto é, a que opõe o capital e o trabalhador enquanto vendedor e comprador de mercadorias. (Marini, 2000, p. 132).

Na economia exportadora latino-americana, como a circulação se separa da produção e se efetua no âmbito do mercado mundial externo, o consumo individual do trabalhador não interfere no processo de produção da mercadoria, ainda que determine a taxa de mais-valor (Marini, 2000). Têm-se, desta forma, a tendência natural do sistema capitalista explorar ao máximo a força de trabalho do trabalhador, sem se preocupar em criar as condições necessárias para que este se reponha, visto a possibilidade de substituí-lo mediante o ingresso de novos trabalhadores no ciclo produtivo (Marini, 2000).

O caráter de país dependente estabelece barreiras para o desenvolvimento da industrialização no país e, de acordo com Saffioti (1976), o grande salto para industrialização brasileira ocorre com a Revolução de 1930 quando o mercado interno, finalmente, passa a se tornar fator dinâmico do sistema econômico nacional, buscando sua própria autonomia.

O movimento revolucionário de 1930, encarnando as aspirações populares e as ideias nacionalistas que se vinham manifestando já desde o fim do império, representa, pois, num momento em que a vigilância do centro hegemônico do sistema capitalista internacional se enfraquece devido à crise mundial, uma séria tentativa, parcialmente concretizada, posteriormente, de desenvolvimento de uma economia autônoma. (Saffioti, 1976, p. 83).

Segundo Marini (2000), somente quando a crise da economia capitalista internacional, entre a primeira e segunda guerra mundiais, insere obstáculos à acumulação baseada na produção ao mercado externo, que o eixo da acumulação interna se move para a indústria. Neste processo, a esfera de circulação, articulada pela oferta externa de produtos manufaturados de consumo, se desloca para a produção interna. Através desta base, no decorrer da década de 1950, prosperaram distintas correntes chamadas de desenvolvimentistas, que: “[...] supunham

que os problemas econômicos e sociais que afetam a formação social latino-americana eram devidos a uma insuficiência de seu desenvolvimento capitalista e que a aceleração deste bastaria para fazê-los desaparecer.” (Marini, 2000, p. 137).

É evidente que o processo de industrialização latino-americano se desenvolveu de maneira frágil, sendo possível sua ampliação apenas quando fatores externos, como as crises, fecharam o acesso ao mercado de importação (Marini, 2000). Cabe apontar que a industrialização na América Latina, portanto, nasce para atender uma demanda já constituída e irá se estruturar com base nas exigências de mercado procedentes de países avançados.

Tendo em vista que os países latino-americanos não possuíam tecnologias o suficiente para produção e acumulação capitalista, esse processo irá ocorrer por meio da exploração do excedente da mão de obra, com o pressionamento da baixa de salários: “Isto lhe permitirá absorver grandes massas de trabalho, o que, acentuado pela intensificação do trabalho e prolongação da jornada, acelerará a concentração de capital no setor industrial.” (Marini, 2000, p. 141).

Destinada à produção de bens que não ingressam no consumo popular, a economia industrial latino-americana independe das condições salariais dos trabalhadores. Isto, pois, ao não ser um elemento essencial ao consumo individual do trabalhador, tais manufaturas não determinam o valor da força de trabalho. Isto leva o capitalismo industrial a buscar o aumento da mais-valor por meio da maior exploração do trabalhador, bem como pelo rebaixamento de salários (Marini, 2000). Deste modo, a economia industrial dependente reproduz a acumulação capitalista por meio da superexploração do trabalhador.

2.3 Relações patriarcais de gênero e sexualidade na particularidade brasileira

Como apontado por Nogueira, Pereira, Toitio (2020) e Trevisan (2018), as relações não heterossexuais, bem como a diversidade de gênero já estavam presentes em diferentes povos originários no país, antes mesmo da chegada dos portugueses às terras brasileiras. No entanto, a forma truculenta de combate a homossexualidade, desenvolvida arduamente durante o Brasil Colônia, pouco se alterou com a abolição da escravatura, formação do Estado burguês e a industrialização do país. A perseguição aos sujeitos LGBTQIAPN+, ao longo da história, perpassou (e ainda perpassa) por diferentes âmbitos e justificativas: a noção de pecado, perversão, doença, distúrbio psiquiátrico, entre outros.

Ressalta-se que, ainda que o capitalismo não tenha aprovado abertamente a violência contra essa população, utilizou-se dela para expansão e sucesso de sua fase moderna:

Para colocar a indústria para funcionar e para controlar politicamente a urbanização, o controle e a violência sobre as sexualidades e as identidades de gênero “desviantes”, além da imposição da família patriarcal como único modelo de família, eram formas eficientes de disciplinar mentes e corpos, conformar personalidades e trajetórias de vida. (Nogueira, Pereira, Toitio, 2020, p. 114).

No entanto não foi só nas sociedades capitalistas que a ideia da homossexualidade como doença ou pecado foi difundida, temos também, por exemplo, forte perseguição aos homossexuais no período stalinista (Nogueira, Pereira, Toitio, 2020). Segundo estes mesmos autores (2020), o movimento operário, desenvolvido ao longo do século XIX, se apresenta como precursor da organização política de outros movimentos sociais e é no fim deste mesmo século que surgem as primeiras iniciativas de defesa dos direitos de indivíduos homossexuais.

No entanto, a organização política no interior de tais movimentos não se encontrava livre de reproduzir contradições e desigualdades, como o exemplo, têm-se o destaque aos homens gays que, historicamente, sempre tiveram maior visibilidade do que as mulheres. O movimento homossexual da época era majoritariamente destinado aos homens gays, que conquistaram a hegemonia da agenda política bem como da linguagem do movimento (Nogueira, Pereira, Toitio, 2020). A maior disponibilidade dos homens em se organizarem politicamente fizeram com que tais demandas coletivas fossem monopolizadas pelos mesmos, tendo em vista a divisão sexual do trabalho e a sobrecarga de trabalho das mulheres, conforme nos aponta os autores:

A divisão sexual do trabalho, que remete a mulher ao espaço privado-doméstico e o homem para o espaço público-produtivo, possibilitou o protagonismo dos homens gays na organização do movimento político contra o heterossexismo. Por consequência, a voz e os interesses gays passaram a predominar diante dos outros segmentos, os quais construíam aos poucos uma identidade coletiva própria (Nogueira, Pereira, Toitio, 2020, p. 128-129).

Isto não significa colocar em dúvida a trajetória das lutas realizadas pelos homens homossexuais, mas sim de apontar que até mesmo no interior deste movimento as mulheres e demais identidades de gênero foram historicamente invisibilizadas e até mesmo silenciadas.

2.3.1 Movimento LGBTQIAPN+ e as esquerdas partidárias no Brasil

No Brasil, a partir da década de 1940, com o intenso processo de urbanização e industrialização do país, a homossexualidade passou a ganhar visibilidade no país para além das notícias e dados a respeito da violência, através da possibilidade de se criar locais de sociabilidade de diversidade sexual e de gênero, sobretudo nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro (Santos, 2016). Essa sociabilidade permitiu também, posteriormente, o início da

organização política de tais sujeitos, sobretudo a partir da década de 1970 com o retorno dos exilados durante o período da ditadura civil militar brasileira que tiveram contato com o mundo exterior e suas lutas a respeito da liberação homossexual (Trevisan, 2018).

As primeiras iniciativas de formação de grupos homossexuais nos centros urbanos, que ainda viviam os efeitos do período ditatorial e gradativamente experimentavam a abertura democrática, estavam rodeadas de questões referentes à importância desse debate frente ao momento político que o país se encontrava, questionando-se, como demonstra Trevisan (2018) se: “[...] seria politicamente válido que nos reuníssemos para discutir sexualidade, coisa considerada secundária no grave contexto político brasileiro? [...] Como se não bastasse, 70% do grupo admitia francamente se achar anormal por causa da homossexualidade.” (Trevisan, 2018, p. 315)

De acordo com Trevisan (2018), em 1978 grupos de mulheres inseridas dentro de organizações partidárias de esquerdas começavam a levantar, numa perspectiva feminista, debates como sexualidade e aborto. Neste mesmo período outros grupos emergiram e passaram a buscar espaço no cenário político, levantando suas bandeiras de luta, como é o caso do movimento negro e ativistas ecológicos. As temáticas até então inéditas no cenário político brasileiro não causaram grande entusiasmo nas esquerdas, pelo contrário, para eles a sexualidade, gênero e racismo eram problemas pouco relevantes se comparada à problemática “maior”: a luta de classes (Trevisan, 2018). Para o autor (2018), a visão das esquerdas partidárias, no período em questão, era a de que as lutas das “minorias” deveriam estar subordinadas à luta da classe operária, sendo esta, mais importante e urgente do que qualquer outra.

Em 1979 um grupo de homossexuais, que ainda não possuía nome, foi convidado para uma mesa de debate sobre homossexualidade pela faculdade de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (USP), e segundo Trevisan (2018), como era de se esperar houve muitas divergências de opiniões entre os presentes - palestrantes e participantes -. De acordo com o autor (2018), de um lado havia a esquerda universitária que os acusava de trair a causa maior da luta da esquerda junto a classe operária, e do outro, havia a reivindicação, pelo grupo homossexual, sobre a originalidade e independência da temática:

A primeira posição representava a “luta maior”, segundo o qual haveria prioridades revolucionárias - e a prioridade máxima era, justamente, a luta do proletariado, que deflagaria e conduziria a revolução e, seu sentido mais abrangente, sendo os demais irrelevante e até divisionista. [...] Na melhor das hipóteses, não passávamos de “minorias”, nome aliás, da série de debates da qual estávamos participando. (Trevisan, 2018, p. 320).

Apesar das polêmicas, após o debate houve um aumento significativo de participantes no grupo, agora denominado SOMOS: Grupo de Afirmação Homossexual (Trevisan, 2018). Neste mesmo período também foi crescente o número de participantes mulheres junto ao SOMOS, chegando a quase se igualar ao número de homens. No entanto, a união de homens e mulheres homossexuais não perdurou por muito tempo tendo em vista as reivindicações não atendidas para que suas especificidades - enquanto mulheres e homossexuais - fossem contempladas pelas pautas do grupo, bem como, motivadas pela maneira discriminatória e machista que eram tratadas, efeito do patriarcado e da adoção de uma conduta misógina por parte dos homens gays cisgênero (Trevisan, 2018; Santos, 2016).

A cisão do grupo levou as mulheres a se organizarem numa liga totalmente feminina e feminista (Trevisan, 2018), e não foram só elas as afetadas pela discriminação e preconceito no interior do movimento homossexual:

Estes também foram acusados de transfobia, o que contribuiu para a formação de organizações de travestis e transexuais. E o debate sobre o racismo e a desvalorização dessa questão no movimento também levou à formação de coletivos de negros e negras LGBT. Como acontece com a forte presença da LGBTfobia em outros movimentos sociais, as múltiplas desigualdades sociais não deixavam de atravessar o movimento, trazendo-lhe outros conflitos e dilemas. (Nogueira, Pereira, Toitio, 2020, p. 128-129).

Tais situações demonstram que mesmo no interior desses movimentos, pode-se deparar com diferentes disputas e contradições, assim como, ser partícipe de tal segmento (no caso, LGBTQIAPN+) não os isenta de reproduzir falas e comportamentos machistas, sexistas, misóginos, transfóbicos, racistas, capacitistas, entre outros. Ainda, para além do preconceito, discriminação e hostilidades no interior do movimento homossexual, havia também as disputas e desavenças políticas.

De acordo com Trevisan (2018), em 1979 foi dado início a organização do I Encontro Brasileiro de Grupos Homossexuais Organizados, que ocorreu no ano seguinte em São Paulo, durante este encontro foram fortes as tensões políticas que colocavam em discussão a autonomia dos grupos de liberação homossexual junto aos partidos políticos, tendo em vista que uma parte dos participantes criticavam a cooptação do movimento homossexual pelas esquerdas partidárias, a “infiltração” de trotskista no interior do grupo SOMOS¹¹, bem como o

¹¹ Anos mais tarde houve a descoberta de um documento confidencial da Convergência Socialista que gerou grande revolta no interior do grupo SOMOS, visto que, tratava-se de um manual de instruções para cooptação do movimento homossexual: “Nele, o Somos era visto como ponta de lança do proletariado dentro do movimento homossexual brasileiro; e a Convergência Socialista, elegia-se, naturalmente, como a única vanguarda capaz de dar um adequado direcionamento revolucionário ao movimento guei. [...] Havia também indicações para controlar politicamente sindicatos considerados de alta incidência homossexual, como os dos artistas, professoras e

processo de “domesticação” do mesmo (Trevisan, 2018). Trevisan (2018) também aponta que, ainda que houvesse uma aliança junto às esquerdas partidárias, as manifestações de afeto entre integrantes homossexuais continuavam sendo reprimidas e não aceitas por parte significativa dos partidos.

Havia também aqueles que, em contrapartida, defendiam que o grupo SOMOS necessitava de um partido político que os representasse. Santos (2016), por exemplo, ao apontar tais contradições, ressalta o importante papel que a Convergência Socialista desempenhou para fomentar o debate a respeito da homossexualidade na arena política brasileira:

Outra divergência importante referia-se às visões distintas sobre as atividades e os rumos do Somos, que estavam fortemente relacionadas à vinculação ou não do ativismo homossexual às organizações partidárias de esquerda. Desde as primeiras articulações para organizar o movimento homossexual no Brasil, diversos membros da organização trotskista Convergência Socialista (CS) desempenharam papel importante na politização da homossexualidade. (Santos, 2016, p. 184).

Irineu (2021) também discorre sobre a importância da Convergência Socialista junto a tais pautas, destacando que ela foi a primeira organização política de esquerda do país que apresentou documentos que criticavam a discriminação sofrida por sujeitos homossexuais. A Convergência, assim como grande parte da esquerda brasileira do período, também contribuiu com o endossamento do projeto inicial do Partido dos Trabalhadores (PT), sendo grande o número de integrantes homossexuais no partido (Santos, 2016). No entanto, embora existisse uma militância homossexual no partido, não houve uma adesão completa das pautas a respeito da diversidade sexual e de gênero por todos seus integrantes (Irineu, 2021; Trevisan, 2018).

A relação do movimento homossexual junto a organizações partidárias tem sido marcada, desde o início, por diferentes tensões, conflitos, rachas e impasses, sobretudo no que diz respeito à autonomia de tais movimentos. Como resultado dessas disputas têm-se, por exemplo, caminhos políticos distintos aos integrantes do grupo SOMOS que aos poucos se dissipou. De acordo com Trevisan (2018) o último ato comum aos grupos de liberação homossexual, feminista e negra, foi o protesto realizado em junho de 1980 contra as batidas policiais e prisões que vinham sendo realizadas contra homossexuais, prostitutas e travestis na região central de São Paulo.

Têm-se neste período, a institucionalização do grupo SOMOS que por um tempo dividiu espaço físico com um diretório do PT no centro de São Paulo, e o esvaziamento de demais grupos do movimento homossexual que se tornaram espaços pouco representativos (Trevisan,

bancários [sic]. Nele se propunha ainda a eventual necessidade de se cooptarem militantes não homossexuais para compor uma Coordenação Nacional Homossexual [...]” (Trevisan, 2018, p. 333).

2018). Cabe destacar, no entanto, que temos raras exceções a estes episódios, como é o caso do Grupo Gay da Bahia (GGB) fundado em 1980 e registrado enquanto organização social em 1983 (Trevisan, 2018).

Para além das disputas políticas e envolvimento com as esquerdas partidárias, outro motivo para dissolução do SOMOS e demais grupos do movimento foi a chegada da aids no país durante os anos 1980, conhecida como “peste” ou “câncer gay” (Nogueira, Pereira, Toitio, 2020; Trevisan, 2018). Neste período os movimentos de liberação homossexual passam a se mobilizar para enfrentamento da aids e na década seguinte - 1990 -, passam a atuar como organizações não governamentais, recebendo recursos públicos para o combate ao HIV-aids (Nogueira, Pereira, Toitio, 2020).

2.3.2 Diversidade sexual e de gênero na agenda governamental

De acordo com Irineu (2021) foi a pressão dos próprios movimentos LGBTQIAPN+ e feministas, assim como as mudanças epidemiológica e demográficas - como a aids e aumento da população idosa no país -, que justificaram o fomento do debate sobre sexualidade e gênero pela gestão pública governamental a partir dos anos 2000, processo este que também acarretou a organização de setores conservadores no legislativo, buscando barrar e contra-atacar o direito de tais segmentos.

Com o governo Lula (2003-2011) e Dilma (2011-2016), ambos do Partido dos Trabalhadores (PT), a agenda da diversidade sexual e de gênero passa a ser tratada politicamente e muitos foram os avanços neste cenário, onde se tem, por exemplo: a criação do *Programa Brasil sem Homofobia*¹², lançado em 2004, que visava o combate à violência e preconceito contra a população LGBTQIAPN+ e que previa o Projeto Escola sem Homofobia, consolidado durante o governo Dilma; o estabelecimento do *Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT*¹³ em 2009; a constituição da *Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*¹⁴ em 2011; o *Sistema Nacional de Enfrentamento a Violência LGBT*¹⁵ em 2013; entre outros.

¹² Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf.

¹³ Disponível em:

<https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/39/LGBTI/Plano%20Nacional%20de%20Promo%C3%A7%C3%A3o%20da%20Cidadania%20e%20Direitos%20Humanos%20LGBTI.pdf>.

¹⁴ Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836_01_12_2011.html.

¹⁵ Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/portarias/portaria-no-766-de-3-de-julho-de-2013>.

Algumas outras conquistas frutos da organização e luta do próprio movimento também merecem destaque, como é o caso do: reconhecimento da união estável entre casais homossexuais em 2011; direito da retificação de nome de pessoas trans e travestis em 2018; a criminalização da homofobia e transfobia em 2019; o direito a doação de sangue por sujeitos homossexuais em 2020; a adoção de crianças e adolescentes por casais homoafetivos; entre outros.

No entanto, apesar da relevância de tais conquistas, cabe apontar que, majoritariamente, o reconhecimento destes direitos foram iniciativas do Supremo Tribunal da Justiça (STF) e não do poder legislativo. De acordo com Irineu (2021), “a ausência de um aparato jurídico-legal no âmbito dos direitos LGBT no Brasil reforça o cenário de ineficiência do Estado em incorporar as demandas jurídicas de lésbicas, gays, travestis e transexuais.” (p. 568), outra problemática apontada refere-se ao descompasso de repasses financeiros a tais programas e projetos.

Irineu (2021) aponta que a diversidade sexual e de gênero durante o governo Lula pode ser vista como reflexo de uma lgbtfobia cordial, que mescla o participacionismo, uma política de boa vizinhança e a inoperância em ações jurídicas legais que impactam realmente na realidade de tais sujeitos, tendo como justificativa a busca de apoio do segmento religioso conservador do país. Como forma de garantir o apoio de tais frentes religiosas, Dilma se afastou ainda mais das pautas relacionadas a diversidade sexual, gênero, feminismo, aborto etc., colocando a família como eixo central de sua campanha governamental.

Irineu (2021), ainda destaca que:

Uma cidadania de consolação, uma política governamental sem orçamento, uma iniciativa descontínua, um agrupamento de documentos oficiais do Executivo ou um agendamento público da homofobia em nível internacional não garantem uma política efetiva contra a LGBTfobia. (Irineu, 2021, p. 582).

Neste mesmo contexto, houve também a consolidação e crescimento do movimento conservador no país, uma “nova” direita composta pela bancada evangélica, ruralista e militar. De acordo com Trevisan (2018), as Bancadas da Bíblia, do Boi e da Bala (BBB), juntas se tornaram as mais influentes e numerosas no Congresso Brasileiro fazendo com que propostas e projetos para a população LGBTQIAPN+ fossem censurados e/ou barrados, como é o caso da propagação de *fake news* a respeito do “kit gay”¹⁶ nas escolas, da ameaça da ideologia de

¹⁶ O “Escola sem Homofobia”, tratava-se da distribuição de materiais de apoio a professores e estudantes do ensino médio com o objetivo de reconhecer a diversidade sexual e combater o preconceito no interior e fora das escolas, no entanto, ao ser vazado pela mídia ficou conhecido como “kit gay”.

gênero¹⁷, o boicote a ações e campanhas que visavam o combate ao HIV e outras Infecções Sexualmente Transmitidas (IST), o apoio à diversidade sexual e de gênero, bem como ações de combate ao preconceito e lgbtqiapn+fobia.

Tal bancada teve influência centrada principalmente na figura de Jair Messias Bolsonaro, que concentrou amplas forças no combate às pautas de diversidade sexual e de gênero (Trevisan, 2018) e chegou à presidência da república nas eleições de 2018. Com a ascensão da direita brasileira durante o governo Temer e principalmente no governo Bolsonaro, presenciamos uma série de retrocessos no campo dos direitos da população trabalhadora de nosso país e em especial a população LGBTQIAPN+, bem como o aumento da lgbtqiapn+fobia de maneira pública e naturalizada.

Ainda, para além das contrarreformas, desmonte das políticas públicas e avanço do ultra neoliberalismo, o contexto de pandemia ocasionada pelo coronavírus SARS-CoV-2 foi outro agravante para tais lutas. A pandemia escancarou ainda mais a divisão de classes em nossa sociedade, onde foi instaurada a política de morte, com pessoas destinadas a morrer e aquelas com direito a viver. Foi a população pobre, preta e periférica a mais atingida pela Covid 19, sem condições de realizar o isolamento social e arriscando suas vidas diariamente em seus postos de trabalho.

Mattos (2020) destaca, ainda, que foram as mulheres que estiverem na linha de frente no combate à pandemia, visto o lugar historicamente associado às mesmas na divisão sexual do trabalho: “[...] uma das características da crise sanitária é evidenciar a importância do trabalho de cuidado, exercido de forma sub-remunerada no mercado de trabalho, majoritariamente, por mulheres e, de forma não-remunerada, nos lares, pelas mesmas mulheres.” (2020, p. 11).

Cisne e Santos (2018) ao tratar sobre a divisão sexual do trabalho não se limitam ao binarismo de gênero e compreendem outros elementos que compõem essas relações, como sexualidade e outras identidades de gênero. Deste modo, mulheres e pessoas LGBTQIAPN+ ficam destinadas a determinadas ocupações no mercado de trabalho, muitas vezes associadas a profissões consideradas femininas, de cuidado e, portanto, menos valorizadas (Cisne, Santos, 2018). Foram estas pessoas, sobretudo na área da enfermagem, que estiveram no enfrentamento direto a Covid-19.

¹⁷ O termo "ideologia de gênero" surge inicialmente no interior da Igreja Católica, num movimento contrário ao feminismo e direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. No Brasil, a direita, em especial o Movimento Brasil Livre (MBL), aponta a ideologia de gênero como grande ameaça a sociedade brasileira, sendo esta difundida pelos movimentos sociais e LGBTQIAPN+, referindo-se a uma conspiração ideológica orquestrada para pôr fim à estrutura tradicional da família nuclear burguesa (Trevisan, 2018).

No campo político, ainda que nas eleições de 2022 Jair Messias Bolsonaro tenha sido derrotado com a reeleição do atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), as pautas e projetos de lei pró LGBTQIAPN+ continuam sendo atacadas no campo legislativo e na sociedade brasileira como um todo, seja por meio da propagação de *fake news*, discurso de ódio ou condutas homofóbicas e transfóbicas.

Destaca-se ainda, apesar das críticas necessárias aos governos petistas, as mudanças ocorridas no interior dos movimentos e coletivos sociais, que encontram neste período condições de se organizarem e pautarem suas reivindicações. O Serviço Social, enquanto profissão que também se relaciona a tais movimentos e sujeitos políticos, não se encontra distante de tais relações. Mota (2017), apresenta-nos tal quadro a partir dos anos 1980, quando o Serviço Social

[...] passa a ser reconhecido pela sua inserção política e intervenção crítico-pedagógica junto aos movimentos sociais, aos processos político-organizativos urbanos e rurais, pela formulação e execução de políticas sociais, e como articulador do exercício de direitos, de conquistas e lutas sociais. (Mota, 2017, p. 47).

Durante os governos petistas, nota-se também um aumento significativo da demanda profissional de assistentes sociais nas diferentes políticas e serviços sociais que emergem no período, tanto na assistência, saúde, educação e outros. As contradições e críticas, entretanto, também se fizeram presentes, tendo em vista a precarização, focalização, burocratização, condicionalidades e outros que permearam e ainda permeiam tais políticas, serviços e programas.

3. QUESTÃO SOCIAL NA PARTICULARIDADE BRASILEIRA

*Querer ser livre é também querer livres os outros.
(Simone de Beauvoir)*

Posto as determinações materiais da diversidade sexual e de gênero na particularidade brasileira cabe demonstrar como tal debate se relaciona junto à questão social e suas multifacetadas expressões, objeto de atuação profissional de profissionais assistentes sociais. Parte-se da compreensão de que patriarcado, racismo e capitalismo se articulam e estruturam a questão social em nosso país, questão social que, por ser objeto de trabalho de assistentes sociais¹⁸, também é tomada como eixo basilar da formação profissional em Serviço Social, sendo abordada nos três núcleos de fundamentação estabelecidos pelas diretrizes curriculares da ABEPSS.

Para além de estruturarem a questão social na particularidade brasileira, encontram-se elementos do patriarcado e racismo nas diferentes expressões da questão social contemporaneamente, que podem ser traduzidas em desigualdades, violências e também na própria organização política dos segmentos afetados por tais sistemas de opressão. O capítulo aqui proposto, desta forma, visa apresentar a concepção de questão social tomada pelo Serviço Social e ciências sociais, sua relação junto ao sistema patriarcal-racista-capitalista na particularidade brasileira tendo em vista a formação sócio-histórica de nosso país, e a vinculação junto a profissão que passa a ser requisita para atuar sob tal realidade, intervindo em suas diferentes expressões.

Tais defesas teóricas encontram-se ancoradas nas leituras de Iamamoto (2001) e Netto (2001), em seus textos contidos na histórica edição da *Temporalis* nº 3¹⁹, ponto de partida para apreensão da questão social pela categoria profissional, em sua conformação histórica e relação com a sociabilidade burguesa e profissão. Em 2021, passados 20 anos da célebre publicação, a *Temporalis* lança sua edição comemorativa de nº 42, com grandes avanços, hipóteses e problematizações do debate pelo Serviço Social, para tanto, destacam-se os artigos de Mara e Bezerra (2021), Ferreira e Fagundes (2021) e Costa e Rafael (2021) afim de demonstrar como as relações de gênero, raça e classe compõe a questão social na particularidade brasileira.

Assim sendo, inicialmente cabe apontar a questão social enquanto conceito e não categoria, tendo em vista que as categorias devem existir na realidade de maneira concreta para

¹⁸ Também se trata de objeto de estudo de diferentes profissionais e pesquisadores.

¹⁹ Tratam-se dos textos “A questão social no capitalismo” de Marilda Iamamoto e “Cinco notas a propósito da Questão Social” de José Paulo Netto, ambos disponíveis em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf

que seja possível elevar sua abstração ao nível do pensamento. A questão social, de acordo com Santos (2012) não possui existência real, no entanto, suas diversas expressões sim.

De acordo com Barbosa (2024) trata-se de uma *questão* por decorrer de condições contraditórias próprias do capitalismo, que não pode ser superada sem a transposição deste modelo de sociedade, e expressa uma insegurança social imanente ao capitalismo.

Outro ponto que merece o devido destaque é que por vezes, em estudos e textos de autores renomados do Serviço Social encontramos a questão social entre aspas, isto surge da necessidade do cuidado com sua origem conservadora, bem como o fato da mesma não poder ser considerada enquanto categoria. Em nosso entendimento, a categoria profissional já possui nitidez suficiente para entendimento do conceito e, portanto, não utilizaremos as aspas para demarcá-lo.

A respeito de sua origem conservadora, Guerra e Batista (2021) destacam que o segmento conservador se apropriou do termo “questão social” para explicar e justificar o aprofundamento das mazelas advindas da intensa exploração da classe operária que, neste mesmo contexto se organizavam materialmente para a passagem de “classe em si”, para “classe para si”, processos que estremeciam as bases do projeto societário burguês. Quando ocultado seus fundamentos econômicos e políticos, constituintes do modo de produção capitalista, as contradições deste processo são invisibilizadas, bem como a necessidade da supressão da ordem burguesa vigente (Guerra, Batista, 2021). Desta forma, os autores (2021), defendem que apenas a reflexão crítica por meio do materialismo histórico-dialético é capaz de desnudar a realidade, indo ao encontro da raiz da questão social e suas mediações.

Ainda que a questão social não tenha sido formulada diretamente no universo marxiano e nem abordada por Marx em suas obras, seus elementos constitutivos já se encontravam na lei geral da acumulação capitalista apresentada no capítulo vinte e três do livro *Capital I*.

De acordo com Santos (2012), faz-se necessário ainda demarcar dois pontos importantes a respeito da questão social. Em primeiro lugar, a questão social não se remete à desigualdade e pobreza indistinta, mas sim àquelas fundadas pelo modo de produção capitalista. Pobreza, miséria e desigualdades já existiam em formas de produção anteriores ao capitalismo, no entanto, tal pobreza era determinada socialmente pela não capacidade das forças produtivas em atenderem as necessidades básicas de todos os sujeitos. Com o capitalismo têm-se a produção socialmente realizada e esta é capaz de atender às necessidades de diferentes sujeitos sociais, no entanto, de acordo com Barbosa (2024) a produção é voltada ao mercado, produzindo-se em excesso para a troca e não para suprir as necessidades humanas. A pobreza e miséria são, assim,

frutos da distribuição desigual das mercadorias produzidas, da propriedade privada e meios de produção. O segundo ponto refere-se ao aspecto sociopolítico, o qual a escassez produzida nos marcos do capitalismo incide sobre as relações sociais estabelecidas, assim, as lutas de classes são inelimináveis da questão social.

Sabe-se que, no interior da produção capitalista, a classe dominante irá se apropriar do excedente produzido pela classe trabalhadora, classe esta que não foi paga proporcionalmente para isso, ou seja, produziu mais do que o referente a seu salário. Neste processo temos a valorização do capitalismo, o aumento de sua riqueza, que em contrapartida, fomenta a criação de uma superpopulação relativa não absorvida pelo modo de produção capitalista. Assim, a produção de riqueza de um lado, gera, conseqüentemente, a produção de miséria de outro, e é justamente neste cenário conflitante que se encontra a gênese da questão social, tomada como objeto de trabalho de profissionais assistentes sociais.

Têm-se o não acesso a postos de trabalho e a salários capazes de suprir a subsistência do trabalhador e sua família, ou seja, o não acesso a viabilização de condições dignas de vida destes indivíduos:

Essas são as circunstâncias que precipitam a Questão Social, ao forjar barreiras à viabilização das condições de vida, o que se desdobra em variadas expressões, entre elas, por exemplo, a questão urbana, a questão agrária, a questão ambiental, a questão da fome, a questão sanitária, a questão da violência, a questão de gênero ou a questão racial. (Barbosa, 2024, p, 339).

Para além deste processo de exploração, Barbosa (2024) chama a atenção para a expropriação social que a classe trabalhadora sofre que, diferente da expropriação originária – referente ao afastamento forçado dos indivíduos de suas terras para inserção no mercado de trabalho capitalista -, refere-se a expropriações secundárias onde os meios de vida são transformados de maneira continuada em negócios capitalistas, como o desemprego, a destituição de direitos sociais e outros. Estes sujeitos sociais são continuamente expropriados pela ordem predatória capitalista.

Assim sendo, segundo Iamamoto (2015), a questão social é “**indissociável da sociabilidade capitalista**” (p. 155, grifos da autora), sendo sua concepção intrínseca a este modo de produção, onde há a apropriação privada da atividade humana - o trabalho -, das condições para sua realização - meios de produção -, e de seus resultados - mercadorias produzidas coletivamente pela classe trabalhadora -.

A gênese da questão social na sociedade burguesa deriva do caráter coletivo da produção contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho -, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É

inseparável da emergência do “trabalhador livre”, que depende da venda de sua força de trabalho como meio de satisfação de suas necessidades vitais. Assim, a questão social condensa o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais, alcançando plenitude de suas expressões e matizes em tempo de capital fetiche. (Iamamoto, 2015, p. 115, **grifos da autora**).

Cabe ressaltar que a classe trabalhadora se posiciona diante deste cenário, se revela contra tais desigualdades e, deste modo, a questão social contempla o conjunto de desigualdades, lutas e resistências do proletariado contra esse modo de produção exploratório. Segundo Iamamoto (2015, p. 156), “as configurações assumidas pela questão social integram determinantes históricos objetivos que condicionam a vida dos indivíduos sociais, quanto dimensões subjetivas, fruto da ação dos sujeitos na construção da história”, logo, expressam também, disputas societárias entre diferentes interesses de classes que assumem particularidades específicas a depender de suas condições sócio-históricas.

À classe capitalista interessa a produção de mais-valor e valorização de seu capital, gastando o mínimo possível para isso. Reduz-se os gastos com o capital variável ao mesmo tempo em que esta classe - a trabalhadora - cresce de maneira contínua e mais rapidamente do que a necessidade de emprego dela para a valorização do capital. Sendo a acumulação da miséria da classe trabalhadora relativa à acumulação do capital, encontramos aqui a raiz da questão social na sociedade capitalista.

A questão social irá, desta forma, expressar as “**desigualdades econômicas, políticas e culturais** das classes sociais” (Iamamoto, 2015, p. 160, grifos da autora), desigualdades estas que, segundo a referida autora, também são influenciadas por disparidades das relações de gênero, étnico-raciais e formações regionais. Expressa ainda um denso processo de conformismo e rebeldia da classe trabalhadora, reflexo da consciência política e lutas do proletariado por direitos sociais e melhores condições de existência/sobrevivência.

Ressalta-se que isto não se trata de um fenômeno recente, oriundo da crise dos trinta anos gloriosos como defendem alguns autores e estudiosos, ao contrário, trata-se da mesma questão social que apenas se apresenta sob novas mediações históricas, ao mesmo tempo que assume novas expressões (Netto, 2001). Segundo Iamamoto (2001) a produção e reprodução da questão social assume perfis e expressões particulares na cena contemporânea, no entanto, mantêm-se indissociável do processo de acumulação capitalista. Compreendê-la, assim, exige apreender a relação entre a produção de bens materiais e as relações sociais entre os homens, sendo fundamental reconhecer a existência material das condições de trabalho e a forma social pela qual ele se realiza.

Deste modo, a questão social deve ser apreendida como expressão da exploração do trabalho, desigualdades e lutas que dela decorrem, assumindo particularidades no contexto contemporâneo, sobretudo no Brasil e demais países da América Latina, que constituem o capitalismo dependente, mas não se desprendendo da totalidade.

3.1 Questão social e o sistema patriarcal-racista-capitalista no país

Mara e Bezerra (2021) advertem que o entendimento da questão social deve considerar o “movimento do capital enquanto totalidade histórica-concreta” (p. 114) e ressaltam que a acumulação primitiva de capitais nos países centrais é inseparável da colonização dos países latino-americanos. Para além da redução do valor da força de trabalho no modo de produção capitalista, a colonização e exploração da América Latina serviu como produtora e exportadora de matérias primas à Europa. Ou seja, o capitalismo nos países centrais foi alimentado pela colonização e relações pré-capitalistas das colônias, porém, os autores advertem que:

Não se trata, evidentemente, de datar a origem da questão social desde a inserção do Brasil colônia no capitalismo mercantil. O que interessa, por ora, perceber, é que a tal lei geral da acumulação só pôde nascer porque a transição para o capitalismo nos países centrais foi alimentada por relações pré-capitalistas existentes nos países de origem colonial. (Mara, Bezerra, 2021, p. 115).

Ferreira e Fagundes (2021) apresentam algumas hipóteses para auxiliar na apreensão da questão social, abordando-a sob uma perspectiva unitária, englobando classe, raça e gênero. Para isto, apontam duas tensões que podem ser observadas ao se pensar a questão social articulada às dimensões de gênero e raça, sobretudo nos países de capitalismo dependente. A primeira diz respeito à tendência de cindir particularidade e totalidade, relação está inseparável, visto que são “[...] dimensões irreduzíveis da realidade” (Bruinje, 2024, p. 34). Outro ponto que os autores (2021) consideram que necessita de avanços é a de se considerar as relações raciais e de gênero apenas como condição histórica ou algo pertinente a algumas formações capitalistas específicas, sendo algo externo ao capitalismo. Os mesmos defendem que as relações de gênero e étnico-raciais são estruturantes do modo de produção capitalista e da própria lei do valor.

Partindo de uma ampliação do conceito de acumulação primitiva, que consiste em um processo de expropriação violenta de meios de vida, corpos e saberes, visto que: “O roubo dos meios de vida da imensa maioria da população foi a via pela qual a terra e o trabalho foram convertidos em mercadoria e subsumidos à relação capital.” (Ferreira, Fagundes, 2021, p. 65), os autores destacam que a escravidão é parte da acumulação primitiva que não só auxiliou a acumulação inglesa, com participou da revolução industrial e da acumulação

originária nas Américas. Processo este que dizimou de maneira violenta os modos de vida, cultura e valores de todo um povo (Moura, 2014; Ferreira, Fagundes, 2021).

De forma semelhante houve também a expropriação de corpos e saberes de mulheres:

A caça às bruxas, entendido aqui como uma verdadeira guerra às mulheres onde a tortura e a morte jogaram papel central na busca pelo objetivo de expropriá-las do domínio que exerciam sobre a vida reprodutiva foi um processo suficientemente amplo e violento para ser caracterizado como uma verdadeira expropriação social. No processo de afirmação de um modo de produção que demanda força de trabalho de forma constante e excedentária como recurso fundamental de compressão dos salários para abaixo do valor, controlar a vida reprodutiva não pode ser considerado assunto de segunda ordem. Daí as proibições às práticas sociais de controle de natalidade, a estigmatização das relações não heteronormativas e a desvalorização da prática de relações sexuais na chamada terceira idade. (Ferreira, Fagundes, 2021, p. 67).

Assim sendo, Ferreira e Fagundes (2021) apontam o heteropatriarcado e racismo estrutural como participantes das determinações do valor da força de trabalho, tendo em vista que o valor é determinado pelo tempo de trabalho necessário a sua produção e também trata-se de uma relação social correspondente às condições de reprodução da própria classe trabalhadora. Destaca-se que tal valor, de acordo com Marx (2023), diferente das demais mercadorias, possui determinações históricas e morais. Assim sendo, as hipóteses apresentadas pelos autores levam à consideração do racismo e heteropatriarcado como relações intrínsecas ao modo de produção capitalista, utilizadas como estratégias alienantes do capitalismo para rebaixamento de salários:

Pelas razões apontadas, e considerando as hipóteses levantadas, mulheres, pessoas não heteronormativas e racializadas, bem como a juventude (dadas as diferenças de maturidade e desenvolvimento já indicadas), ocupam as primeiras filas do exército industrial de reserva, configurando uma estratégia da diferença inscrita na lei do valor. (Ferreira, Fagundes, 2021, p. 72).

A respeito da conformação das classes sociais no Brasil e do surgimento da questão social, Yamamoto e Carvalho (2015), apontam que a mesma é identificada nas primeiras décadas do século XX, quando a classe trabalhadora passa a exigir o reconhecimento de sua cidadania, indo contra a ordem vigente e valores da sociedade burguesa. A autora (2015) irá demarcar ainda o ingresso de “trabalhadores livres” no contexto de emergência da questão social. Mara e Bezerra (2021) no entanto, apontam esta visão como problemática e demonstram como a formação da classe trabalhadora brasileira possui raízes no período escravista, isto, na perspectiva de “sustentar que o escravismo marcou profundamente o fazer-se do proletariado enquanto classe social no Brasil” (p. 119).

Há de se considerar, segundo os autores, que a classe dominante não esperou a assinatura da lei áurea para dar início ao processo de exploração da força de trabalho assalariada, visto que,

Durante toda a segunda metade do século XIX, trabalhadores escravizados e livres conviveram naquilo que havia de mais avançado na produção de mercadorias na economia nacional (vide a construção de portos e ferrovias em estados como Rio de Janeiro e São Paulo ou a substituição dos engenhos centrais pelas modernas usinas de açúcar e álcool nas zonas canavieiras do Nordeste). (Mara, Bezerra, 2021, p. 119).

Destacam-se destas considerações alguns pressupostos, como: a convivência de trabalhadores escravizados com trabalhadores livres, visto que os indivíduos escravizados não estavam apenas limitados ao desenvolvimento de atividades agrícolas, passando a serem requisitados e absorvidos também na área urbana. Segundo, a organização de formas de luta da classe oprimida não deve ser vinculada exclusivamente a chegada de imigrantes ao Brasil, visto que já haviam registros de greves no país no século XIX, como por exemplo a Greve dos Tipógrafos em 1858 no Rio de Janeiro, a greve de escravizados ocorrida em Salvador em 1857, conhecida como “Greve Negra”, e também no mesmo ano, a greve dos trabalhadores escravizados do Barão de Mauá no Rio de Janeiro. O terceiro elemento refere-se à composição da classe trabalhadora no país em seu processo de constituição, onde, segundo os autores (2021), há uma noção de que esta seria composta predominantemente por homens brancos e de origem europeia.

Destaca-se que a luta de classes no Brasil encontra-se imbricada à questão racial e isto não pode ser negligenciado no processo de apreensão da realidade, “sob pena de reproduzirmos uma perspectiva eurocêntrica sobre a ‘questão social’.” (Mara, Bezerra, 2021, p. 121). Além da questão racial, há de se considerar também a participação de mulheres na composição deste proletariado brasileiro presente na Primeira República, sobretudo na indústria têxtil e de vestuário.

Assim sendo, corrobora-se com a ideia de que:

Uma análise concreta da questão social deve envolver as particularidades históricas que informam o desenvolvimento do capitalismo numa formação social concreta. Por essa ótica, ao tempo em que se combinam elementos internos e externos, a relação modo de produção/formação social torna-se indispensável a uma devida apreensão da questão social, que embora portadora de traços gerais em comum no âmbito do desenvolvimento capitalista, configura-se em correspondência às particularidades de uma determinada formação social. (Mara, Bezerra, 2021, p. 122).

Como já apontado, o fundamento da questão social se dá pela relação contraditória entre capital e trabalho e há de se considerar também as particularidades históricas dessas classes em

cada nacionalidade, visto que existem grandes diferenças entre países de primeiro e terceiro mundo, entre países colonizadores e aqueles que foram colonizados, de capitalismo central e os dependentes, entre outros (Cisne, Santos, 2018). Ademais, tais diferenças podem ser encontradas em diferentes regiões de um mesmo território, como é o caso do Brasil, país vasto e com diversas especificidades regionais.

[...] a Questão Social se desdobra diversamente entre as formações sociais e, também, sobre os trabalhadores em suas expressões de gênero, sexo, raça, etnia, idade e território, provocando insegurança e limitação de acesso a meios de vida, decorrente também da opressão social. Nesse sentido, a discriminação como violência desdobrada em racismo, sexismo, etarismo, capacitismo e segregação territorial constituem também expressões da Questão Social, como manifestação das contradições das relações capitalistas que entram a reprodução, porque as diferenças servem para dominar e viabilizar a compulsão por mais-valor mediada pelas opressões. (Barbosa, 2024, p. 341-342).

De acordo com Yamamoto (2015), o “moderno” se constrói tendo como base o “arcaico”, ou seja, podemos considerar que o conjunto de relações de exploração e dominação contemporâneas no Brasil encontram suas raízes no passado de nossa sociedade, fundada em pilares racistas, sexistas, homofóbicos, misóginos e classistas. Passado e presente se encontram intimamente ligados:

Afetam a economia, a política e a cultura, redimensionando, simultaneamente, nossa herança histórica e o presente. Imprimem um ritmo particular ao processo de mudanças em que tanto o novo quanto o velho alteram-se em direções contrapostas: a modernidade das forças produtivas do trabalho social convive com padrões retrógrados nas relações no trabalho, radicalizando a questão social. (Yamamoto, 2015, p. 129).

Deste modo, compreender a questão social em nosso país nos remonta ao processo de formação sócio-histórica de nossa sociedade, marcado pela escravização de povos negros, colonialismo, autoritarismo, violência, patriarcalismo, racismo e dependência latino-americana dos países centrais. Conforme nos aponta Saffioti (1987), patriarcado e racismo se imbricam com o modo de produção capitalista, sendo elementos fundamentais para o processo de exploração. Aqui, para além do patriarcado, reforça-se a presença do heteropatriarcado como sistema onde a heterossexualidade masculina cisgênera²⁰ exerce uma supremacia sobre outras formas de identidades de gênero e orientações sexuais.

Como já apontado, a transição do modo de produção escravista para o modo de produção capitalista no Brasil, deu-se com a exclusão da população negra de nossa sociedade. De acordo com Costa e Rafael (2021), a vinda de imigrantes europeus para nosso país, enquanto

²⁰ Condição em que o indivíduo se identifica com o gênero atribuído em seu nascimento, referente ao sexo biológico.

“trabalhadores livres”, favoreceu para além do processo de miscigenação e branqueamento da população brasileira, o crescimento do exército industrial de reserva, composto, sobretudo, pela população negra não aceita no mercado de trabalho. O racismo, enquanto sistema de dominação e exploração, possui como base material a divisão racial do trabalho fundada por meio de relações sociais de raça e etnia.

Cisne e Santos (2018) irão apontar que o trabalho na sociedade patriarcal-racista-capitalista possui três divisões estruturais que se relacionam entre si: i) *divisão social*, referente às relações entre classes sociais; ii) *divisão racial*, referente às relações de raça; e iii) *divisão sexual*, fundada nas relações sociais de sexo, que aqui assume-se, como relações patriarcais de gênero e sexualidade.

Ressalta-se que a imposição do patriarcado e seus mecanismos - heterossexismo, cisgeneridade, entre outros - constrangeram as relações de sexualidade e gênero à lógica predominante, onde os papéis de “ser mulher” e “ser homem” já estão consolidados de maneira a garantir a reprodução da ordem vigente, a capitalista. São estes os elementos que irão constituir o “ser feminino”, o “ser masculino” e suas relações na sociedade contemporânea (Nogueira, Pereira, Toitio, 2020). No interior da lógica capitalista estes papéis - de gênero e sexualidade - são utilizados como formas de reforçar a manutenção do *status quo*, através da produção e reprodução de relações sociais ancoradas no patriarcalismo, bem como na reprodução material da classe trabalhadora e da própria classe burguesa.

Portanto, para compreender a totalidade da vida social se faz necessário considerar tais relações e seus desdobramentos. Para além de constituir a questão social na particularidade brasileira, fragmentos do patriarcado - e racismo - podem ser encontrados junto às diversas expressões da questão social, objeto de trabalho de profissionais assistentes sociais.

3.1.1 Expressões da questão social na contemporaneidade brasileira

Pereira (2021) discorre que as desigualdades sociais antagonizadas são grandes indicadores da questão social, sendo possível identificar nesta relação:

[...] i) acento nas desigualdades sociais como determinante de diferentes aspectos de si própria, sob novas formas, em um modo de produção caracterizado pelo antagonismo estrutural entre capital e trabalho, e intenção de particularizar o escopo da questão social no que ele tem de essencial; ii) delimitação da sociedade capitalista da era moderna como lócus dessa desigualdade, caracterizada pela presença de movimentos e contra movimentos sociopolíticos associados à maneira como a riqueza social se produz e se distribui entre classes sociais antagonizadas. (Pereira, 2021, p. 35)

A autora (2021) aponta que tais desigualdades sociais são antagonizadas e não coisificadas, ou seja, não devem ser tomadas como naturais, trata-se de desigualdades advindas de relações contraditórias e antagônicas, sobretudo da relação entre capital e trabalho. Contemporaneamente, diante da grande recessão do capital, a desigualdade não é apenas consequência, mas também causa dessa crise, visto que: “A grande concentração de renda e riqueza em uma ínfima percentagem da população mundial, e em cada país capitalista, gera uma polarização que subjaz à crise sistêmica como um todo e se mostra mais evidente nas esferas econômica e financeira.” (Pereira, 2021, p. 40).

A pandemia ocasionada pela Covid-19 foi responsável por escancarar ainda mais tais desigualdades sociais e trouxe inúmeras consequências à vida de diferentes indivíduos, em relação à saúde, renda, perda de postos de trabalho, sem contar às vítimas fatais desse vírus. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2024a), somente a partir do ano de 2022 inicia-se o processo de recuperação pós-pandemia, em 2023, por exemplo a média de ocupação da população brasileira foi de 57,6% (IBGE, 2024a). No entanto, as desigualdades prevalecem em nossa sociedade, sobretudo se levarmos em consideração as relações de raça, gênero e etnia.

Como resultado da divisão sexual do trabalho ainda temos, por exemplo, a menor empregabilidade de mulheres, suas posições em cargos de menor prestígio social, assim como uma menor remuneração em relação aos homens, mesmo quando ocupam os mesmos cargos no mercado de trabalho. Em 2023 apenas 47% das mulheres ocupavam cargos remunerados e elas recebiam cerca de 21% a menos do que os homens, ainda que sua escolaridade fosse maior que a masculina, e a população branca ganhava em média 69% a mais que pretos e pardos (IBGE, 2024a).

Quando adicionados os recortes por números de horas trabalhadas e nível de instrução dos trabalhadores a investigação de tais desigualdades se torna mais detalhada, conforme demonstra o relatório:

Em 2023, a população ocupada de cor ou raça branca recebia rendimento-hora superior à população de cor ou raça preta ou parda qualquer que fosse o nível de instrução, sendo a maior diferença na categoria superior completo, quer dizer, R\$ 40,24 para brancos contra R\$ 28,11 para pretos ou pardos. Considerando o valor total médio, a diferença foi de 67,7% favoravelmente à população branca (R\$ 23,02) em relação à preta ou parda (R\$ 13,73) [...] O mesmo indicador segundo sexo, mostra que o rendimento-hora dos homens (R\$ 18,81) foi superior em 12,6% ao das mulheres (R\$ 16,70). Da mesma forma que na comparação por cor ou raça, a maior diferenciação ocorreu entre pessoas com nível superior completo, pois o rendimento médio dos homens (R\$ 42,60) superou o das mulheres (R\$ 30,03) em 41,8% [...]. (IBGE, 2024a, p. 21)

Destaca-se ainda que as diferenças se tornam mais graves quando adicionada à questão racial junto à divisão sexual, tendo em vista que são as mulheres negras que sofrem com a maior discriminação e exploração no mercado de trabalho, isto quando conseguem ingressar no mesmo.

Segundo o mesmo relatório (2024a), cerca de 40% das ocupações no ano de 2023 se tratavam de informais, 45,8% das pessoas pretas ou pardas ocupadas se encontravam em ocupações informais, enquanto a porcentagem de pessoas brancas correspondia a 34%.

No mesmo ano, 10,3 milhões de jovens - de 15 a 29 anos - não estavam ocupados e nem estudando no país, destes, 45,2% se tratavam de mulheres pretas ou pardas, seguido de homens pretos e pardos com 23,4%, mulheres brancas correspondendo a 18,9% enquanto os homens brancos eram 11,3% desse total (IBGE, 2024a).

A respeito do rendimento domiciliar per capita médio no país entre o período de 2012 e 2023, destaca-se que a população preta e parda recebeu cerca de metade do referente a população branca. Tais desigualdades também podem ser vislumbradas ao nível regional se considerarmos, por exemplo, o rendimento médio domiciliar per capita, que em 2023 chegou a R\$1.848 para o total da população brasileira, onde as regiões Sudeste (R\$2.237), Centro-Oeste (R\$2.202) e Sul (R\$2.167) apresentaram os maiores rendimentos, quase o dobro do que o apresentado na região Nordeste (R\$1.146) e Norte (R\$1.302). Assim como a população preta e parda apresenta rendimento menor que a população branca, as regiões Norte e Nordeste também estão abaixo das demais regiões do país (IBGE, 2024a).

Sobre a distribuição de benefícios sociais, os dados apontam que cerca de 51% das pessoas residentes em domicílios rurais recebiam de tais programas, já nas áreas urbanas a porcentagem era de 24,5%. Há também uma maior proporção de recebimentos entre as mulheres em relação aos homens e entre pessoas pretas e pardas em relação às pessoas brancas (IBGE, 2024a).

A respeito da saúde da população brasileira, de acordo com o relatório do IBGE (2024) diversos fatores sociais, demográficos e espaciais podem afetar tal condição, como renda, ocupação, gênero, cor, escolaridade, moradia e etc. O poder aquisitivo, por exemplo, afeta diretamente o acesso da população à alimentação, segundo a PNAD Contínua (apud IBGE, 2024a) estimou-se que em 2023, 18,2% dos domicílios se encontravam em insegurança alimentar leve, 5,3% moderada e cerca de 4% grave.

Sobre a mortalidade populacional, o relatório aponta que em 2023 há um retorno ao padrão de 2019, sendo os homens pretos ou pardos jovens os que mais morrem. Sobre tais taxas

durante a pandemia, destaca-se que em 2020 as maiores porcentagens foram entre mulheres (17,7%) e homens (20,5%) pretos e pardos. Cabe lembrar, de acordo com Eurico, Gonçalves e Fornazier (2021) que a primeira morte divulgada ocasionada pela covid-19 foi de uma mulher negra, trabalhadora doméstica que contraiu o vírus de sua patroa que havia acabado de retornar da Itália, fato que não trata-se de uma mera coincidência, mas sim:

[...] de relações sociais que expressam as próprias contradições produzidas pelo capitalismo e, ao mesmo tempo, explicitam pungentes particularidades da formação sócio-histórica brasileira, em que as desigualdades de classe estão fundamentalmente entrelaçadas às étnico-raciais e também de gênero, visto que a todo momento a dinâmica do capital reatualiza nossa herança escravocrata, colonialista e heteropatriarcal. (Eurico, Gonçalves, Fornazier, 2021, p. 88).

Para além da população negra, os autores (2021) chamam a atenção para a realidade da população indígena diante do contexto de pandemia, tendo em vista que o tratamento discriminatório no período pós-abolição possui efeitos até os dias atuais, reproduzindo a pobreza geracional e permanência da população negra e indígena em territórios de “[...] maior exclusão econômica, política, social, cultural, religiosa e territorial.” (p. 96).

De acordo com Almeida (2023), um contínuo processo de violenta expropriação do povo do campo, demonstrando que os métodos da acumulação originárias são uma expressão direta do desenvolvimento do capitalismo em relação a apropriação de terras e submissão de trabalho da população negra, indígena, cabocla e outras. Tal processo faz com estes indivíduos passem a procurar por outras oportunidades na cidade, encontrando péssimas condições de moradia, em áreas de riscos ou em favelas e comunidades urbanas²¹.

Segundo o Censo Demográfico de 2022 (IBGE, 2024b), 8,1% do total da população no território brasileiro residia em favelas e comunidades urbanas. A região com maior concentração era a Sudeste, correspondendo a cerca 43% deste total, seguido das regiões Nordeste com 28,3% e Norte com 20%, as regiões Sul e Centro-Oeste, juntas correspondiam por 8,3 desta população. Dos residentes, cerca de 51,7% tratavam-se de mulheres e 48,5% homens. A respeito da cor, 56,8% se autodeclararam pardos, 26,6% brancos e 16,1% pretas, 0,8% ainda se declararam indígenas e 0,1% amarelas (IBGE, 2024b).

Tais dados evidenciam aquilo que está colocado nas literaturas abordadas na dissertação a respeito da particularidade brasileira, de que estes indivíduos sociais seguem à margem da sociedade brasileira, com dificuldades de acesso à infraestrutura básica e serviços públicos.

²¹ Termo atualizado pelo IBGE - que referia-se aos “aglomerados subnormais” -, tratam-se de territórios populares que apresentam moradias precárias e infraestrutura inadequada, que surgem quando a população não tem acesso a habitação e serviços básicos.

No âmbito da diversidade sexual e de gênero destaca-se ainda o processo que ocorrem com pessoas que divergem da lógica heterossexual e cisgênera, que muitas vezes, por conta do preconceito e discriminação, são expulsas de casa, não conseguem finalizar sua escolarização e enfrentam dificuldades para ingresso no mercado de trabalho. Em nossa sociedade, no campo da convivência sexual, ficam definidas as práticas socialmente aceitas e as que são condenáveis ou proibidas, como é o caso das orientações sexuais que fogem a heterossexualidade e identidades de gênero divergentes das binárias. Tais práticas são reforçadas em diferentes espaços sociais, como apontam Cisne e Santos:

O resultado disso foi a criação de práticas e valores no âmbito da família, da escola, do Estado, enfim impregna todo o tecido social a imposição da “heterossexualidade” como a única orientação sexual considerada legítima e saudável (Santos, 2005). Prevalece, também, uma concepção biologizante da identidade de sexo dos indivíduos. (Cisne, Santos, 2018, p. 127).

Segundo Mott e Cerqueira (2003, *apud*, Cisne, Santos, 2018), ainda que se tenha importantes avanços nos direitos dessa população – sobretudo no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF) -, a violência contra este segmento ainda se faz presente através da chamada homofobia:

Este ódio explícito, cruel, persistente e generalizado, vai do insulto e ameaça a graves episódios de discriminação, constatados em todos os segmentos e esferas sociais. Incluem violência física, golpes e torturas, culminando em violentíssimos e pavorosos assassinatos - via de regra cometidos com requintes de crueldade, abrangendo elevado números de golpes e tiros, o uso de múltiplos instrumentos e tortura prévia. (Mott, Cerqueira, 2003, p. 9, *apud* Cisne e Santos, 2018, p. 128)

Tais violências e crimes são cometidos, majoritariamente, de maneira extremamente brutal e cruel. E ainda que tais ocorrências sejam constantes são consideradas na maior parte dos casos como “fatos isolados” e/ou individuais, ou seja, se tornam assassinatos “autorizados” pelo Estado e sociedade de maneira geral:

[...] há anos, dezenas de pessoas são assassinadas todos os meses, sob o olhar complacente do restante da população. Ela parece se satisfazer com a explicação policial de que na maior parte das vezes os mortos são pessoas envolvidas com crimes, especialmente o tráfico de drogas. É como se aceitasse a ideia de uma faxina, de eliminação dos elementos impuros, sujos, à revelia de qualquer código civilizatório. (Arruda, 2001, p. 278, *apud* Cisne, Santos, 2018, p. 129).

O país segue invisibilizando, silenciando e exterminando tais indivíduos. Destaca-se ainda que as taxas referentes às violências e mortes dessa população podem ser maiores, haja vista a não existência de dados governamentais oficiais sobre tais ocorrências. Situação que configura um grande desafio e obstáculo ao movimento LGBTQIAPN+:

Quando o GGB - Grupo Gay da Bahia - denuncia que não há uma estatística oficial das execuções contra LGBT, o que se evidencia é a ineficácia do Estado. Primeiro, por não reconhecer estes segmentos como sujeitos de direito e, segundo, por ser comum a ausência do processo de investigação, julgamento e condenação dos culpados pelos crimes de ódio. A “ausência” de dados oficiais sobre esse tipo de violência mostra o quanto a Polícia é uma instituição que permanece arraigada ao conservadorismo, uma instituição preñe de preconceitos, dogmatismo e estereótipos. (Cisne, Santos, p. 131).

Têm-se a subnotificação destes crimes, a não categorização deles enquanto crimes resultantes de homofobia, bem como a ausência de investigação deles, ou seja, mesmo depois de mortos, tais indivíduos continuam invisibilizados por nossa sociedade.

Tais crimes possuem suas heranças emaranhadas no processo de formação sócio-histórica brasileira com o auxílio da Igreja Católica, Estado colonial e Estado republicano, há toda uma construção moralista sobre estes sujeitos, considerados pecadores, criminosos e doentes.

Este cenário corrobora com o dado de o Brasil ser o país mais LGBTfóbico do mundo e evidencia fortes desafios para o Projeto Ético-Político do Serviço Social, ao mesmo tempo que revela a importância da incorporação e de defesa do direito à diversidade sexual na formação e atuação profissional. (Cisne, Santos, p. 133)

A homofobia e a transfobia devem ser apreendidas como derivação política, cultural e social de um sistema opressor que se instaura na sociedade brasileira. Tais elementos não se restringem apenas à esfera pública, mas também à vida privada. Essa população sofre com a exclusão em diferentes espaços, que vão desde a família até o mercado de trabalho. A violência patriarcal abarca para além das mulheres também a população LGBTQIAPN+, visto que tais sujeitos são associados ao universo feminino, com os trabalhos mais precarizados, menos remunerados, desemprego, subemprego, e expostas às múltiplas situações de violência, como assédios, estupros “corretivos”, violência moral, material, psicológica, física e outros.

Irineu et. al. (2021) destaca a necessidade de se pensar as particularidades da constituição do capitalismo no Brasil, considerando o debate racial e patriarcal junto a teoria do valor, dimensões estruturais e estruturantes das contradições das relações sociais, não apenas como suas expressões:

Ao fazer isso, construímos as mediações para capturarmos como estas características, universalizadas por meio do modo de produção capitalista, se particularizam em nosso país. As discussões sobre colonialismo, escravismo, genocídio, imperialismo e dependência fincam marcos sólidos não apenas para as reflexões sobre nosso passado, mas englobam eixos que podem dar sustentação a análises extremamente atuais sobre a questão social. (Irineu, et. Al., 2021, p. 11).

De acordo com Alves e Horst (2023) apreender a dinâmica das relações de gênero e sexualidade é uma tarefa imprescindível ao Serviço Social, que possui como objeto de atuação profissional a questão social e suas diferentes expressões e que,

[...] se depara, diariamente, com as mazelas do patriarcado, do racismo e do capitalismo. Essa direção implica conhecer profundamente as/os usuáries muito além de seu perfil econômico, mas perpassa também em reconhecer a diversidade humana própria dos indivíduos atendidos por nós, suas particularidades, cujo entendimento possibilita identificar o quadro de violações de direitos que vivenciam e traçar estratégias na direção do projeto ético político. É preciso saber: quem são esses sujeitos, onde vivem, como asseguram a reprodução de suas existências, quais direitos acessam (ou não), para que buscam atendimento e a quais violações estão submetidas no cotidiano. (Alves, Horst, 2023, p. 277).

Compreender a questão social em suas bases e atualidade na particularidade brasileira, suas diversas manifestações, bem como a realidade de usuáries atendidos pelo Serviço Social nos exige a devida apreensão da formação sócio-histórica de nosso país e a imbricação das relações capitalistas, patriarcais e racistas.

3.2 Serviço Social e a questão social no Brasil

Na particularidade brasileira, para além do capitalismo, temos o patriarcado e racismo como estruturantes e constituintes da questão social, visto que estes três sistemas de dominação e exploração operam de maneira conjunta. Cabe ressaltar, conforme já apontado, que as relações desiguais de exploração e opressão de classe, raça, gênero e sexualidade possuem uma origem material que está relacionada à organização e divisão do trabalho que é social, racial e sexual (Costa, Rafael, 2021).

Essa mesma questão social se torna o fundamento do trabalho de assistentes sociais, quando, através da emergência do capitalismo monopolista, há o acirramento da questão social e suas diversas manifestações passam a ser alvo de políticas sociais asseguradas pelo Estado que, por sua vez, busca mediar as tensões oriundas da organização e luta política da classe trabalhadora (Netto, 2018).

De uma forma geral, a emergência da profissão, na sociedade industrializada, está associada à progressiva intervenção do Estado nos processos reguladores da vida social. No Brasil, as particularidades desse processo mostram que o Serviço Social enquanto profissão, se institucionaliza e legitima como um dos recursos mobilizados pelo Estado e pelo empresariado, no país, com o suporte da Igreja Católica, na perspectiva do enfrentamento da questão social(1), a partir dos anos 30. (Yazbek, 2021, p. 20-21)

De acordo com a autora (2021) isso ocorre quando as ações filantrópicas e de caráter religioso se mostram insuficientes para dar respostas às demandas trazidas pela população e o

Estado passa a regular tais relações, conduzindo políticas econômicas e sociais. Assim sendo, ainda que de maneira fragmentada e recortada, o Estado passa a responder às diferentes expressões da questão social por meio das políticas públicas e para isto se faz necessário um profissional específico: a assistente social (Netto, 2018).

Para Pereira (2021), de todos os objetos de atuação profissional eleitos pelo Serviço Social em sua história, a questão social é a mais apropriada para compreender as demandas dirigidas às assistentes sociais, das quais são requeridas uma visão crítica e compromisso social.

[...] trata-se, a questão social, de um objeto que melhor traduz os conceitos universais (ou categorias) de movimento (de transformação), historicidade (transitoriedade/mudança) e contradição (unidade dialética dos contrários), indicando, implicitamente, que a realidade trabalhada pelo/a assistente social é um todo sinuoso, dinâmico e relacional. Ademais, a questão social sugere coexistência imbricada de instâncias estruturais e históricas, requerente de abordagem que conjugue o sistema de produção e reprodução econômicas com o sistema de poder político; e associe, organicamente, economia e política na análise da relação dialética entre estruturas de apropriação (econômica) e de dominação (política) versus luta de classes. (Pereira, 2021, p. 32)

Neste mesmo contexto a profissão tem suas áreas de atuação ampliadas, visto que assume o lugar no desenvolvimento de políticas sociais públicas, sendo necessário reorientar seus referenciais técnicos e repensar seu espaço sócio-ocupacional (Yazbek, 2021).

De acordo com Netto (2018), este movimento ocorre não enquanto a racionalização da filantropia, mas sim como uma condição inerente à ordem capitalista monopolista, conforme nos aponta:

É somente na ordem societária comandada pelo monopólio que se gestam as condições histórico-sociais para que, na divisão social (e técnica) do trabalho, constitua-se um espaço em que possam mover práticas profissionais como as do assistente social. A profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à “evolução da ajuda”, à “racionalização da filantropia” nem à “organização da caridade”; vincula-se à dinâmica da ordem monopólica. (Netto, 2018, p. 73).

Deste modo, o Serviço Social enquanto profissão relaciona-se à lógica do capitalismo monopolista, tendo como base as modalidades desenvolvidas pelo Estado para o enfrentamento da questão social e suas expressões.

De acordo com Yamamoto (2007), com a ampliação do Estado e a busca por respostas à questão social, ultrapassando a coerção, têm-se a base histórica para o desenvolvimento da profissão. Profissão esta que se encontra inserida na divisão social e técnica do trabalho, sendo tensionada por diferentes conflitos de interesse, visto que responde aos interesses da classe

capitalista burguesa, assim como as demandas da classe trabalhadora, atendendo tanto um polo como outro pela mediação de opostos (Iamamoto, Carvalho, 2015).

É quando o Estado se “amplia”, nos termos de Gramsci, passando a tratar a questão social não só pela coerção, mas buscando um consenso na sociedade, que são criadas as bases históricas da nossa demanda profissional. Ora, se isso é verdade, as mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho e na esfera estatal, em suas relações com a sociedade civil, incidem diretamente sobre os rumos do desenvolvimento dessa profissão na sociedade. (Iamamoto, 2007, p. 23)

Sobre a profissão, Iamamoto (2007) ressalta que ao ter sua força de trabalho especializada vendida em troca de um salário, o Serviço Social ingressa no universo da mercantilização, no universo do valor. Trata-se de uma profissão socialmente necessária e requisitada, que ao produzir serviços e mecanismos que atendem às necessidades sociais, possuem uma utilidade social, um valor de uso. O trabalho assalariado, característico de profissionais de Serviço Social, participa, deste modo do processo de produção e reprodução da riqueza social. Assim, “seu trabalho não resulta apenas em serviços úteis, mas ele tem um efeito na produção e/ou de redistribuição do valor e da mais-valia.” (Iamamoto, 2007, p. 24).

Segundo Iamamoto (2007), tratar a atividade de assistentes sociais como trabalho supõe reconhecer tanto a produção quanto a reprodução da vida social como determinantes na constituição material e subjetiva das classes que vivem do trabalho: “Ao se afirmar o primado do trabalho na constituição dos indivíduos sociais, na vida em sociedade e ao se indagar sobre o papel do Serviço Social no processo de produção e reprodução da vida social (ou das relações sociais), tem-se um ponto de partida e um norte.” (2007, p. 25)

Sabemos que os homens, para sua reprodução e desenvolvimento, precisam ter suas necessidades atendidas, necessidades referentes à condição de sua própria vida. Desta forma, para atender suas necessidades precisa criar os meios para satisfazê-las através da produção de mercadorias, ou seja, da produção de sua vida material.

O trabalho é, pois, uma atividade que se inscreve na esfera da produção e reprodução da vida material. Como já anunciavam Marx e Engels, em seus estudos sobre a Ideologia Alemã: “o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder ‘fazer história’. Mas para viver é preciso comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção de meios que permitam a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material”. (Iamamoto, 2007, p. 26)

No entanto, para além da vida material a produção e reprodução da vida social envolve também as relações que os homens estabelecem uns com os outros, as relações sociais. O Serviço Social, assim, ultrapassa a concepção da produção e reprodução apenas da vida material, visto que, a respeito do significado social da profissão, Iamamoto e Carvalho (2015)

irão apontar que ela participa da produção e reprodução das relações sociais entre as classes e suas contradições.

Classes estas que possuem raça/etnia, gênero e sexualidade, sendo assim, tais elementos compõem as relações sociais conforme nos apontam Cisne e Santos:

[...] o racismo e o patriarcado estruturam as classes sociais e as relações de exploração entre elas e, também, em seu interior. Ou seja, como são estruturantes, o racismo e o patriarcado atravessam todas as relações sociais e dão substância às relações de opressão e exploração inter e entre classes. [...] Dito de maneira diferente, é preciso compreender que a classe, além de ter sexo, possui raça/etnia, e essas dimensões imprimem condicionalidades que estruturam de forma diferente as vivências das formas de exploração e opressão nesta sociedade. (2018, p.76-77).

A reprodução destas relações sociais não se restringe apenas ao processo de produção e reprodução capitalista, da força viva de trabalho e seus meios de produção, os ultrapassa englobando também a reprodução espiritual da sociedade. Deste modo “[...] a reprodução das relações sociais é a reprodução da totalidade do processo social, a reprodução de determinado modo de vida” (Iamamoto, Carvalho, 2015, p. 79). Aqui encontra-se a questão social, que se refere a um conjunto de expressões de desigualdades e rebeldia no interior da sociedade capitalista moderna.

Neste processo, “a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.” (Iamamoto, 2007, p. 27). A contradição da sociedade capitalista entre trabalho coletivo e apropriação da atividade de maneira privada, possui como origem o desenvolvimento de uma sociedade onde um grupo de homens possuem acesso a natureza, a educação, cultura, ciência, entre outros, desenvolvendo assim as forças produtivas de tal trabalho social; e, no outro extremo uma classe distanciada dessa acumulação capitalista se defrontando com a crescente pobreza e pauperismo em diferentes localidades do mundo (Iamamoto, 2007). Não podemos esquecer também, que os mesmos homens que possuem acesso à propriedade privada e os meios de produção, também são os detentores das ideias dominantes de cada período histórico. A classe dominante - a capitalista -, deste modo, detêm as forças materiais, ideológicas e espirituais de toda sociedade.

Neste processo de tensões, têm-se para além da produção de desigualdades, a produção de resistência e rebeldia por parte da classe trabalhadora. Cenário onde diferentes assistentes sociais são convidadas a atuar nas mais diversas áreas, rodeados por interesses sociais divergentes e conflitantes:

Questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem. É nesta tensão entre produção

da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movidos por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade. (Iamamoto, 2007, p. 28)

A autora (2007) reforça que decifrar as mediações da questão social é fundamental ao Serviço Social por dois motivos: i) a necessidade de se apreender as diferentes expressões da questão social assumidas na atualidade, bem como, ii) encontrar formas de resistência e defesa da vida, formas estas, já inseridas no cotidiano da população usuária. Tais indivíduos desenvolveram ao longo de sua trajetória histórica formas de resistência e enfrentamento às questões que lhes atravessam, por isso a necessidade do Serviço Social em se aproximar dos movimentos sociais, comunidades e grupos que vivenciam tais realidades, captando estas mediações:

[...] já presentes, por vezes, de forma parcialmente ocultas, no cotidiano dos segmentos majoritários da população que dependem do trabalho para a sua sobrevivência. Assim, apreender a questão social é também captar as múltiplas formas de pressão social, de invenção e re-invenção da vida construídas no cotidiano, pois é no presente que estão sendo recriadas formas novas de viver, que apontam um futuro que está sendo germinado. (Iamamoto, 2007, p. 28).

Ademais, reforça-se que para compreensão de tais expressões bem como suas formas de enfrentamento, se faz necessário compreender os determinantes que forjam a questão social na particularidade brasileira, levando em consideração sua formação sócio-histórica que é alicerçada e fundida no sistema patriarcal-racista-capitalista. É indispensável compreender as múltiplas expressões da questão social, bem como sua gênese e as configurações que assumem na sociedade contemporânea.

4. FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL E O DEBATE SOBRE DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO

*Por um mundo onde sejamos socialmente iguais,
humanamente diferentes e totalmente livres.
(Rosa Luxemburgo)*

Posto o entendimento de questão social na particularidade brasileira, determinada pelas relações de classe, raça, gênero e sexualidade, tomada como objeto de trabalho de assistentes sociais, o presente capítulo tem como intuito articular tais discussões ao processo de formação profissional em Serviço Social. Toma-se como ponto de partida as diretrizes curriculares da ABEPSS de 1996 que estabelecem parâmetros e os núcleos de fundamentação à formação profissional, colocando a questão social em centralidade neste processo.

Para apreensão da construção desse projeto de formação profissional cabe situar, ainda que brevemente, a trajetória de renovação do Serviço Social brasileiro, que passa a refletir e questionar sobre si próprio e assume uma posição ética-política junto à classe trabalhadora e direitos humanos. Essa renovação teórica, ética e metodológica da profissão exige repensar a formação profissional de assistentes sociais, o que culmina na construção do currículo de 1982 e posteriormente em sua revisão e construção das Diretrizes Curriculares de 1996.

A contextualização dessa trajetória se faz necessária para melhor entendimento da relação da profissão junto ao debate de diversidade sexual e de gênero, que passa a abordar tais temáticas, ainda que de maneira tímida, nos anos 1980, se espraiando pelas entidades representativas da categoria profissional a partir dos anos 2000. O capítulo também objetiva compreender como a formação profissional vem abordando o debate e, para tanto, foi realizado uma busca junto aos projetos pedagógicos dos cursos de diferentes instituições de ensino do país, visando compreender tal relação.

Assim sendo, demarca-se no âmbito da profissão o Movimento de Renovação do Serviço Social brasileiro iniciado em meados da década de 1960, que se refere a negação do Serviço Social tradicional e a adoção de uma perspectiva teórica e metodológica crítica (Netto, 2017). Cabe apontar que isso não se trata de um episódio isolado, mas sim de um movimento conjuntural iniciado na América Latina – o Movimento de Reconceituação do Serviço Social - que influenciou a revisão crítica das bases teóricas da profissão no continente.

De acordo com Iamamoto (2007) o movimento de reconceituação ocorrido no continente latino-americano, trata-se de um marco para o desencadeamento de uma revisão crítica do Serviço Social em todo continente, tendo em vista que ele implicou em um

questionamento central da profissão, seus fundamentos ideológicos e teóricos, suas raízes sociopolíticas, sua direção social, bem como seus aspectos interventivos. Questionamentos que surgem num contexto de mudanças significativas no continente, presidida pela emergência das lutas sociais demarcadas pela expansão capitalista mundial. Tais impulsos e questionamentos chegam à Igreja Católica, à universidade - com uma presença marcada do movimento estudantil -, às manifestações socioculturais e artísticas, bem como à arena política e partidária. Tocados e sensibilizados pelos desafios postos à prática social o Serviço Social apresenta como resposta o movimento de sua reconceituação:

Esse perfilou-se, desde o seu nascedouro, como um movimento de denúncia - de autocrítica e de questionamentos societários - que tinha como contraface um processo seletivo de busca da construção de um novo Serviço Social latino-americano, saturado de historicidade, que postasse na criação de novas formas de sociabilidade a partir do próprio dos sujeitos coletivos. (Iamamoto, 2007, p. 207).

Cabe apontar, no entanto, que este movimento, não se trata de um processo unitário e homogêneo, sendo, ao contrário, repleto de diversidades derivadas tanto da vinculação intelectual e política de seus protagonistas, quanto das diversas matrizes teóricas e societárias emergentes no período em questão. Tais elementos se manifestam na forma de construção das críticas e propostas, bem como no conteúdo da renovação do Serviço Social.

Segundo Iamamoto (2007) o debate que ocorria no Brasil neste mesmo período não foi alheio às inquietações da América Latina, entretanto, suas expressões foram muito isoladas comprometendo sua significação. Até meados de 1970, o eixo de debate brasileiro se diferenciava muito das temáticas polarizadoras do movimento de reconceituação dos demais países latino-americanos:

Dessa forma, o enfrentamento com a herança da reconceituação vai dar-se tardiamente no Brasil, no bojo da crise da ditadura, quando o próprio revigoramento da sociedade civil faz com que se rompam as amarras do silêncio e do alheamento político forçado a que foi submetida a maioria da população no cenário ditatorial. (Iamamoto, 2007, p. 215).

Cabe apontar que o Serviço Social brasileiro nasce e se desenvolve nos marcos do pensamento conservador na maneira de pensar e de agir, com um arranjo teórico doutrinário particular, onde se faz presente a doutrina social da Igreja, o desenvolvimento do neotomismo, o modelo conservador europeu e a sociologia funcionalista (Iamamoto, 2007). É tal arranjo que irá acompanhar a trajetória conservadora da profissão que encontra sustentação no bloco sócio-histórico brasileiro. A profissão, deste modo, se desenvolve sem questionamentos referentes aos pilares da ordem burguesa, até então tida como natural. Assim, o Serviço Social orientado por princípios humanitários procura amenizar as desigualdades existentes, sem de fato

questioná-las, tendo-se, ao contrário, a culpabilização e a busca pelo reformismo moral dos indivíduos.

De acordo com Iamamoto (2007) quando o Serviço Social passa a refletir sobre sua atuação profissional frente ao momento conjuntural, sua herança conservadora não se choca com a crescente racionalidade dos métodos, técnicas e procedimentos da atuação profissional. Estes elementos irão constituir um arranjo teórico doutrinário do conservadorismo profissional, colocando no campo de análise o determinismo a-histórico da apreensão estrutural da sociedade e, no campo da ação do sujeito, a valorização dos princípios de uma liberdade abstrata do indivíduo: “Por meio dessas mediações teórico-valorativas específicas o tradicionalismo profissional instaura as antinomias entre estrutura e sujeito, determinismo e liberdade como determinações unilaterais e polarizações excludentes, sobrepostas paralelamente umas às outras.” (Iamamoto, 2007, p. 223).

No marxismo da reconceituação estas mesmas antinomias irão reaparecer sob novas roupagens, ainda que tal linha se contraponha ao conservadorismo profissional mantém com ele uma certa continuidade, e é exatamente este elo o responsável por fazer a reconceituação não ultrapassar o estágio de uma busca de ruptura com o passado profissional e suas bases (Iamamoto, 2007). A autora também destaca que este fenômeno depende diretamente das formas pelas quais se deram a aproximação da profissão junto ao marxismo: através do militantismo político e partidário no campo da ação e da vulgarização e rudimentos estruturalistas marxista althusserianos no campo teórico. Reforça-se, no entanto, que tal proximidade ocorreu de acordo com as possibilidades advindas do período histórico vivenciado que não eram as mais ideais, tendo em vista a dificuldade de acesso às fontes originais de Marx, a forte perseguição política do período ditatorial, bem como as disputas no interior da profissão a respeito da direção social e política dela.

A respeito do processo de renovação do Serviço Social no país, Netto (2017) aponta a existência de três momentos distintos através das perspectivas: modernizadora, renovação do conservadorismo e intenção de ruptura. A primeira, *perspectiva modernizadora*, se apresenta com o intuito de adequar o Serviço Social ao tempo presente, atualiza sua herança conservadora adequando-se à ideologia do Estado autocrático burguês e atua tendo como base uma tecnificação pragmática (Iamamoto, 2007). As construções teóricas deste período serão tomadas pelo estrutural funcionalismo, sendo as preocupações restringidas ao aperfeiçoamento do instrumental técnico-operativo, buscando uma maior eficiência e crescente burocratização

de suas atividades. Para Netto (1975), sendo impossibilitado de questionar-se socialmente, o Serviço Social o faz metodologicamente.

São esses os rumos predominantes, até meados da década de 1970, da renovação do Serviço Social brasileiro, nos quadros da ditadura militar, que o distancia da polêmica político-profissional que polariza o Serviço Social no resto do continente. Essa polêmica só adquire espaço social e político para se difundir maciçamente no país com a crise da ditadura. (Iamamoto, 2007, p. 216).

Destaca-se que o núcleo central desta perspectiva é o Serviço Social como interveniente, dinamizador e integrador das relações no interior do processo de desenvolvimento da sociedade brasileira, aceitando como inquestionável a ordem social vigente – derivada do golpe de abril – e buscando adotar instrumentos que possibilitem responder às demandas dentro de seus limites. No âmbito estrito da profissão, ela se reporta aos seus valores e concepções mais “tradicionais”, não para superá-los ou negá-los, mas para inseri-los numa moldura teórica e metodológica mais moderna. Desta forma, a “modernização” apresentada era adequada à autocracia burguesa e somente com a crise da mesma se torna possível a redução progressista dos efeitos intelectuais desta perspectiva (Netto, 2017).

A *perspectiva de reatualização do conservadorismo*, de acordo com Netto (2017), irá recuperar os componentes mais estratificados da bagagem histórica e conservadora do Serviço Social, apresentando sua base teórico-metodológica como nova, ainda que a mesma só se apresente sob nova roupagem. Essa direção irá se apoiar na fenomenologia, ou seja, no estudo daquilo que tão somente nos é dado, que refletirá para além do referencial ideocultural, também na produção científica e teórica da profissão. Através de uma visão subjetiva e psicossocial, busca-se o ajustamento do sujeito através dele próprio.

A terceira perspectiva apresentada por Netto (2017) refere-se à *intenção de ruptura* com o Serviço Social tradicional, seja em seus elementos teóricos, metodológicos e ideológicos. Esta perspectiva ficou marcada por três momentos distintos: o de emergência, consolidação acadêmica e espraiamento sobre a categoria profissional. Sua emergência é visivelmente comprovada pelo que ficou conhecido como “Método de BH”, ocorrida na Universidade Católica de Minas Gerais em Belo Horizonte, entre os anos 1972 e 1975, ainda que tal método apresente suas dificuldades e críticas, sobretudo por seu caráter metódico e manual, foi de extrema importância para tal perspectiva e ruptura com o tradicionalismo. Netto (2017) também destaca a produção de Marilda Iamamoto em seu ensaio “Legitimidade e crise do Serviço Social” de 1982, como fundamental a este processo, através da incorporação da inspiração marxista nas produções teóricas a respeito do Serviço Social.

Como resultado desse processo têm-se o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) ocorrido em 1979, conhecido como Congresso da Virada, onde o Serviço Social assume publicamente seu compromisso junto à classe trabalhadora e há também a articulação do projeto profissional junto a um projeto societário contra as diversas formas de exploração e opressão (Abramides, 2019).

Destaca-se ainda que, quanto mais adensada a crise da ditadura civil militar, mais tem-se o desenvolvimento do marxismo acadêmico, sobretudo no momento de abertura e transição democrática, onde mais profissionais se juntam à vanguarda do Serviço Social. Assim, na década de 1980, tendo como herança a ditadura militar e seu projeto modernizador, emerge na arena social de transição democrática o Serviço Social sob novo perfil profissional. Esta nova concepção profissional incide também sobre parte da produção acadêmica profissional que vinha se inspirando na tradição marxista, tais reflexões desdobraram-se ao próprio marxismo, a forma pela qual foi incorporado pela categoria profissional, inspirada notadamente pelo movimento de reconceituação da América Latina (Iamamoto, 2007).

A partir da crise da ditadura civil militar brasileira, o Serviço Social abre-se progressivamente aos debates de cunho histórico-crítico da profissão, onde há um estreitamento dos vínculos políticos e teóricos junto aos movimentos e lutas sociais das classes subalternas. De acordo com Yamamoto (2007), a própria luta pela democratização da vida social, do Estado e da sociedade, gesta o alicerce sociopolítico que permite o deslocamento das interpretações modernizantes e integradoras da cena do debate brasileiro, como a crescente vertente intelectual e política de análises de inspiração marxistas.

É com o amadurecimento teórico e metodológico que a vertente marxista passa a ganhar espaço e legitimidade no interior do Serviço Social. A ampliação e aprofundamento do marxismo, ainda “[...] fez com que seus próprios produtos se revertissem em uma das fontes de sua afirmação no panorama do debate, passando a contribuir em grau considerável na travessia para a conquista da maioria intelectual do Serviço Social: a travessia de sua cidadania acadêmica.” (Iamamoto, 2007, p. 234).

Segundo Yamamoto (2007), do ponto de vista teórico-metodológico, o debate do Serviço Social brasileiro nos anos 1980, que se coloca como próprio objeto de suas pesquisas, avança na negação e denúncia do tradicionalismo ao enfrentamento de seus dilemas e impasses teórico-práticos. O debate em questão incide sobre a inserção histórica da profissão na sociedade brasileira, seja em sua reconstrução histórica, seja no aprofundamento das determinações e efeitos da prática e da formação profissional na contemporaneidade. De acordo com a autora

(2007), ao repensar seu trabalho, o Serviço Social se preocupou em assegurar sua contemporaneidade, enfrentando as questões a respeito da democracia, da cidadania e dos direitos sociais. Este balanço destaca as relações do Serviço Social com o Estado monopolista, mediado pelas políticas sociais públicas utilizadas como instrumentos de enfrentamento à questão social, que, uma vez efetivadas, podem viabilizar direitos sociais e, conseqüentemente, a cidadania (Iamamoto, 2007). Tais avanços, neste sentido, permitiram uma crescente politização da ação profissional, compreendendo as relações da profissão com o poder de classe, especialmente, o poder do Estado.

Iamamoto (2007) alerta sobre os riscos de se ocultar ou secundarizar o debate profissional junto à sociedade civil, tendo em vista que isto também significa ocultar o movimento histórico da sociedade. Este alheamento se expande ao alheamento da produção acadêmica referente aos indivíduos sociais, onde eles são vistos de forma individualista, uma visão típica liberal, onde os mesmos são considerados isoladamente e aparecem de maneira independente. Engloba também um alheamento do Serviço Social no processo histórico de transformação das classes sociais na sociedade brasileira. Ressalta-se a importância de estudos da diversidade das situações inerentes às classes subalternas, o estímulo à pesquisa a respeito das condições de vida e trabalho dos diferentes segmentos sociais, resgatando suas experiências, vivências, práticas e representações, visto que: “É por meio delas que vão se forjando como indivíduos sociais, na vivência das relações sociais de dominação e de exploração, no tempo presente da sociedade brasileira.” (Iamamoto, 2007, p. 247)

A autora também aponta como premissa de análise das particularidades da polêmica profissional nos anos 1980, a complexificação na relação do Estado e sociedade civil, derivada da expansão do capitalismo monopolista, partindo das novas condições econômicas e políticas concebidas durante a ditadura militar e sua crise. Aqui encontra-se o solo para a reflexão profissional interna, tornando possível a renovação do Serviço Social de maneira abrangente e plural.

Diante do aprofundamento da expansão monopolista e as alterações provocadas no interior do aparelho estatal, será possível, ainda no período da ditadura, gestar pilares de um novo perfil profissional. Amplia-se o mercado profissional do Serviço Social, assim como as unidades de ensino públicas e privadas, têm-se a inserção do Serviço Social nas universidades, instala-se a pós-graduação na área profissional, renovam-se os quadros docentes - novos e jovens professores que possuem experiência política e crítica social -, expande-se a interlocução com as demais ciências sociais, entre outros elementos (Iamamoto, 2007). Foi, portanto, no

interior de um Estado em favor do grande capital, que lançou amarras sobre a sociedade civil roubando-lhe o exercício da cidadania, que foram criadas as condições de maturação acadêmico-profissional ao Serviço Social (Iamamoto, 2007). Estas condições irão se desenvolver junto à luta pela democratização da sociedade e do Estado, com a participação do conjunto de protagonistas que surgem no cenário político e social brasileiro.

Tal conjuntura fez com que o Serviço Social vivesse um descompasso na crise da ditadura, onde, de um lado tinha-se às condições materiais prático-profissionais e suporte acadêmico para dar um salto no sentido de responder o avanço das lutas sociais em busca de direitos sociais e ampliação da cidadania, e, no entanto, por outro lado, não havia uma massa crítica acumulada para embasar uma autorrenovação da profissão nos rumos apontados (Iamamoto, 2007). Tal descompasso propiciou um reencontro do Serviço Social brasileiro com as inquietudes profissionais e políticas do movimento de reconceituação da América Latina. Apesar de ser possível resgatar os rumos de tais debates latino-americanos na década de 1970, Iamamoto (2007) destaca que já não era mais possível meramente reproduzi-los, sendo assim, não restou outro caminho ao Serviço Social brasileiro senão o mergulho numa pesquisa histórica, alinhada a uma crítica teórica do ideário profissional, fazendo-se necessário um esforço para articulação entre a crítica do conhecimento, a história e a profissão, norteadas pela tradição marxista (Iamamoto, 2007).

A relação com o legado do movimento de reconceituação latino-americano ocorreu por meio da continuidade e ruptura, que resultou na superação da reconceituação. A continuidade se deu pela retomada no trato crítico do conservadorismo profissional e no resgate da inspiração marxista visando a interpretação da sociedade e da profissão. Já a ruptura foi construída no processo de aprofundamento das premissas e objetivos do movimento de reconceituação, tal desenvolvimento crítico, particularizado pelas condições sócio-históricas e profissionais da sociedade brasileira, permitiram a ultrapassagem da reconceituação, os pontos de ruptura podem ser encontrados na crítica marxista do próprio marxismo e dos fundamentos do conservadorismo, bem como, no redimensionamento das interpretações históricas da profissão (Iamamoto, 2007).

Assim, de acordo com Bourguignon (2007) a década de 1980 é marcada pelo amadurecimento teórico da profissão, trata-se do reencontro do Serviço Social com ele próprio, buscando novas bases para compreender seu passado, as particularidades de sua prática no interior da sociedade de classes, sua relação com o Estado e a sociedade civil, bem como sua posição no que se refere às demandas sociais. Em continuidade com os avanços obtidos nessa

década, os anos 1990 se caracterizam pela consolidação do Projeto Ético-Político da categoria profissional, sobretudo no que diz respeito à formação profissional e seu discernimento social (Bourguignon, 2007).

O Projeto Ético-Político possui como base legal o Código de Ética Profissional (Resolução CFESS nº 273/93), a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/93), a Lei de Bases e Diretrizes da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), que estabelece os parâmetros para a graduação em Serviço Social, bem como as entidades representativas da categoria que possibilitam a construção de maneira coletiva de tal projeto.

Destaca-se que ao longo da história da profissão, o Serviço Social contou com a existência de cinco Códigos de Ética, datados dos anos de 1947, 1965, 1975, 1986 e o atual de 1993 (Costa, 2019). O Código de 1986 foi o primeiro a romper com o conservadorismo predominante nos demais documentos anteriores, dando “[...] ênfase a uma nova moralidade profissional, com valores e princípios que germinariam na nova direção social defendida pela profissão, aliada aos interesses da classe trabalhadora, na aproximação com os movimentos sociais e sindicais.” (Costa, 2019, p. 57). Ainda, o Código de Ética de 1993 pode ser compreendido como um documento síntese da direção social adotada pela profissão durante o seu processo de renovação, contando com onze princípios que se interligam e dizem respeito à autonomia, liberdade, emancipação humana e a construção de uma nova ordem societária.

De acordo com Cruz (2015) a partir da segunda metade da década de 1990 o Serviço Social também passa a abordar o debate dos direitos humanos, considerando os processos de alienação, opressão e exploração que sempre estiveram próximos à profissão. Outro elemento que a autora destaca para apreensão do fortalecimento da direção ético-política profissional é a relação e proximidade cada vez maior junto aos próprios movimentos sociais que colocavam suas pautas em questão e reivindicavam respostas e uma posição da profissão.

4.1 Construção das diretrizes curriculares para formação profissional de 1996

No âmbito da formação profissional em Serviço Social, têm-se como reflexo do movimento de renovação a construção do currículo de 1982, responsável por introduzir uma perspectiva crítica à formação profissional. As transformações societárias daquele período exigiam uma maior qualificação de profissionais assistentes sociais e no final da década de 1970 abriu-se margem para discussões acerca da necessidade de se repensar os currículos dos cursos de Serviço Social:

Este debate culminou na formação da proposta curricular no ano de 1982 que trouxe uma nova perspectiva para se pensar a formação e a prática profissional, **buscando romper com o lastro conservador da profissão e com a vinculação com a ideologia dominante, incorporando a tradição marxista e direcionando sua ação de acordo com os interesses dos usuários.** (Castro, Toledo, 2011, p. 3, grifos das autoras)

De acordo com as autoras (2011), a década de 1980 marcou um período de crises e rupturas, com efeitos políticos, econômicos e sociais, sobretudo na organização contra a ditadura civil-militar. Tal conjuntura requisitou ao Serviço Social pensar uma formação profissional crítica que expressasse tanto o movimento sócio-político da sociedade quanto da própria profissão, o que culmina na construção do currículo de 1982, que apesar de ter sido considerado crítico e inovador, sofreu com alguns equívocos. Na década seguinte estes equívocos vieram a ser questionados, resultando numa nova revisão curricular e na construção das Diretrizes Curriculares de 1996.

De acordo com Iamamoto (2014) o currículo de 1982 expressou sua resistência à ditadura civil militar brasileira, assim como ao Serviço Social norte-americano e sua trilogia entre caso, grupo e comunidade. Esta tentativa de superação resultou na construção da tríade da história, teoria e método do Serviço Social, assim como no estágio supervisionado. Entretanto, a crítica à fragmentação do Serviço Social de caso, grupo e comunidade, levou a outra construção curricular fragmentada. De acordo com Netto (1993) tal currículo organizava seu conteúdo da seguinte forma:

1. na história o qual trata do processo de institucionalização da profissão, como foram consagradas as práticas profissionais, como se deu a evolução dessas práticas; 2. no plano da metodologia, que trataria, em princípio, das estratégias de intervenção, dos modelos de intervenção e, em alguma medida, de fornecer algum parâmetro para que o profissional consiga delimitar minimamente o campo de intervenção que lhe seria próprio; 3. e no plano da teoria, em que se discutiriam eventualmente as categorias epistemológicas, as relações do conhecimento com a prática, sujeito-objeto; ou seja: nós teríamos nesta proposta, que já viceja entre as escolas, já ganha hegemonia entre as escolas, um rearranjo dos conteúdos que eram dados anteriormente (Netto, 1993, p. 49).

Tais conteúdos foram trabalhados de maneira isolada e fragmentada, não de maneira articulada e transversal. Contemporaneamente entende-se que a história da profissão deve ser apreendida não como um processo evolutivo de si própria, mas como participe da história geral da sociedade burguesa, trata-se, conforme Marilda Iamamoto defende, do Serviço Social *na* história e não *da* história do Serviço Social. Outro ponto de avanço diz respeito a superação do aspecto meramente metodológico, tendo em vista o reconhecimento das dimensões ético-políticas, teórica-metodológicas e técnico-operativas enquanto indissociáveis e constituintes de uma unidade.

Netto (1993) ainda aponta que este currículo manifestava dois pressupostos iniciais: i) a existência de uma metodologia própria do Serviço Social; ii) uma estrutura científica apropriada pelo Serviço Social, ou seja, uma teoria. A respeito da metodologia para a compreensão da sociabilidade burguesa o autor (1993) discorre sobre a existência da matriz positivista e da matriz marxista, sendo a primeira responsável pela não ultrapassagem da aparência dos fenômenos sociais e a segunda pela busca de compreender tais fenômenos em sua totalidade, indo até a sua essência.

Para o autor, no processo de construção do currículo, o Serviço Social incorreu sobre o equívoco de confundir teoria com metodologia, buscando uma metodologia própria à profissão e destaca que teoria não é uma matéria ou disciplina, mas sim trata-se da apreensão da realidade em sua totalidade. O Serviço Social acreditava que seria uma teoria ou uma estrutura metodológica específica responsável por dar legitimidade à profissão, conforme aponta Netto (1993) “[...] o nosso ranço positivista nos leva a conferir fundamento de legitimidade a nossa profissão se tivermos estrutura científica e método próprio, ou uma metodologia da qual nós nos apropriamos.” (p. 56).

As críticas elaboradas a partir do currículo de 1982 levaram a profissão a revisá-lo na década de 1990. Destaca-se, conforme Castro e Toledo (2011), que apesar das lacunas e equívocos, tal currículo também:

[...] significou um avanço expressivo para a categoria quanto à sua interlocução com a tradição marxista - apesar dos equívocos iniciais - e a redefinição da função social da profissão centrada no compromisso com os usuários na busca pela efetivação de seus direitos, o que forneceu as bases para a elaboração do Código de Ética de 1986 - teve como pressupostos a necessidade de mudança em função da dinâmica social e da vinculação profissional com as lutas da classe trabalhadora. (2011, p. 14).

Tendo em vista as críticas elaboradas ao currículo de 1982, o arcabouço ético-crítico do Serviço Social e as mudanças societárias de década de 1990, iniciou-se o processo de revisão curricular. Cabe ressaltar que esta revisão não buscou romper totalmente com os pressupostos do currículo anterior, reconhecendo os mesmos como necessários à formação. Trata-se, pois, da necessidade de dar um salto qualitativo no que se refere ao seu conteúdo, preenchendo os vazios, silêncios e lacunas do debate contemporâneo do Serviço Social.

A preocupação que move tais reflexões é de construir, no âmbito do Serviço Social, uma proposta de formação profissional conciliada com os novos tempos, radicalmente comprometida com os valores democráticos e com a prática de construção de uma nova cidadania na vida social, isto é, de um novo ordenamento das relações sociais. (Iamamoto, 2007, p. 168).

Em 1996 o processo de revisão teve início e em dezembro do mesmo ano a nova proposta recebeu o nome de Diretrizes Curriculares, sendo estas pautadas por um projeto de formação profissional, buscando romper com a estrutura curricular formalista composta por disciplinas e matérias:

Ao analisarmos os princípios que sustentam esse projeto de formação, constatamos que eles convergem para a afirmação de um projeto profissional associado a uma direção crítica à sociabilidade burguesa na medida em que sinaliza a adoção de uma teoria crítica como a forma possível para apreender a realidade social, o que não elimina o pluralismo e a disputa de projetos no interior da categoria. A garantia do tripé ensino, pesquisa e extensão denota a luta por uma formação de qualidade, que possibilite ao aluno a vivência da investigação e o contato com a realidade social, por meio dos estágios. [...] Além disso, a nova estrutura pressupõe a superação da fragmentação dos conteúdos e da tríade história, teoria e método, do currículo anterior. Ao contrário dessa fragmentação, é uma estrutura cuja orientação está na perspectiva de totalidade que compreende profissão como produto histórico. (Coelho, Almeida, 2019, p. 7).

De acordo com Iamamoto (2007), deste processo emergem algumas preocupações enquanto pontos cruciais para se pensar a nova formação em Serviço Social, primeiro, a necessidade de ir além dos muros da universidade e que se historicize o debate, levando em consideração a história contemporânea, assim como a teoria social crítica e, junto a isto, a articulação da formação profissional com o mercado de trabalho ultrapassando os limites meramente instrumentais e não deixando de lado a criticidade:

Ora, a sintonia da formação profissional com o mercado de trabalho é condição para se preservar a própria sobrevivência do Serviço Social. Como qualquer profissão, inscrita na divisão social e técnica do trabalho, sua reprodução depende de sua utilidade social, isto é, de que seja capaz de responder às necessidades sociais, que são a fonte de sua demanda. Sendo o assistente social um trabalhador assalariado, depende da venda de sua força de trabalho especializada no mercado profissional de trabalho. Para que ela tenha valor de troca, expresso monetariamente no seu preço, é necessário que confirme o seu valor de uso no mercado. (Iamamoto, 2007 p. 172).

Assim sendo, faz-se necessário um profissional capaz de dar respostas às necessidades sociais que lhe são postas, reafirmando o valor de uso da sua força de trabalho no interior da lógica capitalista, com competências teórico-críticas, teórico-práticos, técnica e política e em consonância com os princípios presentes na construção do Código de Ética de 1993, contemplando assim os valores de liberdade, igualdade e justiça, visando a autonomia de sujeitos individuais e coletivos que são precursores e criadores da história (Iamamoto, 2007). Deve-se buscar então uma relação mútua entre mercado de trabalho e formação profissional.

Ainda sobre o processo de criação do novo currículo para o projeto de formação profissional, constituído ao longo da década de 1980, destacam-se suas disputas teóricas, como os debates que versam sobre o pluralismo e ecletismo no interior do Serviço Social marcada

pela tradição marxista, sua interlocução contemporânea com as Ciências Humanas e Sociais e sua “crise de paradigmas”. O ponto fundamental de tais disputas se referia à possibilidade de se manter, ou não, o debate teórico plural no Serviço Social sem recair sobre o ecletismo teórico (Iamamoto, 2007).

Segundo Coutinho (1988), a partir de reflexões acerca do currículo de 1982, o pluralismo surge enquanto um fenômeno social e político advindo do mundo moderno, sobretudo pela construção do capitalismo, onde sua concepção muito se vincula a uma visão individualista do homem moderno. No entanto, apesar de surgir no interior do pensamento liberal e servir para expansão da formação social capitalista, o pluralismo também auxiliou na expansão da individualidade humana e na formação da democracia moderna.

De acordo com o autor a crise da concepção do chamado socialismo real muito se deu pelo fato do socialismo não ter aberto em seu interior espaço para uma expansão efetiva do pluralismo, tendo em vista que a negação de tal fenômeno pode levar a uma situação de despotismo. Entretanto, a mera expansão do pluralismo sem a presença de uma vontade coletiva também leva a outra problemática: o corporativismo.

O corporativismo afirma a ideia de que cada um deve lutar por seus interesses e que os resultados decorrerão da capacidade de organização de cada particular. Nessa proposta falta um projeto coletivo de sociedade, que subordine os muitos interesses privados a um interesse público maior. (Coutinho, 1988, p. 10)

Coutinho (1988) destaca que o grande desafio posto à esquerda ligada aos valores democráticos e socialistas é o de buscar uma síntese entre o predomínio da vontade coletiva e ao mesmo tempo conservar e respeitar o pluralismo, a diversidade e a diferença. No campo teórico, tal debate se atém à troca de ideias, a discussão entre diferentes que possibilita uma maior proximidade do real sem recair sobre o ecletismo:

Pluralismo, no terreno da ciência natural ou social, não é assim sinônimo de ecletismo. É sinônimo de abertura para o diferente, de respeito pela posição alheia, considerando que essa posição, ao nos advertir para os nossos erros e limites, e ao fornecer sugestões, é necessário ao próprio desenvolvimento da nossa posição e, de modo geral, da ciência. (Coutinho, 1988, p. 14)

Ou seja, o pluralismo no campo da teoria do conhecimento diz respeito a uma tolerância fundamental à progressão da ciência, haja vista que auxilia no enriquecimento da própria posição, na discussão de ideias até se chegar a uma verdade global - sempre aproximativa, tendo em vista que a ciência não esgota o real -.

Outro ponto de disputa, entre o final dos anos 1980 e início dos anos 1990, foi referente ao objeto de trabalho profissional. Um grupo apontava que tal objeto deveria ser as políticas sociais, tendo em vista o mercado de atuação profissional de assistentes sociais, onde

utilizavam-se de tais políticas para dar respostas às demandas solicitadas. Outro grupo, entretanto, entendia e defendia que a questão social e suas diferentes manifestações deveriam ser o objeto de trabalho, tendo em vista que as políticas eram mecanismos de respostas às mesmas (ABEPSS, 1997). Ainda que a política social seja um elemento fundamental à atuação profissional, reforça-se que não constitui elemento basilar da formação e ação profissional, conforme apresentado no documento da ABEPSS:

Ainda que esta perspectiva identificasse componentes e mediações essenciais da ação profissional, esteve distante de configurar o componente essencial que na realidade demanda esta especialização do trabalho coletivo, do que decorre seu caráter restritivo como núcleo básico, mesmo que a política social seja um eixo importantíssimo e complementar ao que está sendo proposto. (ABEPSS, 1997, p. 21)

De acordo com o Caderno (1997), para além da política social, outra direção apontada foi a de proteção social. Apesar de importantes estas duas direções se trata de desdobramentos e respostas às expressões multifacetadas da questão social na sociedade capitalista. Houve ainda preocupações de se colocar a questão social enquanto eixo central do projeto de formação profissional, tendo em vista a possibilidade de que se pudesse retomar a noção de situação problema. No entanto, cabe apontar, que na crítica da economia política, tanto Marx quanto Engels, buscaram desvendar a gênese da desigualdade social no capitalismo, bem como, dar condições para que o indivíduo político supere tal condição (ABEPSS, 1997).

Deste ponto de vista, é correto afirmar que a tradição marxista empreende, desde Marx e Engels até os dias de hoje, um esforço explicativo acerca da questão social, já que o que está subjacente às suas manifestações concretas é o processo de acumulação do capital, produzido e reproduzido com a operação da lei do valor, cuja contraface é o crescimento relativo da pauperização. Esta última é expressão das contradições inerentes ao capitalismo que, ao constituir o trabalho vivo como única fonte de valor e, ao mesmo tempo, reduzi-lo progressivamente em decorrência da elevação da composição orgânica do capital - o que implica num predomínio do trabalho morto sobre o trabalho vivo - promove a exclusão em larga escala. (ABEPSS, 1997, p. 23)

Segundo a ABEPSS (1997), o Serviço Social surge ligado à questão social com o objetivo de “tratá-la” e de “frear” o movimento operário, assim como garantir condições para a reprodução do capitalismo. A partir do final da década de 1960 o Serviço Social busca romper com tais elementos, com a intenção de efetivar a “ruptura”. Aqui, compreende-se a questão social através da lei geral da acumulação capitalista e não como uma situação-problema de caráter individual.

Deste modo, a consolidação da questão social enquanto núcleo basilar da formação profissional em Serviço Social, não se contrapõe à perspectiva teórica crítica adotada pela profissão em seu processo de renovação, “[...] pelo contrário, sem esta a questão social estaria

envolta em discurso/interpretações demagógicas, filantrópicos e superficiais." (ABEPSS, 1997, p. 24).

Esta interpretação da questão social exige imprimir historicidade ao conceito, ou seja, observar seus nexos causais em relação às formas de produção e reprodução sociais capitalistas. A dimensão teórico-metodológica dotada de historicidade, permite compreender as expressões da questão social na contemporaneidade e, ainda, o projeto profissional se propõe a realizar a transformação criativa da matéria-prima da profissão, fortalecendo os componentes e sujeitos de resistência (ABEPSS, 1997).

Disso faz parte colocar a questão social como centro - como nossa materialidade - e a ideia de processo de trabalho como uma forma de dar visibilidade ao conjunto de ações que inscrevem a profissionalidade e a função social da profissão como força produtiva. A preocupação com o processo de trabalho do Serviço Social está longe de reduzir-se ao debate acerca de instrumentos técnicos, mas os engloba. Afinal, nenhuma técnica se define fora de um contexto histórico e de uma opção teórico-metodológica. (ABEPSS, 1997, p. 24).

Outra problemática, apontada por Yamamoto (2007), refere-se ao foco das discussões e debates no interior da formação e categoria profissional, que por muito tempo não contemplou de maneira devida a sociedade civil, bem como as classes sociais. Segundo a autora, ainda que em 1990 houvesse um grande avanço por parte do Serviço Social ao se empenhar na análise de políticas públicas, bem como de políticas sociais empresariais, o mesmo não ocorreu em relação às mudanças históricas presentes nos quadros societários, as mudanças do perfil das classes sociais ao se inserirem na produção e reprodução da vida social. Houve uma secundarização em relação à análise dos sujeitos sociais, da sociedade civil e da compreensão dos segmentos sociais.

Diante disto, Yamamoto (2007) aponta que se faz necessário estimular a aproximação de profissionais junto às condições de vida da classe trabalhadora, assim como suas formas de luta e organização. É preciso captar “[...] as formas de explicitação social, cultural e política de seus interesses e necessidades [...]” (Yamamoto, 2007, p. 197), interesses que não estão restritos apenas à arena das organizações político-partidárias, mas também nas lutas e organização por melhorias das condições de vida, ainda que estas sejam parciais, bem como “[...] no conjunto de suas expressões associativas e culturais cotidianas que denotam os seus modos de viver e de pensar.” (Yamamoto, 2007, p. 197). É preciso detectar tais aspirações, contestações e resistências, a constituição destes indivíduos sociais e coletivos, inseridos e a partir da historicidade da vida cotidiana (Yamamoto, 2007).

Este processo implica a ruptura com o papel tutelar que ainda é presente nas ações burocráticas, tecnicistas e tradicionais de profissionais assistentes sociais. O projeto de

formação profissional, deste modo, precisa ter seus olhos voltados para a sociedade civil, os indivíduos sociais, tanto na arena social quanto política, bem como para os modos de vida e de trabalho de tais sujeitos (Iamamoto, 2007).

E isto é possível de ser realizado através dos três núcleos de fundamentação estabelecidos pelo currículo de 1996: *núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; núcleo de fundamentos do trabalho profissional*. Processo este que ganha centralidade a partir da análise do currículo de 1982 e na busca pela superação da fragmentação da tricotomia entre história, teoria e método (Guerra, 2018), síntese de um amplo debate realizado pela então ABESS, entidades representativas e demais profissionais

Desta forma, através destes três núcleos, torna-se possível desvelar as relações sociais contemporâneas, a gênese da questão social e suas diversas expressões, bem como sua particularidade na sociedade brasileira. O sistema patriarcal-racista-capitalista pode ser abordado nestes três espaços, podendo, assim, ser discutido durante todo o processo de formação profissional.

Não se trata de núcleos isolados ou colocados em momentos específicos da formação a depender da disciplina, são núcleos articulados, que podem e devem ser tratados de maneira conjunta em todo currículo formativo. Compreender a formação profissional deste modo, melhor pode elucidar a defesa de que o debate sobre diversidade sexual e de gênero, assim como o étnico racial, percorra toda a formação profissional, de maneira transversal e não através de uma única disciplina isolada.

O currículo mínimo ainda apresenta como princípios norteadores da formação profissional, os seguintes pontos:

1- O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma **profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista**. 2- **A relação do Serviço Social com a questão social** - fundamento básico de sua existência - é **mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos** constitutivos de seu processo de trabalho. 3- O agravamento da questão social em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva no Brasil, nos marcos da ideologia neoliberal, determina uma inflexão no campo profissional do Serviço Social. Esta inflexão é resultante de novas requisições postas pelo reordenamento do capital e do trabalho, pela reforma do Estado e pelo movimento de organização das classes trabalhadoras, com amplas repercussões no mercado profissional de trabalho. 4 - **O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento**, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais. (ABEPSS, p. 5-6, 1996, grifos da autora).

As diretrizes curriculares também incidem sobre o campo teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, que devem englobar: i) a apreensão crítica da historicidade enquanto totalidade; ii) a investigação da formação sócio-histórica brasileira, bem como os processos sociais contemporâneos do país, buscando apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no Brasil; iii) a busca pela apreensão do significado social da profissão; iv) apreensão das demandas colocadas ao Serviço Social, visando formular respostas às mesmas; e v) o exercício da profissão conforme as competências e atribuições profissionais previstas no Código de Ética (ABEPSS, 1996).

De acordo com Iamamoto (2001), as diretrizes curriculares da ABEPSS apresentam a formação profissional vinculada à relação entre questão social, trabalho e Serviço Social. O Serviço Social, enquanto especialização do trabalho coletivo, se insere na divisão social e técnica do trabalho, se apresentando também no processo de produção e reprodução das relações sociais. Iamamoto (2015) aponta que o caráter social deste trabalho assume uma dimensão dupla: de trabalho útil, atendendo as necessidades sociais e efetivando-se através das relações com outros homens, incorporando a herança material e intelectual das gerações passadas; mas que só pode atender a tais necessidades se seu trabalho for igualado a qualquer outro enquanto trabalho abstrato.

Para além das disputas teóricas que envolvem a fundamentação da questão social, tomada como objeto de trabalho profissional, há também a existência de disputas no que se refere aos projetos de formação profissional – através de tendências como teoricismo, metodologismo e a história linear/cronológica – (Guerra, 2018).

De acordo com Guerra (2018), no âmbito da formação profissional, faz-se necessário ainda tratar o trabalho como categoria central da sociabilidade humana, trabalho este que funda o ser social, o modo como ele se produz e reproduz material e espiritualmente. Mais do que apreender o trabalho, Guerra (2018) alerta para a necessidade de compreendê-lo através dos fundamentos da crítica da economia política:

É preciso resgatar os fundamentos da crítica da economia política para desvendar o porquê de o trabalho, sob as condições do capitalismo, se objetivar como forma alienada-estranhada, como trabalho assalariado e submeter o trabalhador à venda de sua força de trabalho como mercadoria. (p. 38).

Este movimento, de apreensão ontológica do modo de produção e reprodução da vida social, do ser social, das particularidades da sociedade burguesa, bem como do surgimento do Serviço Social, possibilita a interpretação da profissão através de seus fundamentos histórico-ontológicos (Guerra, 2018).

Trata-se, pois, da compreensão da vida social, da produção e reprodução das relações sociais na sociabilidade capitalista, bem como da sua relação junto ao próprio Serviço Social. Tais elementos constituem a formação profissional de futuras assistentes sociais, que irão intervir, posteriormente, nesta mesma realidade social. Realidade esta que, como já apontado, é atravessada por questões de gênero, sexualidade, raça e etnia.

4.2 Serviço Social e a relação com o debate de diversidade sexual e de gênero

Pode-se dizer que desde o início da profissão o Serviço Social esteve envolvido com o debate da diversidade sexual e de gênero, tendo em vista que era função de assistentes sociais “normatizar”²² e “ajustar” os diferentes sujeitos às normas sociais vigentes. Cabia à profissão adequar a classe trabalhadora as ideias morais e cristãs advindas da socialização da classe capitalista, intervindo na realidade daqueles considerados “desajustados”, como era o caso de pessoas que fugiam à lógica heterossexual e seus formatos de relação. De acordo com Campos (2024), pode-se considerar que a profissão foi orientada pela perspectiva cristã a fim de incidir sob o controle e normatização de tais relações rejeitadas pela hegemonia capitalista.

Cenário este que passa a se alterar com o Movimento de Renovação do Serviço Social brasileiro e com a organização política de diferentes sujeitos sociais a partir da década de 1970 que passam a reivindicar direitos e visibilidade na arena social e política do país. A partir do processo de revisão das matrizes teóricas da profissão, na década de 1980, abre-se o caminho para as discussões a respeito da homossexualidade pelo Serviço Social (Campos, 2024), tendo em vista que tais pautas passam a se “infiltrar” pelas próprias demandas advindas desse segmento.

Outro ponto que merece destaque para compreensão dessa relação do Serviço Social junto à incorporação de tais debates, foi o protagonismo de outras categorias profissionais e seus respectivos conselhos, como é o caso do Conselho Federal de Psicologia, que no ano de 1999, através da Resolução nº 01/1999 passou a proibir o tratamento de cura gay por profissionais psicológicas. Antes disso, em 1985, o Conselho Federal de Medicina já havia

²² Cabe apontar, ainda que de maneira breve, a relação existente entre o surgimento do Serviço Social e a Igreja Católica, através de um processo de ação política e social da Igreja, onde assistentes sociais utilizavam do autoritarismo, paternalismo e determinismo para “adequar” diferentes sujeitos sociais às “normas sociais” (Iamamoto, Carvalho, 2014). Os grupos pioneiros do Serviço Social surgem como ramificações da Ação Católica e Social, compostos por mulheres oriundas de setores abastados da sociedade, com um certo nível de militância no meio católico: “O discurso dessas pioneiras demonstra a certeza de estarem investidas de uma missão de apostolado, decorrente não só da adesão aos princípios católicos, como de sua origem de classe. Elementos que legitimam sua autoridade num empreendimento de levantamento moral de uma população que vegeta no pauperismo e no rebaixamento moral.” (Iamamoto, Carvalho, 2014, p. 229)

retirado o “homossexualismo” da lista de transtornos e em 1991 a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas relacionados com a Saúde.

Destaca-se também o debate da ética e direitos humanos no interior do Serviço Social através do Projeto Ético-Político da profissão que ao assumir a defesa dos direitos humanos, assume também a defesa dos direitos da população LGBTQIAPN+. Ferreira e Irineu (2024) discorrem, no entanto que a profissão não foge ao caldo cultural que atravessa toda a sociedade, tendo em vista que a mesma se encontra inserida na mesma realidade, assim sendo, ainda que se tenham posições éticas e políticas em defesa dos direitos de diferentes segmentos sociais, muitas vezes há o embate com elementos moralizadores e preconceituosos no cotidiano profissional de assistentes sociais. A sociedade é permeada por valores divergentes e no interior dessa disputa se encontram os valores do Serviço Social.

Assim sendo, são estes elementos – processo de renovação do Serviço Social, contato com outras categorias profissionais e movimentos sociais, avanços no debate da ética e direitos humanos, entre outros - que auxiliaram para que o Serviço Social passasse a incorporar o debate sobre diversidade sexual e de gênero, reconhecendo tais discussões e relações como importantes na vida dos sujeitos sociais. Relações estas que impactam diretamente suas condições de vida e trabalho e, conseqüentemente, requisitam respostas profissionais para suas demandas. Conforme nos aponta Cisne e Santos (2018):

[...] dimensões relevantes da vida dos indivíduos, que têm implicações nas suas condições de vida e de trabalho, bem como nas demandas e respostas profissionais e, também, por reconhecê-la como agenda política de sujeitos coletivos que resistem ao conservadorismo e desenvolvem articulações políticas no campo das esquerdas, com o objetivo de enfrentar a violação de direitos e as formas opressivas contra a população LGBT. (Cisne, Santos, 2018, p. 161-162).

Ressalta-se que este debate só passa a ser tomado pela profissão com a contribuição mais que significativa do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS). De acordo com Duarte (2014), foi dentro do MESS na década de 1980 que houve a abertura para um novo caminho reflexivo na profissão, onde uma geração de estudantes passou a inserir sexualidade dentro dos eixos de debates dos encontros estudantis da época.

Cruz (2015) aponta o importante significado que a década de 1990 desempenhou para a abordagem de tais temáticas pelo Serviço Social, tendo em vista que o amadurecimento teórico em torno da ética possibilitou discussões em torno de uma reflexão crítica sobre a moral, abarcando debates como sexualidade e gênero. O compromisso das entidades representativas do Serviço Social, através do conjunto CFESS-CRESS, ABEPSS e ENESSO, também

desempenhou papel fundamental para a inserção e aprofundamento deste debate no interior da profissão, sobretudo a partir dos anos 2000 (Cisne Santos, 2018).

Em geral, são os próprios estudantes e profissionais LGBTQIAPN+ responsáveis pela inserção dessa temática em diferentes espaços da categoria profissional, condição esta que só é possível com o ingresso de novos perfis de discentes nos cursos de graduação, resultado de políticas de expansão e de acesso ao ensino superior no país, como é o caso do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), do Sistema de Seleção Unificado (SISU), Programa Universidade para Todos (PROUNI), da Lei nº 12.711 de 2012 (Lei de Cotas) e Lei 12.799 de 2013 (Lei de Isenção da taxa de vestibulares das universidades federais).

Tem-se, desta forma, uma mudança significativa do perfil de discentes das instituições de ensino superior brasileiras, contando pela primeira vez com a presença de estudantes indígenas, negros, periféricos, povos do campo, LGBTQIAPN+ e outros, nas universidades públicas. As pautas que emergiram a partir da ocupação dos espaços acadêmicos por estes sujeitos, fizeram com que debates como feminismo, questão étnico-racial, diversidade sexual, entre outros, fosse sendo absorvidos por essas instituições e demais áreas. *Foi através das reivindicações destes sujeitos que este debate passou a ser pautado junto à categoria profissional.*

Tem-se, por exemplo, através do CFESS, um conjunto de resoluções que versam sobre a temática, como é o caso da Resolução nº 489/2006 que estabelece a vedação de posicionamentos discriminatórios ou preconceituosos por orientação sexual no âmbito do exercício profissional; resolução nº 594/2011, que trata da revisão do Código de Ética Profissional de 1993 com a alteração do termo “opção sexual²³” por orientação sexual e adição do termo identidade de gênero no documento; Resolução nº 615/2011, que se refere à inclusão do nome social da assistente social que se reconheça como travesti ou transexual; e Resolução nº 845/2018, que dispõe sobre a atuação profissional frente ao processo transexualizador.

Ademais, há também um conjunto de publicações elaboradas pelo Conselho, como é o caso do CFESS Manifesta que conta, de 2007 até o presente momento, com 11 documentos que retratam os posicionamentos referentes à questão da diversidade sexual e de gênero, sendo eles: O amor fala todas as línguas (2007); CFESS na luta pela livre orientação e expressão sexual (2008); Visibilidade lésbica: respeito à liberdade de expressão sexual (2009); Liberdade de orientação sexual, não à homofobia! (2010); O amor exige expressão e reverência coletiva

²³ Termo contido na resolução do CFESS nº 273 de 1993, referente ao Código de Ética anterior.

(2010); A nossa luta é todo dia contra a homofobia (2011); Assistentes sociais em defesa da diversidade humana (2011); Dia mundial do orgulho LGBT (2012); O direito a identidades trans (2013); Assistentes sociais contra a violência e por direitos de pessoas LGBT (2015); e Família é diversidade pelo direito de amar e conviver (2017).

E a série de cadernos “Assistente Social no combate ao preconceito” que conta com 8 edições: O que é preconceito (2016); O estigma do uso de drogas (2016); Racismo (2016); Transfobia (2016); Xenofobia (2016); Machismo (2019); Discriminação contra a pessoa com deficiência (2019), e Discriminação contra a população usuária da saúde mental (2022).

No âmbito da ABEPSS, associação responsável pela formação profissional em Serviço Social, prezando pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, relação entre graduação e pós-graduação, compromisso com a organização e divulgação de pesquisas, entre outros, têm-se no ano de 2010 a criação dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs). Tais grupos são responsáveis por auxiliarem na promoção e desenvolvimento de pesquisas no âmbito do Serviço Social,

Esses grupos permitem a articulação e o debate entre pesquisadoras e pesquisadores interessados em temáticas específicas, contribuindo assim para o avanço do conhecimento científico e para a formação de profissionais qualificados e engajados com as demandas sociais. É no bojo das discussões de um desses grupos, o GTP “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades, que começam a tomar forma propostas mais ousadas de articular e fortalecer a produção de conhecimento sobre diversidade sexual e de gênero na área. (Ferreira, Irineu, 2024, p. 101).

As pesquisas na pós-graduação passam a tematizar o debate a partir dos anos 2000, mesmo período em que a agenda governamental passa a abordar tal segmento com o desenvolvimento de planos, programas e projetos governamentais específicos a esta população. Uma relação de muito proximidade ao trabalho de assistentes sociais que atuam nas políticas públicas, em suas fases de elaboração, execução e avaliação (Ferreira, Irineu, 2024).

Em levantamento realizado por Ferreira e Irineu (2024) através do Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a respeito da produção teórica do Serviço Social sobre a temática no âmbito da pós-graduação, entre os anos 2013 a 2023 foram encontradas em 61 dissertações e 15 teses com os descritores “diversidade sexual”, “trans” e “homossexual”, sendo as mesmas divididas da seguinte forma: do total de dissertações, 25 continha Diversidade Sexual, 25 trans e 11 homossexual e das 15 teses, 7 Diversidade Sexual, 5 trans e 3 homossexual.

Em outro levantamento realizado pelos autores (2024) a respeito do número de grupos de pesquisa com linhas e títulos mencionando os termos "sexualidade" e "LGBT" na área do

Serviço Social, realizado através do Diretório Geral dos Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (DPG/CNPq) foram encontradas 42 menções, tendo 24 menções a sexualidade e 18 a LGBT.

Duarte e Fernandes (2023) ao realizarem um estudo que mapeia artigos em periódicos do Serviço Social que abordam o debate de diversidade sexual e de gênero, destacam o lugar secundário da temática em nível de importância no âmbito do debate profissional. O mapeamento realizado com 21 periódicos da área entre os anos de 2010 a 2020, encontraram 66 artigos com os critérios de seleção, após os critérios de exclusão e inclusão restaram 42 artigos para análise. Outro elemento destacado na pesquisa é que há um desencorajamento em se pesquisar tal temática, assim como uma lentidão dessas produções acadêmicas, que na análise dos autores deriva da carência de tais debates nos discursos acadêmicos (Duarte, Fernandes, 2023).

No âmbito da graduação, Ferreira e Irineu (2024) destacam que apesar do Serviço Social ser uma profissão historicamente feminina e conseqüentemente marcada pela divisão sexual do trabalho, a inclusão do debate de gênero nos currículos é algo relativamente recente com seus primeiros indícios no final da década de 1990, com o movimento de revisão dos Projetos Pedagógicos dos Cursos após a publicação das diretrizes curriculares de 1996. Tais disciplinas eram marcadas pelo termo "mulher" ao invés da categoria "gênero", o que passa a mudar a partir dos anos 2010 quando, inspirado pelo feminismo materialista francês, houve a disseminação do termo "relações sociais de sexo" no Serviço Social brasileiro. Outras produções enfatizam ainda as "relações patriarcais de gênero", como é o caso da presente pesquisa. A respeito do debate específico sobre sexualidade, os autores destacam que o mesmo ocorreu com a transição do termo mulher para gênero nas ementas, bem como um maior espraiamento de disciplinas que abordam a família, sociedade e os movimentos sociais.

A respeito do estágio supervisionado em Serviço Social, Ferreira e Irineu (2024) o destacam como um dos pontos cruciais da formação profissional, no entanto, apesar da potencialidade deste espaço para a formação profissional de assistentes sociais se faz necessário também apontar suas problemáticas, como: o aumento de cursos de Serviço Social que não prezam pela qualidade da formação profissional, a sobrecarga de supervisoras acadêmicas, a precarização de trabalho de supervisoras de campo, a falta de vagas de campo para estudantes, redução de carga horária, a utilização de atividades de ensino e extensão como estágio, a ocupação irregular de vagas em campos de estágio por discentes e outros. Os autores também destacam o estágio como campo privilegiado onde as discentes se encontram imersas no

trabalho profissional diário, buscando compreender a realidade e suas manifestações superficiais – apreensão que só é possível com devido aporte teórico, através da teoria social crítica na busca pelo conhecimento da realidade e suas mediações -. É também neste espaço que se encontra um terreno hábil para disseminar o enfrentamento à condutas hierarquizantes e preconceituosas.

Em consonância com o Projeto Ético-Político do Serviço Social, com os valores e defesas das entidades representativas da categoria, o projeto de formação profissional também deve somar-se às lutas e enfrentamentos contra toda forma de preconceito, discriminação, exploração e dominação, se empenhando na construção de uma nova ordem societária anticapitalista, antirracista, antissexista e antilgbtqiapn+fóbica. Essa construção exige, no entanto, o reconhecimento da imbricação das relações sociais de classe, raça, gênero e sexualidade na constituição da sociedade brasileira, bem como suas implicações na contemporaneidade.

Partindo das contribuições de Santos (2017), a ideia aqui defendida é a de que a diversidade sexual e de gênero não trata de subjetividades, do “eu” isolado das relações sociais, trata-se, em realidade, de dimensões reais e concretas de existência dos indivíduos. Embora tais experiências sejam vivenciadas em sua individualidade, elas se constroem num movimento histórico e social:

Assim, numa análise centrada na totalidade social, embora a sexualidade humana seja algo próprio da individualidade, posto que somente nesta dimensão, as experiências e sentimentos são vivenciados, esta individualidade se constrói e só pode ser entendida nas trilhas do processo histórico [...] (Santos, 2017, p. 9).

A mesma autora aponta que cada indivíduo carrega em si determinações decorrentes das relações sociais na qual se encontra inserido. Abordar a diversidade sexual e de gênero, bem como as relações étnico-raciais, trata-se de apreender a realidade social em sua totalidade, as relações sociais de uma dada sociedade.

Diante do exposto cabe investigar se os encaminhamentos e avanços no âmbito das entidades representativas da categoria profissional se encontram também na formação profissional de assistentes sociais. Busca-se investigar se tais debates se apresentam nas grades curriculares das unidades de ensino públicas e presenciais de nosso país, ou seja, se a apreensão da realidade social por tais instituições e cursos está se dando de modo a considerar as relações de gênero, sexualidade, raça, etnia, e outros, como constituintes das relações sociais.

4.3 Diversidade sexual e de gênero na formação profissional em Serviço Social

A pesquisa foi desenvolvida com onze instituições públicas e presenciais que ofertam a graduação em Serviço Social de diferentes regiões do país - Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul -, sendo priorizadas aquelas com maior tempo de existência. Assim sendo, utilizou-se dos Projetos Pedagógicos dos Cursos das IES para analisar como o debate sobre diversidade sexual e de gênero vem sendo abordado no interior da formação profissional em Serviço Social e para tanto realizou-se uma busca junto as categorias selecionadas - Sexualidade, Diversidade Sexual e Gênero -, nos documentos.

Tais projetos foram consultados através dos sites oficiais das instituições, disponíveis de maneira online, com exceção da UFPA²⁴ e UFMT²⁵ onde se fez necessário contato oficial por meio de e-mail para solicitação do documento. O quadro abaixo demonstra o ano de publicação/vigência do PPC analisado dessas instituições:

Quadro 3 - Ano de publicação do PCC vigente nas IES

Instituição	Sigla	Instalação do curso	Ano do PPC vigente
Universidade Federal do Amazonas	UFAM	1945	2019
Universidade Federal do Pará	UFPA	1957	2010
Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	1940	2009
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	1945	2019
Universidade Federal do Mato Grosso	UFMT	1970	2010
Universidade de Brasília	UNB	1972	2011
Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	1937	2019
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	UERJ	1944	2014
Universidade Federal do Juiz de Fora	UFJF	1948	2023
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	1959	2013
Universidade Federal do Paraná	UFPR	2006	2023

Fonte: Elaboração Própria

²⁴ Em resposta a solicitação, a coordenação do curso ainda ressaltou que o Projeto Pedagógico do Curso, juntamente com o currículo da graduação estão em processo de revisão há alguns meses, buscando justamente englobar novas demandas e discussões do mundo contemporâneo.

²⁵ Em resposta ao email, o departamento de Serviço Social encaminhou o plano de ensino da disciplina obrigatória “Gênero e Etnia” que contempla o objeto de pesquisa e destacou que a temática também se apresenta de maneira transversal em diálogo com outras disciplinas e conteúdos programáticos, destacando as disciplinas sobre Família, Sociedade e Violência e Questão Social e Serviço Social. No entanto, ao buscar o plano de ensino das referidas disciplinas, tais debates não foram encontrados de maneira documentada.

Nota-se que apenas um PPC antecede o ano de 2010 – o da UFMT -, ou seja, majoritariamente trata-se de documentos datados dos últimos quatorze anos. No entanto, somente cinco instituições apresentaram o PPC com data vigente posterior ao ano de 2018 – UFAM, UFRN, UFRJ, UFJF e UFPR -, mesmo ano de publicação da Resolução CNE/CES nº 7/2018 que estabelece as diretrizes de curricularização da extensão na educação superior. Assim sendo, a hipótese de que durante a pesquisa seriam encontrados PPCs atualizados tendo em vista essa normatização por parte das IES, não se efetivou.

Ainda sobre o processo de formação profissional por essas instituições, o quadro abaixo demonstra o quantitativo de disciplinas necessárias à integralização do curso, bem como a quantidade de disciplinas ofertadas que possuem um ou mais dos descritores selecionados - Sexualidade, Diversidade Sexual e Gênero -.

Quadro 4 – Oferta de disciplinas Obrigatórias, Optativas ou Eletivas por IES

IES	Disciplinas necessárias para integralização do curso			Disciplinas Optativas ou Eletivas ofertadas	Disciplinas com os descritores de pesquisa		
	Obrigatórias	Optativas ou Eletivas	Total		Obrigatórias	Optativas ou Eletivas	Total
UFAM	33	4	37	19	1	1	2
UFPE	31	12	43	32		2	2
UFRN	36	6	42	14	3		3
UNB	28	9	37	17	1	4	5
UFPA	39	1	40	9	4	1	5
UERJ	38	8	46	32	1	1	2
UFRJ	44	2	46	11	1	3	4
UFJF	41	5	46	22	1	1	2
UFSC	39	4	43	29	1	1	2
UFPR	42	1	43	14	4	2	6
UFMT	46		46	5	1		1

Fonte: Elaboração Própria

Evidencia-se assim que a quantidade de ofertas de disciplinas que apresentam o debate de diversidade sexual, sexualidade e/ou gênero, é muito pequena se comparado com o universo total das ofertadas pelas mesmas instituições. Destaca-se que o projeto de formação profissional em Serviço Social é generalista, buscando formar profissionais habilitadas a intervir em diferentes áreas de atuação, no entanto, defende-se que algumas discussões devem ser priorizadas no processo de apreensão da realidade, como as de raça, gênero e classe.

A respeito das disciplinas optativas e/ou eletivas cabe ressaltar ainda que nem todas são ofertadas anualmente pelas instituições de ensino, algumas IES possuem um amplo número de

ofertas, mas não se sabe como tal distribuição se dá na prática. Outro ponto é que cabe às discentes a escolha de qual ou quais disciplinas optativas ou eletivas irão cursar, ou seja, mesmo que haja oferta de disciplinas que versam sobre o debate de diversidade e de gênero isso não garante que as discentes irão cursá-las durante o processo de formação profissional.

A ideia defendida é de que o debate sobre diversidade sexual e de gênero se apresente na formação profissional em Serviço Social de maneira transversal e não apenas em uma disciplina isolada, e desta forma a pesquisa considerou a presença das categorias selecionadas nos nomes das disciplinas, ementas, assim como nas referências bibliográficas delas, ou seja, englobando também as disciplinas que não tratam exclusivamente e/ou centralmente da temática. Assim sendo, conforme demonstrado na tabela abaixo as categorias apareceram em 34 disciplinas diferentes das instituições de ensino, da seguinte forma:

Tabela 1 - Categorias presentes nos PPC's das IES selecionadas

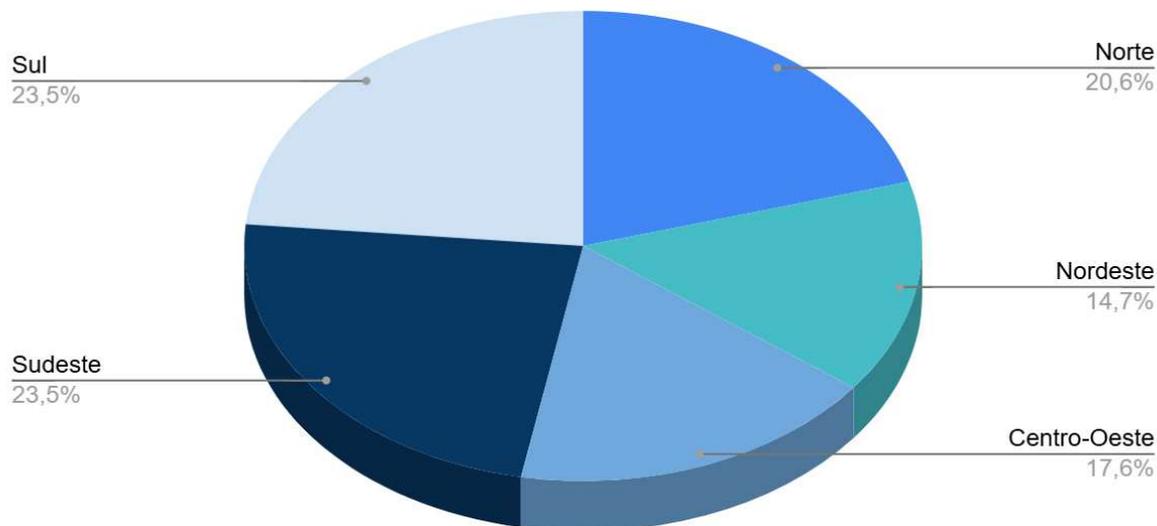
	Diversidade Sexual	Gênero	Gênero, Sexualidade	Sexualidade	Total geral
UERJ		3	1		4
UFAM	1	1			2
UFJF		1	1		2
UFMT		1			1
UFPA		4		1	5
UFPE		2			2
UFPR	1	5			6
UFRJ		2			2
UFRN	1	1	1		3
UFSC		2			2
UNB		4	1		5
Total geral	3	26	4	1	34

Fonte: Elaboração Própria com base nos PPCs das Instituições de Ensino

Nota-se que a maioria das disciplinas apresenta o debate de gênero (30 das 34), enquanto as referentes ao debate de diversidade sexual e sexualidade aparecem em menor quantidade, totalizando 8.

Outro ponto de destaque, refere-se à distribuição do debate pelas regiões do país, ilustrada no gráfico abaixo:

Gráfico 1 - Debate de diversidade sexual e de gênero nas IES por regiões do Brasil:



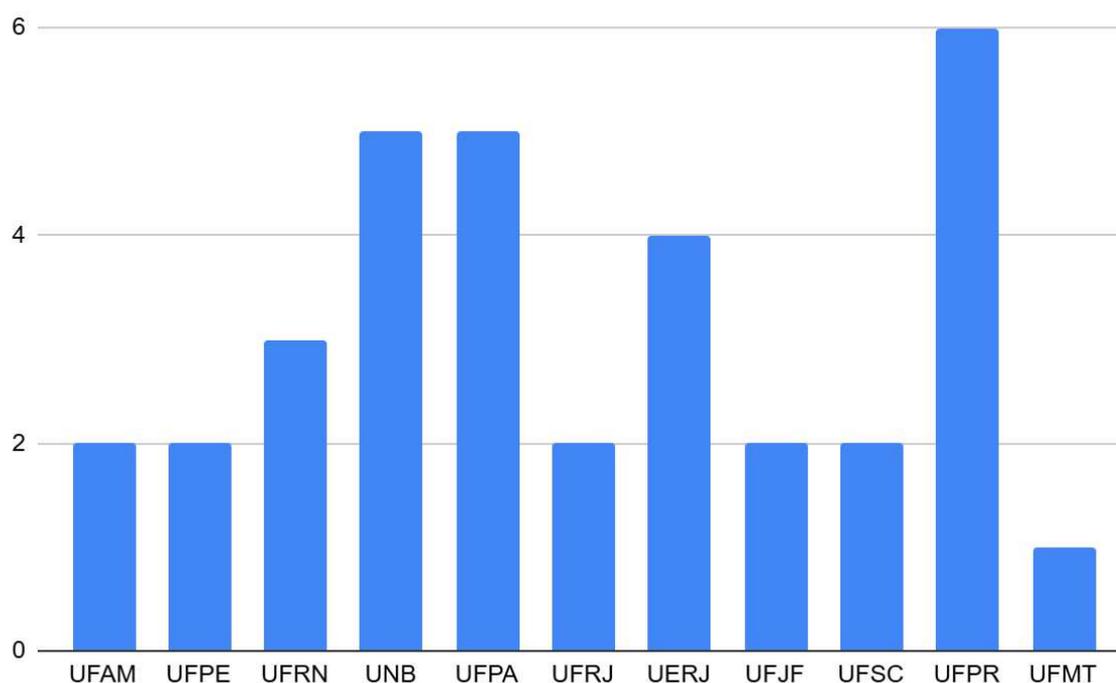
Fonte: Elaboração própria

Nota-se que a menor presença do debate se apresenta na região Nordeste²⁶ com apenas 14,7%, e a região de maior predominância de tais discussões se encontra no Sul com 23,5%. Ainda que a região Sul e Sudeste apresente a mesma quantidade de disciplinas, destaca-se que no Sul foram analisadas apenas duas instituições, enquanto na região Sudeste foram selecionadas três.

Destaca-se ainda, entre as instituições analisadas, que a UFPR apresentou a maior presença do debate com 6 disciplinas, seguida pela UFPA e UNB com 5 disciplinas cada, conforme ilustra o gráfico abaixo:

Gráfico 2 - Quantitativo de disciplinas que abordam o debate de diversidade sexual e de gênero por IES

²⁶ De acordo com o relatório do Grupo Gay da Bahia o nordeste segue sendo a região menos segura para população LGBTQIAPN+ no país, contabilizando 43% das mortes mais violentas do ano de 2022, realidade que pode justificar a dificuldade para abordagem de tais debates pelas IES selecionadas.



Fonte: Elaboração própria

Entre as instituições com menor presença do debate no interior das disciplinas, encontra-se a UFMT com a oferta de apenas uma disciplina que aborda a temática. Ressalta-se que embora a pesquisa não tenha sido realizada em todas as instituições de ensino que ofertam a graduação em Serviço Social no país, acredita-se ser possível traçar um panorama geral de tal realidade na formação profissional através das instituições selecionadas.

O quadro a seguir demonstra quais as disciplinas, as categorias encontradas, modalidade de oferta, período, crédito e carga horária apresentada por cada uma das IES selecionadas:

Quadro 5 - Disciplinas que possuem as categorias²⁷

IES	Disciplina	Categoria	Categoria presente	Componente Curricular	Período	Cr .	C.H.
UERJ	Classes, Gênero, Etnia e Geração	Gênero	Título; Ementa	Obrigatório	5	4	90
UERJ	Direitos Humanos e Serviço Social	Gênero	Ementa	Eletivo	-	4	60
UERJ	Ética e Sociedade	Gênero, Sexualidade e	Ementa	Eletivo	-	4	60

²⁷ Os campos preenchidos “-” foram aqueles em que a instituição não disponibilizava as informações, como é o caso do período de oferta das disciplinas e créditos.

UERJ	Política Social e Relações de Gênero e Etnia	Gênero	Título; Ementa	Eletivo	-	4	60
UFAM	Direito e Legislação Social	Gênero	Ementa; Grupo de Pesquisa	Obrigatório	7	44	60
UFAM	Diversidade Sexual, Geracional e Familiar	Diversidad e Sexual	Título; Ementa; Referências	Optativo	-	44	60
UFJF	Psicologia da Sexualidade e Estudos de Gênero	Gênero	Título	Eletivo	-	-	60
UFJF	Relações de Classe, Raça/Etnia, Gênero e Sexualidade	Gênero, Sexualidad e	Título; Ementa; Referências	Obrigatório	-	-	60
UFMT	Gênero e Etnia	Gênero	Título; Ementa; Referências	Obrigatório	5	4	64
UFPA	Antropologia Cultural	Gênero	Conteúdo Programático	Obrigatório	2	-	60
UFPA	Oficina de Elaboração de Projetos Sociais	Gênero	Referências	Obrigatório	6	-	90
UFPA	Sociedade e Gênero	Gênero	Título; Ementa; Referências	Eletivo	-	-	60
UFPA	Teorias Psicológicas	Sexualidad e	Conteúdo Programático	Obrigatório	2	-	60
UFPA	Visita Monitorada III	Gênero	Referências	Obrigatório	5	-	10
UFPE	Família e Relações de Gênero	Gênero	Título; Ementa	Eletivo	4	4	60
UFPE	Gestão Ambiental, Gênero e Política Públicas	Gênero	Título; Ementa	Eletivo	6	4	60
UFPR	Epistemologias Feministas	Gênero	Ementa; Referências	Obrigatório	8	-	60
UFPR	Fundamentos da Questão Social	Gênero	Ementa	Obrigatório	3	-	60
UFPR	Política Urbana e o Serviço Social	Gênero	Ementa	Obrigatório	7	-	60
UFPR	Relações Sociais, Gênero e Direitos Humanos	Gênero	Título	Optativo	-	-	60
UFPR	Serviço Social, Relações Étnico-Raciais e Diversidade Sexual	Diversidad e Sexual	Título; Ementa; Referências	Obrigatório	7	-	60
UFPR	Tópicos Sobre Violência: Impactos Sociais e a Saúde	Gênero	Referências	Optativo	-	-	60
UFRJ	A Questão de Gênero no Brasil	Gênero	Título; Ementa; Referências	Obrigatório	6	4	60
UFRJ	Identidades Culturais e Serviço Social no Brasil	Gênero	Referências	Obrigatório	4	4	60
UFRN	Classes e Movimentos Sociais	Gênero, Sexualidad e	Ementa	Obrigatório	2	-	60

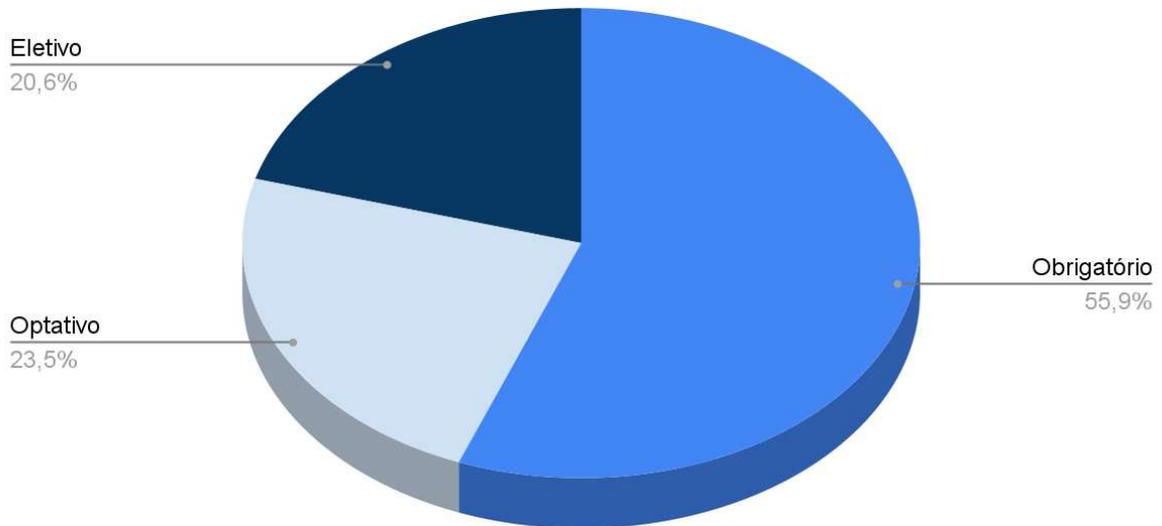
UFRN	Direitos Humanos e Diversidade Humana	Diversidad e Humana	Ementa ²⁸	Obrigatório	2	-	60
UFRN	Feminismo, Gênero e Patriarcado	Gênero	Título; Ementa	Obrigatório	3	-	60
UFSC	Antropologia Social I	Gênero	Objetivo	Obrigatório	3	-	72
UFSC	Serviço Social e Gênero	Gênero	Título; Ementa; Núcleo de Pesquisa	Optativo	-	-	72
UNB	Envelhecimento e Políticas Sociais	Gênero	Ementa	Optativo	-	4	60
UNB	Gênero, Raça/Etnia e Política Social	Gênero	Título; Ementa	Optativo	9	4	60
UNB	Relações Sociais, Família e Serviço Social	Gênero, Sexualidad e	Ementa	Optativo	-	4	60
UNB	Tópicos Especiais em Pesquisa Social	Gênero	Ementa	Optativo	-	4	40
UNB	Trabalho e Sociabilidade	Gênero	Ementa	Obrigatório	3	4	60

Fonte: Elaboração Própria com base nos PPCs das Instituições de Ensino

A maioria das disciplinas trata-se de componente curricular obrigatório, totalizando cerca de 55% das modalidades ofertadas, enquanto as disciplinas eletivas e optativas contabilizam juntas aproximadamente 43%, conforme demonstra o gráfico abaixo:

²⁸ A categoria apresentada trata-se de “Diversidade humana”, mas considerou-se que a mesma abarca em seu interior a “Diversidade Sexual”.

Gráfico 3 - Componente curricular das disciplinas selecionadas

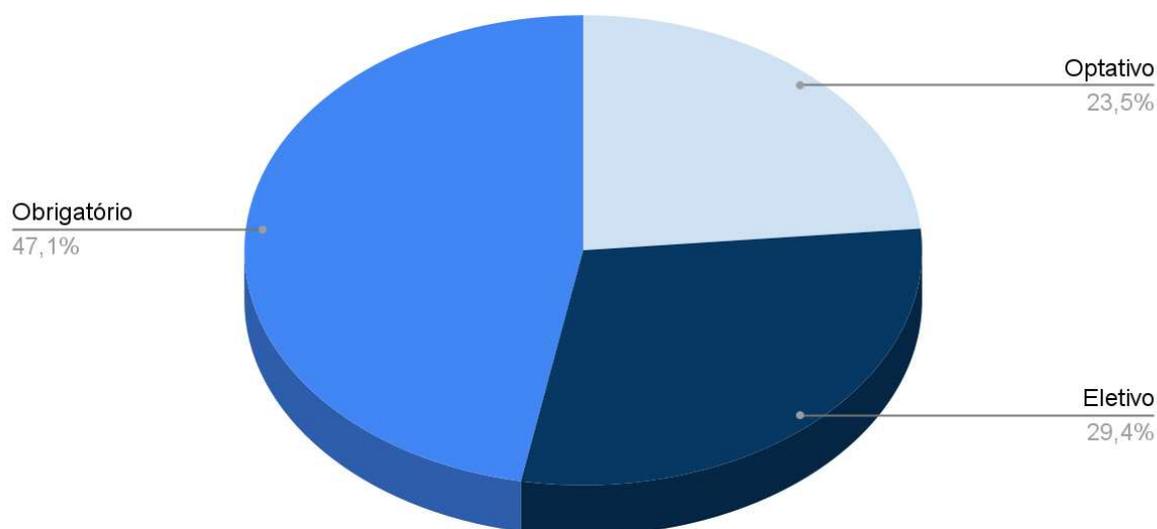


Fonte: Elaboração própria com base nos PPCs das Instituições de Ensino

Ainda que se considere apenas as disciplinas que abordam diretamente as discussões de gênero, sexualidade e diversidade sexual, é possível notar que essa relação pouco se altera, conforme demonstra o gráfico 4.

Destaca-se que para tal comparação foram selecionadas as disciplinas: Diversidade Sexual, Geracional e Familiar; Família e Relações De Gênero; Gestão Ambiental, Gênero e Política Públicas; Feminismo, Gênero e Patriarcado; Direitos Humanos e Diversidade Humana; Gênero, Raça/Etnia e Política Social; Sociedade e Gênero; A Questão de Gênero no Brasil; Classes, Gênero, Etnia e Geração; Política Social e Relações de Gênero e Etnia; Relações de Classe, Raça/Etnia, Gênero e Sexualidade; Psicologia da Sexualidade e Estudos de Gênero; Serviço Social e Gênero; Serviço Social, Relações Étnico-Raciais e Diversidade Sexual; Relações Sociais, Gênero e Direitos Humanos; Epistemologias Feministas; e Gênero e Etnia.

Gráfico 4 - Componente curricular das disciplinas que abordam diretamente o debate de gênero, sexualidade e diversidade sexual.



Fonte: Elaboração própria com base nos PPCs das Instituições de Ensino

É possível notar que cerca de 52% dessas disciplinas trata-se de optativas ou eletivas, uma diferença pequena em relação as ofertadas na modalidade obrigatória, que correspondem a 47,1% das disciplinas.

4.3.1 Perspectivas de discussões das disciplinas

Para apreensão das perspectivas de discussões das disciplinas destacadas ressalta-se as ementas delas, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Quadro 6 - Ementa das disciplinas

IES:	DISCIPLINA:	EMENTA:
UERJ	Classes, Gênero, Etnia e Geração	As relações entre classe, gênero, etnia e geração no debate das ciências sociais. Relações de produção, patriarcado e racismo no Brasil. Respostas políticas do Estado e da sociedade civil organizada. O trabalho do assistente social e as relações de classe, gênero, etnia e geração.
UERJ	Direitos Humanos e Serviço Social	Democracia, ética e direitos humanos. Sistema internacional de proteção aos direitos humanos e sua incorporação pela ordem jurídica brasileira. Descompasso histórico entre lei e instituições no Brasil. Os direitos humanos e a construção da cidadania. Desigualdade, questão social e violação dos direitos humanos. Tortura, violência institucional, discriminação de classe, gênero e etnia, geração e

IES:	DISCIPLINA:	EMENTA:
		orientação sexual. Papel da sociedade civil na garantia dos direitos humanos. A criminalização da questão social no Brasil e as diferentes formas de violência social. Injustiça e impunidade. Direitos humanos e serviço social.
UERJ	Ética e Sociedade	Ética, trabalho e ser social. Ética e economia capitalista. Ética e relações internacionais. Ética, poder político e democracia. Ética e cultura. Ética e família. Ética e sexualidade. Ética e relações de gênero e etnia.
UERJ	Política Social e Relações de Gênero e Etnia	Gênero e raça/etnia como categorias para a análise da questão social e das desigualdades. O debate sobre os princípios de equidade e universalidade na formulação das políticas públicas e seus impactos no enfrentamento das desigualdades de gênero e raça/etnia. As políticas de ação afirmativa: estratégias e repercussões sociais. O trabalho do assistente social junto a esses segmentos e análise de experiências.
UFAM	Direito e Legislação Social	Sociedade e Lei. Direito, Justiça e Constituição. Direitos trabalhistas e previdenciários. Família e direitos sociais: geracionais; gênero ; populações tradicionais (indígenas e não indígenas); ambientes e seguridade social (saúde, previdência e assistência).
UFAM	Diversidade Sexual, Geracional e Familiar	Diversidade sexual, desafios teóricos e políticos. Envelhecimento e aspectos sociais. Políticas Públicas e inclusão social na perspectiva geracional. Família na Contemporaneidade, diversidades, configurações e desafios.
UFJF	Psicologia da Sexualidade e Estudos de Gênero ²⁹	Não consta.
UFJF	Relações de Classe, Raça/Etnia, Gênero e Sexualidade	Apresentar os principais fundamentos no campo dos estudos de gênero, sexualidade e raça/etnia, a partir do debate nas Ciências Sociais e Humanas, em geral e, particularmente, no Serviço Social. Problematizar a interface desse debate contemporâneo com as lutas organizadas pelos sujeitos e movimentos sociais na garantia de políticas e direitos, como expressão das relações sociais de exploração/opressão/dominação no contexto do Estado capitalista. Elucidar as respostas do Estado brasileiro para essas expressões da questão social, a partir da esfera da gestão pública das políticas sociais para os respectivos sujeitos sociais (mulheres, LGBTQIA+ e população negra). Essa disciplina tem caráter extensionista e parte da sua carga horária será computada como Atividade Curricular de Extensão por meio da sua vinculação a um projeto de extensão articulado à temática central da disciplina, a qual seja: raça/etnia, gênero e sexualidade.
UFMT	Gênero e Etnia	Gênero, feminismo, raça/etnia no contexto das relações sociais e as suas interseções. Gênero, etnia e classes sociais na constituição das políticas públicas.

²⁹ Disciplina eletiva ofertada pelo departamento de Psicologia.

IES:	DISCIPLINA:	EMENTA:
UFPA	Antropologia Cultural	Discussão sobre o que é Antropologia. A abordagem antropológica. Homem, cultura e sociedade. Temas em Antropologia ³⁰ .
UFPA	Oficina de Elaboração de Projetos Sociais	Exercícios de Elaboração e Avaliação de Projetos Sociais ³¹ .
UFPA	Sociedade e Gênero	Mulheres e homens: agentes de transformação e objeto de conhecimento. Construção social da realidade e os principais eixos de exercício do poder: classes sociais, gênero, raça/etnia. Relações intergeracionais. O poder permeando as relações afetivas: matriarcado e patriarcado. O patriarcado e o mito civilizatório. Gênero como uma das possibilidades de desmistificação do patriarcado.
UFPA	Teorias Psicológicas	Conhecimento científico, ciência e verdade. Psicologia e história: principais escolas e tendências teóricas. A multideterminação do homem. Psicologia e sociedade. Áreas de atuação ³² .
UFPA	Visita Monitorada III	Inserção e observação da prática profissional em diferentes espaços sócio-ocupacionais do assistente social, com destaque para organizações governamentais e não governamentais na área da Infância e Adolescência e Família. ³³
UFPE	Família e Relações de Gênero	Família: conceitos e esquemas explicativos. Família e reprodução social. Transformações recentes na vida familiar. Família e relações de gênero. A família brasileira na agenda das políticas sociais.
UFPE	Gestão Ambiental, Gênero e Política Públicas	Perspectivas teórico metodológicas, abordagens, instrumentos e conceitos historicamente produzidos que possibilitam uma reflexão da política ambiental e da gestão de recursos naturais. A preservação do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida para o desenvolvimento sustentável. A formação de recursos humanos para o desenvolvimento sustentável. Planejamento de políticas públicas, desenvolvimento e inserção da perspectiva de gênero. Vertentes explicativas. A divisão do trabalho por gênero.
UFPR	Epistemologias Feministas	A divisão sexual e social do trabalho. A produção e reprodução social. As relações de gênero. O Patriarcado. A construção sócio-histórica dos movimentos feministas. Epistemologias feministas. O debate sobre o conceito de gênero e diversidade de gênero. As lutas por igualdade, direitos e enfrentamento às violências contra a mulher. O debate sobre interseccionalidade e/ou consubstancialidade das relações de classe, gênero e raça. As diversas perspectivas dos debates feministas. O debate decolonial latinoamericano. A Legislação de proteção e de enfrentamento às violências contra a mulher. Litoral Paranaense: Movimentos feministas, conselhos municipais e redes de

³⁰ A categoria “Gênero” comparece no conteúdo programático da unidade IV da disciplina, “Temas em Antropologia” - 4.2 Gênero.

³¹ A categoria “Gênero” comparece nas referências bibliográficas da disciplina, em: POLYCARPO, J. et al. (org.). Gênero e Raça nas Políticas Públicas. Caderno Pólis. São Paulo: Pólis, 2001.

³² A categoria “Sexualidade” comparece no conteúdo programático da unidade IV da disciplina, “A multideterminação do homem” - 4.4 Sexualidade.

³³ A categoria “Gênero” nas referências bibliográficas da disciplina, em: NASCIMENTO, M. A. C. Crianças e Adolescentes: O Imbricamento Classe Social, Etnia, Gênero nos Programas Sociais em Belém. S.P. PUC/SP. 2000 (Tese de doutorado apresentada no Curso de pós-graduação em Serviço Social e Políticas Sociais).

IES:	DISCIPLINA:	EMENTA:
		atenção e de atendimento à mulher em situação de violência.
UFPR	Fundamentos da Questão Social	A emergência do conceito questão social no mundo e no Brasil. A constituição histórica da classe trabalhadora e a questão social. Os fundamentos teórico-metodológicos da questão social para o Serviço Social brasileiro. As expressões da questão social. As articulações necessárias entre a categoria Trabalho e o conceito questão social. A realidade sociopolítica econômica e cultural da questão social no Brasil contemporâneo. As contrarreformas do século XX e XXI e o aprofundamento da questão social no Brasil: o neoliberalismo, a mundialização do capital e a reestruturação produtiva. As particularidades regionais da questão social no Brasil: Trabalho no campo, Trabalho Urbano, questões de gênero, índices socioeconômicos, relações étnico-raciais e religiosas.
UFPR	Política Urbana e o Serviço Social	A produção social do espaço e o direito à cidade na interseção com o debate de classe, gênero, raça e geração. O Estado na organização da política urbana: a territorialização e a intersectorialidade como diretrizes desta política. Apropriação e uso da categoria território pelo Serviço Social. Instrumentos jurídico-normativos da política urbana brasileira, com ênfase para o direito à moradia, acesso à água e saneamento. Fóruns e organizações políticas pela gestão democrática das cidades. A atuação do Serviço Social brasileiro na política urbana: trabalho técnico social e incidência política coletiva.
UFPR	Relações Sociais, Gênero e Direitos Humanos	Vivência de relações humanas simétricas e dialógicas; Estudo de cultura e sociedade; Experimentação da construção coletiva e autogestão; Contextualização crítica numa perspectiva libertária; Articulação dos saberes e desejos; Avaliação qualitativa e coletiva. Educação Ambiental; Direitos humanos; Educação das Relações Étnico-raciais na temática da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.
UFPR	Serviço Social, Relações Étnico-Raciais e Diversidade Sexual	Os fundamentos teóricos contemporâneos no Serviço Social das relações étnico-raciais e da diversidade sexual. Processo de racialização na sociedade brasileira e o racismo estrutural. As relações étnico-raciais e diversidade sexual no âmbito dos processos de individuação na sociedade capitalista. A interseccionalidade e sua contribuição à compreensão das relações étnico-raciais, diversidade sexual bem como temáticas emergentes entre segmentos sociais e sua intersecção com os direitos humanos e grupos específicos, tais como imigrantes, pessoas com deficiência, povos originários, entre outros.
UFPR	Tópicos Sobre Violência: Impactos Sociais e na Saúde	Neste módulo propomos estudar a violência da seguinte forma: A polissemia e tipos de violência; Violência como problema de saúde pública e expressão da questão social que se manifestam no contexto face a face e digital; aspectos sócio-histórico da violência em: Bourdieu e a violência simbólica; a visão de violência em Foucault: Vigiar e Punir; Novos paradigmas da violência; Violências na internet: novas e velhas manifestações; Violência e impactos sociais; Violências e impactos na saúde; O assistente social e o trabalho com

IES:	DISCIPLINA:	EMENTA:
		violência. ³⁴
UFRJ	A Questão de Gênero no Brasil	As teorias sobre gênero. Serviço Social e relações de gênero. Relações de gênero no Brasil contemporâneo e expressões da questão social.
UFRJ	Identidades Culturais e Serviço Social no Brasil	O Serviço Social e a cultura. Identidade e diversidade cultural. Alteridade e cidadania. O mito da democracia racial. Identidade cultural, mudanças sociais e tradição. Subjetividade e identidade cultural. Universalismo e particularismo. ³⁵
UFRN	Classes e Movimentos Sociais	Classe social e sujeitos coletivos. A estrutura de classes na sociedade brasileira: condições de vida, trabalho, manifestações ideó-políticas e sócio-culturais. Direitos sociais e humanos no Brasil. Movimentos sociais em suas relações de classe, gênero, étnico-raciais e sexualidades. Identidade e subjetividade na construção dos movimentos societários. Relação Movimentos Sociais e Serviço Social: organização política da categoria.
UFRN	Direitos Humanos e Diversidade Humana	Reflexão ontológica sobre os direitos humanos, a diversidade humana e os limites da emancipação política no capitalismo. Os direitos humanos no Brasil a partir da ditadura civil-militar e as expressões de violação diante da crise estrutural do capital. Lutas sociais e desafios em defesa dos direitos humanos e da diversidade. Direitos humanos, diversidade e Serviço Social: crítica ao conservadorismo, agenda de luta e posicionamento do Conjunto CFESS-CRESS.
UFRN	Feminismo, Gênero e Patriarcado	As expressões da desigualdade e a divisão social/sexual do trabalho. Feminismo, gênero e patriarcado na formação sócio histórica brasileira e na atualidade: principais lutas, conceitos e polêmicas. O Serviço Social e a discussão sobre Gênero e Patriarcado.
UFSC	Antropologia Social I	Antropologia social e cultural. Cultura popular. Identidades e expressões culturais, regionais e multiculturais. ³⁶
UFSC	Serviço Social e Gênero	Construção social das relações de gênero. História do movimento feminista. Perspectivas teóricas presentes na construção dos

³⁴ A categoria “Gênero” se apresenta nas referências bibliográficas da disciplina, em: SORJ, B. O cuidado na nova agenda de combate à violência no Brasil. In: ABREU, A. R. DE P.; HIRATA, H. S.; LOMBARDI, M. R. (EDS.). Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais. 1a edição ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2016.

³⁵ A categoria “Gênero” se apresenta nas referências bibliográficas da disciplina, em: COSTA, A. e Bruschini, C. (orgs.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro, Rosa dos Ventos, 1992.

³⁶ A categoria “Gênero” compareceu no objetivo da disciplina: “Fornecer aos estudantes do Curso de Serviço Social uma perspectiva antropológica sobre cultura, com o intuito do desenvolvimento de um olhar crítico e reflexivo acerca das relações humanas, problematizando temas circunscritos nessa discussão, tais como: etnocentrismo, relativismo, diversidade cultural, relações de gênero, identidade, religião, conflito, violências, cultura urbana.” (UFSC, 2013, p. 117)

IES:	DISCIPLINA:	EMENTA:
		conceitos de gênero. Sexualidade, raça e etnia e classe social. Serviço Social e relações de gênero. Gênero e políticas públicas.
UNB	Envelhecimento e Políticas Sociais	Conceito de Velhice. Transição demográfica e envelhecimento populacional. O envelhecimento na perspectiva de classe, gênero, raça e etnia. Transformações da família e da proteção doméstica aos idosos. Violência e maus-tratos contra a pessoa idosa. Impactos do envelhecimento sobre as políticas sociais públicas. Legislação, políticas e direitos individuais e sociais da pessoa idosa. Participação e Conselhos do Idoso. Qualidade de vida e envelhecimento. Redes de serviços de atendimento ao idoso
UNB	Gênero, Raça/Etnia e Política Social	Conceitos e definições de gênero, raça, etnia, classe social: suas interseccionalidades. Incorporação das questões de Gênero e de Raça no desenvolvimento do Welfare State: as experiências europeias e norte americana. Movimentos de mulheres e raciais e a participação política. As convenções internacionais e o Combate a discriminação de gênero e raça. Avanços conceituais e políticos do emprego das categorias de gênero e raça/etnia no campo das políticas sociais: relações de gênero e raça/etnia na gestão pública contemporânea. Institucionalidade de Gênero e Raça no mundo e no Brasil: emergência dos organismos de políticas transversais. As políticas sociais setoriais e as políticas transversais.
UNB	Relações Sociais, Família e Serviço Social	Contextualização sócio-histórica da família moderna. Abordagens teóricas sobre família. Família, reprodução e parentesco. As interconexões entre gênero, sexualidade, geração e família. Família e política social: perspectivas teóricas e modelos de proteção social. O serviço social e o trabalho com a família. Processo de trabalhos, família e instrumentais técnicos operativos.
UNB	Tópicos Especiais em Pesquisa Social	Ciência Moderna e novos paradigmas. Métodos da Pesquisa Social voltada para o Serviço Social. Níveis da Pesquisa Social (exploratória, descritiva e explicativa). Áreas temáticas de Pesquisa em Serviço Social , tais como: educação; trabalho; saúde; gênero ; previdência e assistência social; habitação; questão rural e urbana; violência; criança, adolescente e idoso; movimentos sociais; política social, estado e cidadania.
UNB	Trabalho e Sociabilidade	A centralidade do trabalho na constituição da sociabilidade humana. O trabalho na sociedade capitalista: produção socializada e apropriação privada da riqueza. Processos de trabalho. Trabalho produtivo e improdutivo; abstrato e concreto. Polêmicas sobre a crise da sociedade do trabalho na era da globalização. A divisão sexual e social do trabalho: reprodução e produção, articulação das dimensões de classe e gênero, atuais metamorfoses da discriminação de gênero no mundo do trabalho.

Fonte: Elaboração Própria com base nos PPCs das Instituições de Ensino

Com base na leitura das ementas das disciplinas, seus conteúdos programáticos e objetivos, foi possível vislumbrar - ainda que de maneira inicial³⁷ - sob quais perspectivas tais debates vêm sendo apresentados no processo de formação profissional pelas instituições de ensino. Deste modo, as temáticas de discussões foram agrupadas em diferentes eixos de debates, sendo eles: i) Fundamentação teórica e conceitual; ii) Direitos, políticas públicas e sociais; iii) Direitos humanos, lutas e movimentos sociais; iv) Relações sociais, de gênero e patriarcado; v) Questão social na particularidade brasileira; e vi) Outros.

Este agrupamento foi realizado para melhor elucidar a exposição do objeto de pesquisa, no entanto, cabe ressaltar, que tal divisão não significa que os eixos não se articulem entre si e compareçam nas disciplinas de maneira conjunta e/ou transversal. Desta forma, o quadro abaixo demonstra a divisão por eixos temáticos e o quantitativo de disciplinas que abordam o debate como centralidade.

Quadro 7 - Agrupamento das disciplinas por eixos temáticos

AGRUPAMENTO	REGIÃO	IES	DISCIPLINA
Fundamentação teórica e conceitual	Nordeste	UFRN	Feminismo, Gênero e Patriarcado
	Sudeste	UFRJ	A questão de gênero no Brasil
	Sul	UFSC	Serviço Social e Gênero
	Sul	UFPR	Serviço Social, Relações Étnico-Raciais e Diversidade Sexual
	Sul	UFPR	Epistemologias Feministas
Total de Disciplinas: 5			
Direitos, políticas públicas e sociais	Norte	UFAM	Direito e Legislação Social
	Norte	UFAM	Diversidade Sexual, Geracional e Familiar
	Nordeste	UFPE	Gestão Ambiental, Gênero e Política Públicas
	Centro-Oeste	UNB	Gênero, Raça/Etnia e Política Social
	Sul	UFPR	Política Urbana e o Serviço Social
	Centro-Oeste	UFMT	Gênero e Etnia
Total de Disciplinas: 6			
Direitos humanos,	Nordeste	UFRN	Direitos Humanos e Diversidade Humana

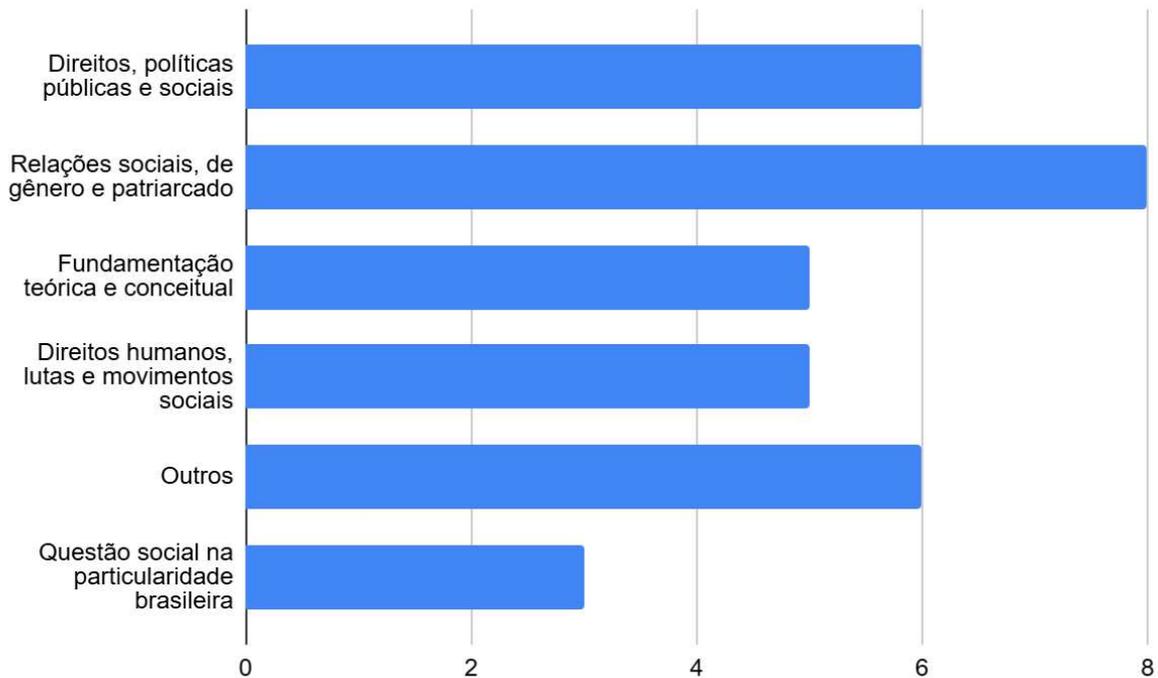
³⁷ Ressalta-se novamente os limites da presente pesquisa que teve foco na análise de documentos elaborados pelas instituições de ensino selecionadas e aponta-se um horizonte de possibilidades de futuras pesquisas que podem ser realizadas a fim de aprofundar tal realidade e melhor elucidar como tais debates se apresentam na formação profissional em Serviço Social.

AGRUPAMENTO	REGIÃO	IES	DISCIPLINA
lutas e movimentos sociais	Nordeste	UFRN	Classes e Movimentos Sociais
	Sudeste	UERJ	Direitos Humanos e Serviço Social
	Sudeste	UFJF	Relações de classe, raça/etnia, gênero e sexualidade
	Sul	UFPR	Relações Sociais, Gênero e Direitos Humanos
Total de Disciplinas: 5			
Relações sociais, de gênero e patriarcado	Nordeste	UFPE	Família e Relações de Gênero
	Centro-Oeste	UNB	Relações Sociais, Família e Serviço Social
	Centro-Oeste	UNB	Trabalho e Sociabilidade
	Norte	UFPA	Sociedade e gênero
	Norte	UFPA	Antropologia Cultural
	Sudeste	UERJ	Ética e Sociedade
	Sul	UFSC	Antropologia Social I
	Sul	UFPR	Tópicos sobre Violência: impactos sociais e na saúde
Total de Disciplinas: 8			
Questão social na particularidade brasileira	Sudeste	UERJ	Classes, Gênero, etnia e geração
	Sudeste	UERJ	Política Social e Relações de Gênero e Etnia
	Sul	UFPR	Fundamentos da Questão Social
Total de Disciplinas: 3			
Outros	Centro-Oeste	UNB	Tópicos Especiais em Pesquisa Social
	Centro-Oeste	UNB	Envelhecimento e Políticas Sociais
	Norte	UFPA	Visita Monitorada III
	Norte	UFPA	Oficina de Elaboração de Projetos Sociais
	Norte	UFPA	Teorias Psicológicas
	Sudeste	UFRJ	Identidades Culturais e Serviço Social no Brasil
Total de Disciplinas: 6			

Fonte: Elaboração própria

Nota-se que as discussões se concentram mais no eixo das relações sociais, de gênero e patriarcado, seguido da perspectiva dos direitos e políticas públicas e sociais, bem como dos direitos humanos, lutas e movimentos sociais.

Gráfico 5 - Eixos de perspectivas de abordagem do debate



Fonte: Elaboração própria

Abaixo abordaremos as disciplinas em seus respectivos eixos de debates.

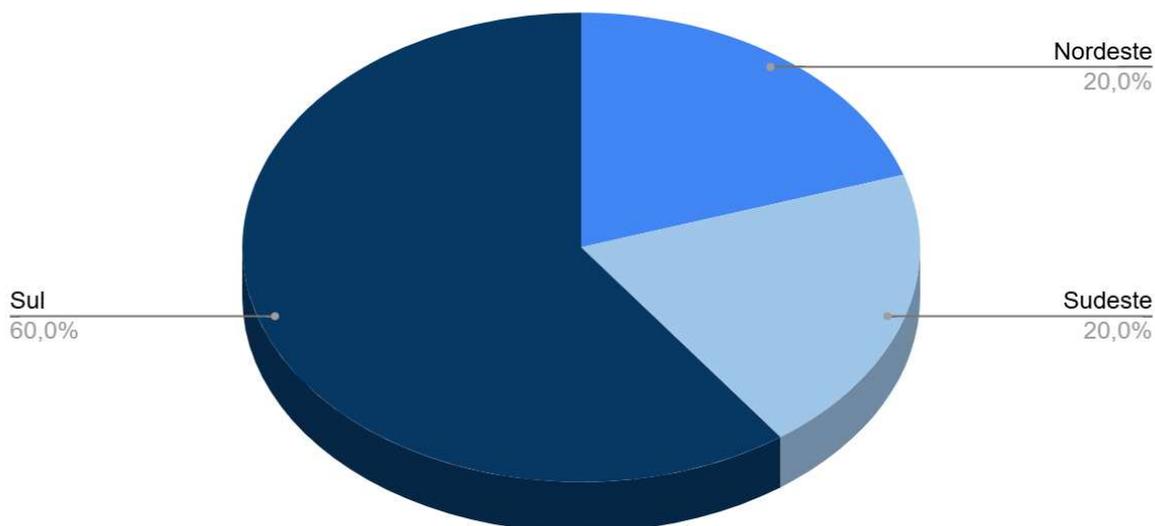
4.3.1.1 Fundamentação teórica e conceitual

As disciplinas deste agrupamento abordam as discussões teóricas e conceituais a respeito do debate de diversidade sexual e de gênero, sendo elas: *Feminismo, Gênero e Patriarcado* que apresenta os principais conceitos das categorias, relacionando com a formação sócio-histórica brasileira, suas lutas, polêmicas e engloba também tais discussões no interior do Serviço Social; *A questão de Gênero no Brasil* com enfoque nas teorias a respeito de gênero, as relações de gênero na contemporaneidade brasileira e seus impactos junto às expressões da questão social; *Serviço Social e Gênero* que apresenta diferentes perspectivas teóricas existentes nos conceitos de gênero, as relações sociais de gênero, bem como a relação junto ao Serviço Social e o desenvolvimento de políticas públicas; *Serviço Social, Relações Étnico-Raciais e Diversidade Sexual* que discorre sobre os fundamentos teóricos da diversidade sexual e étnico racial no Serviço Social, bem como a interseccionalidade dessas relações; e *Epistemologias Feministas* que visa apresentar os conceitos e diferentes perspectivas de gênero,

diversidade de gênero e debates feministas, como o debate da interseccionalidade³⁸, consubstancialidade³⁹ e decolonial⁴⁰, a disciplina também aborda em seu interior a organização política de mulheres e as legislações de enfrentamento às violências contra a mulher. Ressalta-se que destas disciplinas apenas uma aborda diretamente o debate de diversidade sexual - Serviço Social, Relações Étnico-Raciais e Diversidade Sexual -, enquanto as demais se concentram nas discussões das relações de gênero e feminismo.

As cinco disciplinas que compõem tal eixo se concentram nas regiões Sul (3), Sudeste (1) e Nordeste (1), com predominância na região Sul, conforme demonstra o gráfico abaixo:

Gráfico 6 - Divisão geográfica do agrupamento Fundamentação teórica e conceitual



Fonte: Elaboração própria

³⁸ Termo cunhado em 1989, originado pelo *Black Feminism*, vista como uma forma de combater as opressões múltiplas e imbricadas, buscando capturar as consequências da interação entre dois ou mais eixos de subordinação. Estes eixos, ou sistemas, podem se sobrepor e se cruzarem, criando intersecções complexas onde tais relações se entrecruzam (Cisne, Santos, 2018).

³⁹ Perspectiva criada em 1970 que defende a apreensão das relações sociais de sexo, raça e classe como indissociáveis. Refere-se a uma forma de leitura da realidade social por meio desse complexo de relações sociais antagônicas que determinam as desigualdades sociais. Realizam uma crítica a interseccionalidade por considerarem outras dimensões para além de classe, raça, e gênero – relações sociais consideradas estruturantes pela consubstancialidade – e pela análise que prioriza mais o debate de gênero e raça, deixando a dimensão de classe menos visível. (Cisne, Santos, 2018).

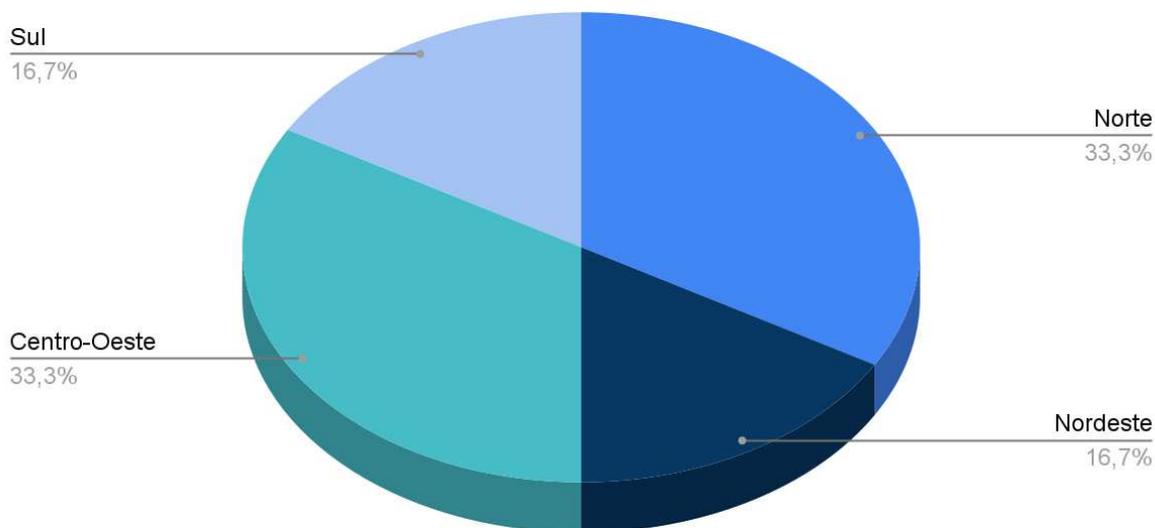
⁴⁰ De acordo com Hollanda (2020) a perspectiva do feminismo decolonial contesta à colonialidade do saber e aponta caminhos para avanços políticos na chave latino-americana, propondo uma revisão epistemológica radical das teorias feministas eurocentradas.

4.3.1.2 Direitos, políticas públicas e sociais

As disciplinas deste grupo visam apresentar tais discussões no âmbito legal dos direitos sociais, através das políticas públicas e sociais existentes. São elas: *Direito e Legislação Social* que tem como objetivo apresentar os elementos fundamentais do direito, abrangendo os direitos humanos e sociais, incluindo o debate de gênero; *Diversidade Sexual, Geracional e Familiar* que apresenta a discussão de conceitos e políticas públicas relacionadas à família, diversidade sexual e geracional, incluindo os desafios teóricos e políticos de tais debates; *Gestão Ambiental, Gênero e Políticas Públicas* que visa auxiliar na compreensão do planejamento de políticas públicas na perspectiva de gênero; *Gênero, Raça/Etnia e Política Social* que aponta contribuições conceituais a respeito de gênero, raça, etnia e classes sociais, assim como apresenta a problematização de tais relações no Brasil e sua inserção na gestão pública, através de políticas sociais setoriais e transversais; *Política Urbana e Serviço Social* que embora tenha a centralidade no debate de política urbana e direito a cidade, apresenta em sua ementa a intersecção junto aos debates de classe, gênero, raça e geração; *Gênero e Etnia* que apresenta o debate conceitual dos debates de gênero, raça, etnia, sexualidade e classe sociais no contexto das relações sociais, bem como na constituição de políticas públicas e abarca também em seu interior estudos feministas e o trabalho profissional do Serviço Social.

Tal perspectiva de debate encontra-se localizado nas regiões Norte (2), Centro-Oeste (2), Nordeste (1) e Sul (1), conforme ilustra o gráfico:

Gráfico 7 - Divisão geográfica do agrupamento Direitos, políticas públicas e sociais



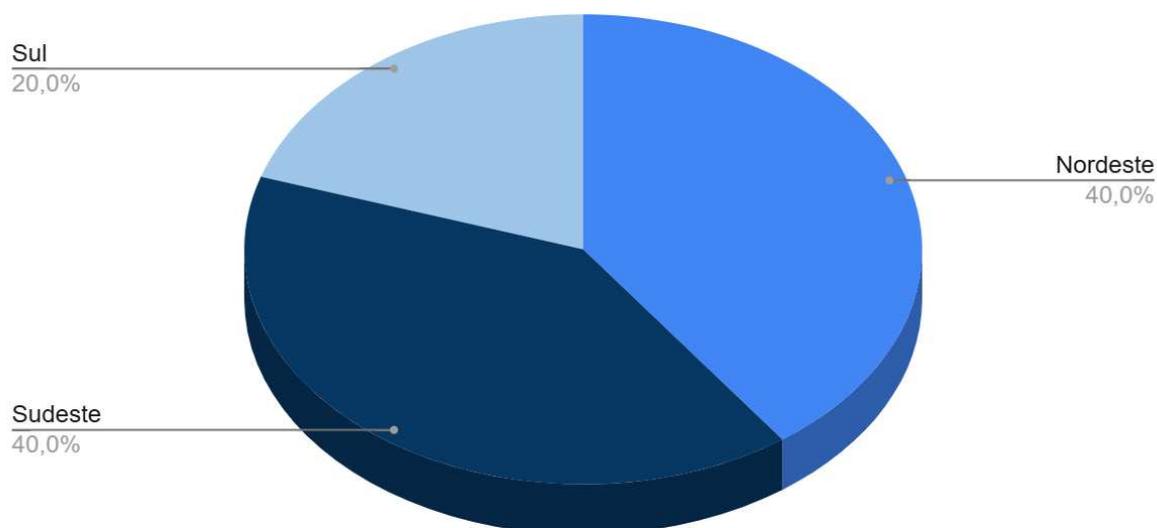
Fonte: Elaboração própria

4.3.1.3 Direitos humanos, lutas e movimentos sociais

O agrupamento refere-se às disciplinas que abordam a relação dos direitos humanos, lutas e organização política dos sujeitos sociais, sendo elas: *Direitos Humanos e Diversidade Humana* que apresenta o debate sobre direitos humanos, diversidade e as lutas contemporâneas do feminismo, diversidade sexual e de gênero, bem como a agenda de lutas e posicionamentos do Serviço Social; *Classes e Movimentos Sociais* que aborda a trajetória histórica dos movimentos sociais na particularidade brasileira, suas relações de classe, gênero, raça, etnia e sexualidade, bem como a organização política dos sujeitos sociais; *Direitos Humanos e Serviço Social* que visa apresentar subsídios para compreensão da efetivação dos direitos humanos no Brasil, abordando tópicos como violência e discriminação de classe, gênero, etnia, geração e orientação sexual, assim como o papel do Serviço Social frente a estas relações; *Relações de Classe, Raça/Etnia, Gênero e Sexualidade* que tem como intuito apresentar os principais conceitos e debates contemporâneos destas relações, bem como as lutas sociais, a organização de movimentos sociais para garantia de direitos e enfrentamento de discriminações, opressões, dominações e explorações, apresentando também a atuação profissional do Serviço Social junto a tais sujeitos; *Relações Sociais, Gênero e Direitos Humanos* que busca apresentar o debate das relações sociais e direitos humanos, englobando as relações de gênero e étnico raciais.

O debate encontra-se localizado nas regiões Sudeste (2), Nordeste (2) e Sul (1), conforme demonstra o Gráfico 5. Ressalta-se ainda, que das cinco disciplinas que compõem o agrupamento, três abordam o debate de sexualidade e diversidade sexual, o que se contrapõe aos demais agrupamentos que possuem gênero como discussão majoritária.

Gráfico 8 - Divisão geográfica do agrupamento Direitos humanos, lutas e movimentos sociais



Fonte: Elaboração própria

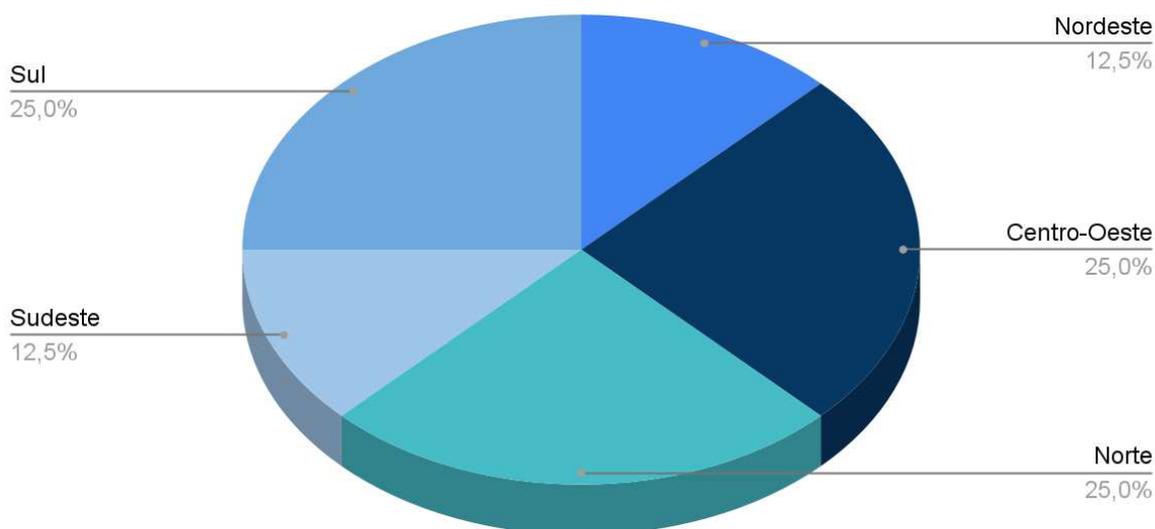
4.3.1.4 Relações sociais, de gênero e patriarcado

Este agrupamento engloba disciplinas que abordam em suas discussões as relações sociais, de gênero, patriarcado, bem como debates a respeito de discriminação e violência, sendo elas: *Família e Relações de Gênero* que apesar de ter enfoque no debate de família e suas transformações na atualidade, aborda também as relações de gênero; *Relações Sociais, Família e Serviço Social* que aborda as relações sociais com enfoque na família, apresentando o debate sobre as conexões de gênero, sexualidade e geração; *Trabalho e Sociabilidade* que trata sobre a divisão social e sexual do trabalho, bem como a discriminação de gênero existente no interior do mundo do trabalho; *Sociedade e Gênero* que apresenta o debate sobre poder, patriarcado e aponta a discussão de gênero como uma possibilidade de se desmistificar o patriarcado; *Antropologia Cultural* que apresenta a discussão sobre a antropologia e em seus temas abrange discussões a respeito de gênero, identidade e minorias sociais; *Ética e Sociedade* que possui

como intuito apresentar o debate de ética na sociedade contemporânea, problematizando tais questões através das relações sociais, destacando a sexualidade; *Antropologia Social I* que ao tratar da cultura e relações humanas através da perspectiva antropológica, apresenta de maneira transversal o debate das relações de gênero; *Tópicos sobre Violência: impactos sociais e na saúde* que aborda a violência e seus impactos sociais e na saúde, incluindo a violência de gênero.

Tais disciplinas encontram-se espalhadas pelas regiões Norte (2), Centro-Oeste (2), Sul (2), Sudeste (1) e Nordeste (1), destaca-se que se trata do único agrupamento temático que comparece nas cinco regiões do país, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

Gráfico 9 - Divisão geográfica do agrupamento Relações sociais, de gênero e patriarcado



Fonte: Elaboração própria

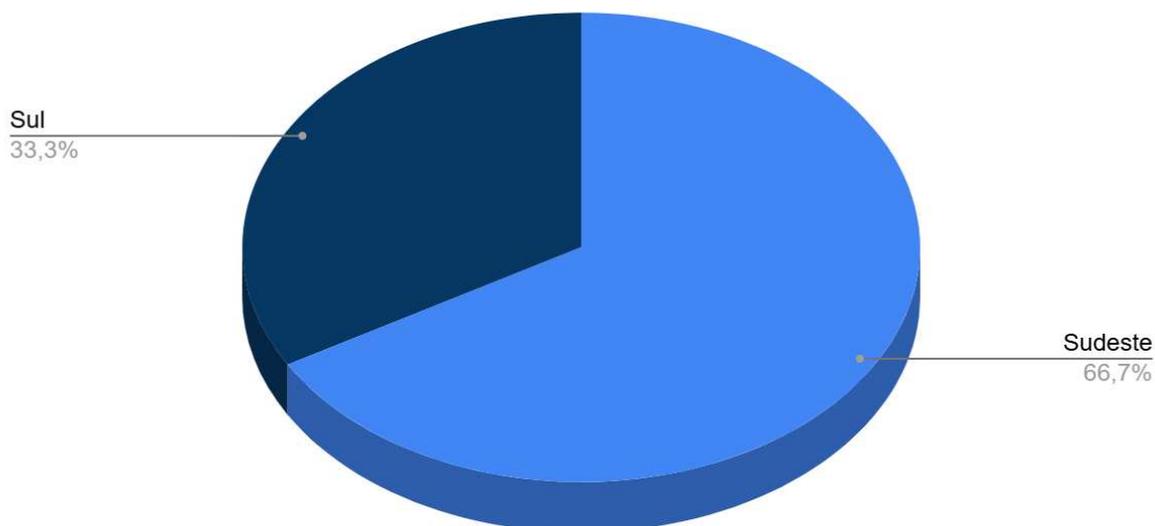
4.3.1.5 Questão social na particularidade brasileira

As disciplinas deste grupo apresentam o debate da questão social levando em consideração seus condicionantes de gênero, raça, etnia, sexualidade e geração, sendo elas: *Classes, Gênero, Etnia e Geração* que tem como objetivo analisar a questão social na particularidade brasileira a partir das relações de classe, gênero, etnia e geração, através das discussões a respeito das relações de produção, patriarcado e racismo no Brasil, englobando seus fundamentos teóricos e desdobramentos no trabalho profissional de assistentes sociais;

Política Social e Relações de Gênero e Etnia que realiza a análise da questão social e das desigualdades através das categorias de gênero, raça e etnia, bem como a formulação de políticas para enfrentamento de tais desigualdades e o trabalho profissional junto a estes segmentos sociais; *Fundamentos da Questão Social* que apresenta o debate do conceito de questão social e suas particularidades no Brasil, englobando as questões de gênero, étnico raciais, entre outras.

O debate na perspectiva da questão social se concentra apenas nas regiões Sudeste (2) e Sul (1), conforme ilustra o gráfico abaixo:

Gráfico 10 - Divisão geográfica do agrupamento Questão social na particularidade brasileira



Fonte: Elaboração própria

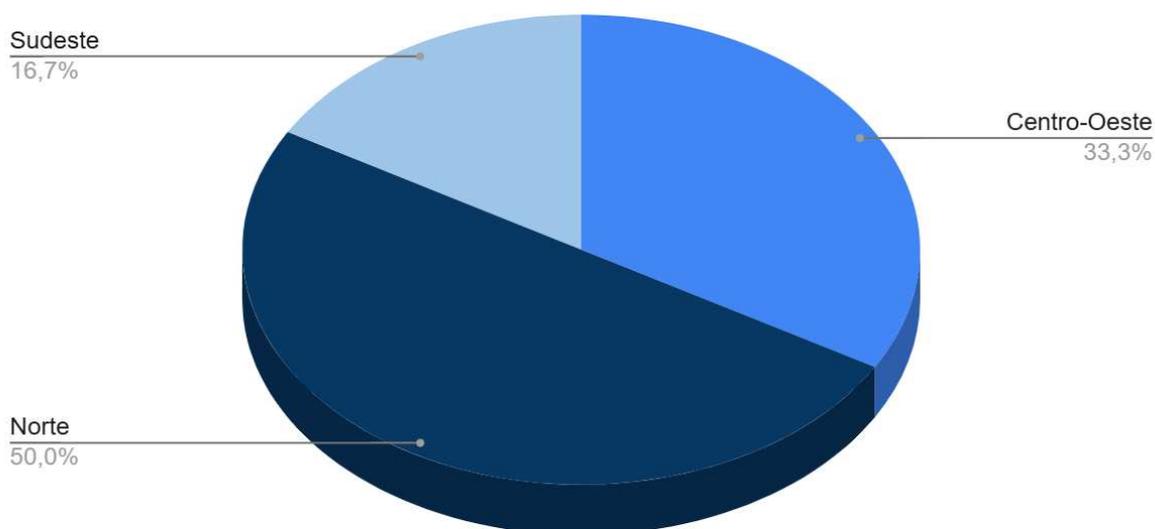
4.3.1.6 Outros

Esse agrupamento foi realizado para inclusão de disciplinas que não se enquadram nos demais eixos e/ou tratam do objeto de pesquisa de maneira muito pontual, sendo elas: *Tópicos Especiais em Pesquisa Social* que é voltada para o desenvolvimento de pesquisas e apresenta a categoria gênero como uma área temática do Serviço Social; *Envelhecimento e Políticas Sociais* que discorre sobre o envelhecimento populacional e apresenta a discussão do mesmo na perspectiva de classe, gênero, raça e etnia; *Visita Monitorada III* que apresenta a inserção e observação na prática profissional com destaque para área da infância e adolescência e família,

apresentando nas referências o debate sobre a imbricação de classe, etnia e gênero em crianças e adolescentes; *Oficina de Elaboração de Projetos Sociais* que trata do planejamento e avaliação de projetos sociais, abordando nas referências uma obra sobre gênero e raça nas políticas públicas; *Teorias Psicológicas* que nas discussões a respeito da multideterminação humana prevê a discussão a respeito da sexualidade; *Identidades Culturais e Serviço Social no Brasil* que aborda o Serviço Social e o debate de identidades, cultura e diversidade cultural existentes na particularidade brasileira.

O agrupamento se encontra localizado nas regiões Norte (3), Centro-Oeste (2) e Sudeste (1).

Gráfico 11- Divisão geográfica do agrupamento: Outros



Fonte: Elaboração Própria

4.3.2 O debate nas referências bibliográficas das disciplinas

A respeito da presença do debate de diversidade sexual e de gênero nas referências bibliográficas das disciplinas, destaca-se que nem todas as instituições divulgam suas referências junto as ementas das disciplinas, desta forma, aponto aquelas que foram encontradas disponíveis nos PPCs das instituições, sendo elas: UFAM, UFPE, UNB, UFMT, UFPA, UFRJ, UFJF e UFPR.

Quadro 8 - Referências bibliográficas básicas das disciplinas

IES:	DISCIPLINA:	REFERÊNCIAS BÁSICAS:
UFAM	Diversidade Sexual, Geracional e Familiar	CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Moraes. Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2018.
UFAM	Diversidade Sexual, Geracional e Familiar	MIOTO, Regina; CAMPOS, Marta; CARLOTO, Cássia (orgs.). Familismo, Direitos e Cidadania: contradições da política social. São Paulo: Cortez, 2015.
UFAM	Diversidade Sexual, Geracional e Familiar	TEIXEIRA, Solange. Envelhecimento e trabalho no tempo do capital. São Paulo: Cortez, 2008.
UFPE	Família E Relações De Gênero	BRUSCHINI, Cristina (2000) Teoria crítica da família, in: Azevedo, MA & Guerra, VN, Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento, Cortez Editora, São Paulo.
UFPE	Família E Relações De Gênero	CARVALHO, Maria do Carmo (org.) (1995) A família contemporânea em debate, Cortez, São Paulo.
UFPE	Família E Relações De Gênero	ENGELS, F (2002) A origem da família, da propriedade privada e do Estado, 15a edição, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.
UFPE	Família E Relações De Gênero	MONTALI, Lilia. Família e Trabalho na Reestruturação Produtiva: ausência de políticas de emprego e deterioração das condições de vida.
UFPE	Família E Relações De Gênero	NETTO, José Paulo (2000) Marxismo e família – notas para uma discussão, n: Azevedo, MA & Guerra, VN, Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento, Cortez Editora, São Paulo.
UNB	Gênero, Raça/Etnia e Política Social	GUIMARAES, Antônio S. A. Classes, Raças e Democracia. São Paulo, Primeira, Editora 34, 2002.
UNB	Gênero, Raça/Etnia e Política Social	BUTLER, Judith. Problemas de Gênero - Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003
UNB	Relações Sociais, Família E Serviço Social	Göran Therborn, Sexo e Poder ? a família no mundo (1900 ? 2000), São Paulo, No Edição 1ª, Contexto, 2006.
UNB	Relações Sociais, Família E Serviço Social	CARVALHO, MARIA DO CARMO BRANT DE ,A Família Contemporânea Em Debate, São Paulo, 5º Edição, EDUC, 2006.
UNB	Relações Sociais, Família E Serviço Social	ARIES, Philippe, História Social da Criança e da Família, Rio de Janeiro, 2º Edição, LTC, 1981.
UNB	Relações Sociais, Família E Serviço Social	FONSECA, C. L. W.. Cadernos Pagina v. 29, p. 9-26, Rio de Janeiro, 1º Edição, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/ Unicamp, 2007.
UNB	Relações Sociais, Família E Serviço Social	BOZON, MICHEL, Sociologia Da Sexualidade, Rio de Janeiro, 1º Edição, EDITORA FGV. 2004.
UFPA	Sociedade e gênero	ARENT, HANNAH. As Origens do Totalitarismo: Madrid, 1973.
UFPA	Sociedade e gênero	COSTA, A e BRUCHINI, C. Uma Questão de Gênero. Rio de Janeiro: Rosas do Tempo, 1992.
UFPA	Sociedade e gênero	CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre a mulher e a violência. In: Perspectiva Antropológica da Mulher. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
UFPA	Sociedade e gênero	FAUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
UFPA	Sociedade e gênero	FAUCAULT, Michel. História da Sexualidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
UFPA	Sociedade e gênero	FAUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Petrópolis: Vozes, 1977.
UFPA	Sociedade e gênero	GUATARI, F e ROLNIK, S. Cartografia do Desejo. Petrópolis: Vozes, 1986.
UFPA	Sociedade e gênero	GUATARI, F e ROLNIK, S. O Que é Ideologia. São Paulo: Brasiliense, 1991.

IES:	DISCIPLINA:	REFERÊNCIAS BÁSICAS:
UFPA	Sociedade e gênero	SAFFIOTI, Heleith. Alii. A rotinização da violência contra a mulher: o lugar da práxis na construção da subjetividade. USP/São Paulo, 1992. (Digitado)
UFPA	Sociedade e gênero	SAFFIOTI, Heleith. No caminho de um novo paradigma. PUC/São Paulo, 1997. (Digitado).
UFPA	Antropologia Cultural	HEILBORN, M. L. Fazendo Gênero? A Antropologia da Mulher no Brasil. In: BRUSCHINI, Cristina, COSTA, A. (org.). Questão de Gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
UFPA	Visita Monitorada III	NASCIMENTO, M. A. C. Crianças e Adolescentes: O Imbricamento Classe Social, Etnia, Gênero nos Programas Sociais em Belém. S.P. PUC/SP. 2000 (Tese de doutorado apresentada no Curso de pós-graduação em Serviço Social e Políticas Sociais).
UFPA	Oficina De Elaboração De Projetos Sociais	POLYCARPO, J. et al. (org.). Gênero e Raça nas Políticas Públicas. Caderno Pólis. São Paulo: Pólis, 2001.
UFRJ	A questão de gênero no Brasil	ALMEIDA, S.S. Femicídio: algemas (in)visíveis do público-privado. Rio de Janeiro, Revinter, 1998.
UFRJ	A questão de gênero no Brasil	COMBES, D., Haicault, M. “Produção e reprodução. Relações sociais de sexos e de classes” in Kartchevsky, A. et alii. O sexo do trabalho. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
UFRJ	A questão de gênero no Brasil	GRASSI, E. La mujer y la profesión de asistente social. Buenos Aires: Humanitas, 1989.
UFRJ	A questão de gênero no Brasil	KERGOAT, D. “Em defesa de uma sociologia das relações sociais. Da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação”, in Kartchevsky, op. cit.
UFRJ	A questão de gênero no Brasil	KERGOAT, D. “Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho”, in Lopes, M. J. M., Meyer, D. E., Waldow, V. R. (orgs.). Gênero e saúde. Porto Alegre, Artes Médicas, 1996.
UFRJ	A questão de gênero no Brasil	LAURETIS, T. “Tecnologia do gênero” in Hollanda, H. B. (org.). Tendências e impasses – o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.
UFRJ	A questão de gênero no Brasil	SAFFIOTI, H. “Rearticulando gênero e classe social”, in Costa, A. O., Bruschini, C. (orgs.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro, Rosa dos Ventos, 1992.
UFRJ	A questão de gênero no Brasil	SCOTT, J. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, in Revista Educação e Realidade. Porto Alegre, 16 (2), jul./dez. 1990.
UFRJ	Identidades Culturais e Serviço Social no Brasil	HALL, Stuart. Identidades culturais na pós-modernidade. Rio de Janeiro, DP&A, 1997.
UFRJ	Identidades Culturais e Serviço Social no Brasil	COSTA, A. e Bruschini, C. (orgs.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro, Rosa dos Ventos, 1992.
UFJF	Relações de classe, raça/etnia, gênero e sexualidade	CARNEIRO, S. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. In: HOLLANDA, H. B. Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019, p. 271-292.
UFJF	Relações de classe, raça/etnia, gênero e sexualidade	DAVIS, A. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.
UFJF	Relações de classe, raça/etnia, gênero e sexualidade	EURICO, M. C. et. al. Formação em Serviço Social: relações patriarcais de gênero, feminismos, raça/etnia e sexualidades. Temporalis, v. 21 n. 42, p. 293–303, dez., 2021.

IES:	DISCIPLINA:	REFERÊNCIAS BÁSICAS:
UFJF	Relações de classe, raça/etnia, gênero e sexualidade	GOMES, C. de M. Gênero como categoria de análise decolonial. Civitas-Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 65-82, 2018.
UFJF	Relações de classe, raça/etnia, gênero e sexualidade	HOLLANDA, H. B. de (org.). Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
UFJF	Relações de classe, raça/etnia, gênero e sexualidade	HOLLANDA, H. B. de (org.). Pensamento feminista hoje: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
UFJF	Relações de classe, raça/etnia, gênero e sexualidade	HOLLANDA, H. B. de (org.). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
UFJF	Relações de classe, raça/etnia, gênero e sexualidade	HOLLANDA, H. B. de (org.). Pensamento feminista hoje: sexualidades no sul global. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
UFJF	Relações de classe, raça/etnia, gênero e sexualidade	HOOKS, B. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n.16, p. 193-210, jan./abr., 2015.
UFJF	Relações de classe, raça/etnia, gênero e sexualidade	JUNQUEIRA, R. D. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: como a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”. In: RIBEIRO, P. R. C.; MAGALHÃES, J. C. (Org.). Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade. Rio Grande: EdFURG, 2017.
UFJF	Relações de classe, raça/etnia, gênero e sexualidade	LAQUEUR, T. Inventando o Sexo: Corpo e Gênero dos Gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.
UFJF	Relações de classe, raça/etnia, gênero e sexualidade	LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. In: _____. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autentica, 1999.
UFJF	Relações de classe, raça/etnia, gênero e sexualidade	QUEIROZ, F. M. de; IRINEU, B. A.; ÁLVARO, M. C.; LIMA, R. de L. Grupo Temático de Pesquisa (GTP) Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades: breve histórico e desafios. Temporalis, Brasília, v. 1, n. 27, p. 233-241, jan./jun. 2014.
UFJF	Relações de classe, raça/etnia, gênero e sexualidade	SAFFIOTI, H. Gênero, patriarcado e violência. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
UFJF	Relações de classe, raça/etnia, gênero e sexualidade	SAFFIOTI, H. Primórdios do conceito de gênero. Cadernos Pagu, Campinas, n.12, p.157-163, 1999.
UFJF	Relações de classe, raça/etnia, gênero e sexualidade	SCAVONE, L. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? Revista Estudos Feministas. Florianópolis, n. 16, v. 1, p. 173-186, jan./abr., 2008.
UFJF	Relações de classe, raça/etnia, gênero e sexualidade	SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2. 1995.
UFJF	Relações de classe, raça/etnia, gênero e sexualidade	SORJ, B. O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. In: HOLLANDA, H. B. Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019, p. 99-108.
UFJF	Relações de classe, raça/etnia, gênero e sexualidade	SOUZA, V. B. Gênero, marxismo e Serviço Social. Temporalis, Brasília, v. 14, n. 27, p. 13-31, jan./jun. 2014.

IES:	DISCIPLINA:	REFERÊNCIAS BÁSICAS:
	sexualidade	
UFJF	Relações de classe, raça/etnia, gênero e sexualidade	VENTURA, M. A transexualidade no tribunal: saúde e cidadania. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
UFJF	Relações de classe, raça/etnia, gênero e sexualidade	VENTURI, G.; BOKANY, V. (Org.). Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.
UFJF	Relações de classe, raça/etnia, gênero e sexualidade	VIANNA, A. de R. B.; LACERDA, P. Direitos e políticas sexuais no Brasil: o panorama atual. Rio de Janeiro: CEPESC, 2004.
UFJF	Relações de classe, raça/etnia, gênero e sexualidade	WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
UFPR	Serviço Social, Relações Étnico-Raciais e Diversidade Sexual	CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Moraes. Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2018. (Biblioteca Básica do Serviço Social).
UFPR	Serviço Social, Relações Étnico-Raciais e Diversidade Sexual	COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. Interseccionalidade. São Paulo: Boitempo, 2021.
UFPR	Serviço Social, Relações Étnico-Raciais e Diversidade Sexual	DAVIS, Angela. Mulheres, Classe e Raça. São Paulo: Boitempo, 2018.
UFPR	Serviço Social, Relações Étnico-Raciais e Diversidade Sexual	GONZALEZ, Lélia. Por um Feminismo afro-lantino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. São Paulo: Zahar, 2020.
UFPR	Relações Sociais, Gênero e Direitos Humanos	GOLDMAN, W. Mulher, Estado e Revolução: política familiar e a vida social soviéticas, 1917-1936.
UFPR	Relações Sociais, Gênero e Direitos Humanos	DAVIS, A. Mulher, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.
UFPR	Epistemologias Feministas	CISNE, Mirla. Feminismo e consciência de classe no Brasil. São Paulo: Cortez, 2016.
UFPR	Epistemologias Feministas	HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça. Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. Tempo Social, Revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1, 2014.
UFPR	Epistemologias Feministas	LERNER, Gerda. A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.
UFPR	Epistemologias Feministas	SAFFIOTI, Heleieth. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
UFPR	Epistemologias Feministas	SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, Patriarcado, Violência. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.
UFPR	Epistemologias Feministas	SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. Disponível em: https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/categoriautilanalisehistorica.pdf

IES:	DISCIPLINA:	REFERÊNCIAS BÁSICAS:
UFPR	Tópicos sobre Violência: impactos sociais e na saúde	SORJ, B. O cuidado na nova agenda de combate à violência no Brasil. In: ABREU, A. R. DE P.; HIRATA, H. S.; LOMBARDI, M. R. (EDS.). Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais. 1ª edição ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2016.
UFPR	Tópicos sobre Violência: impactos sociais e na saúde	LISBOA, T.K. PINHEIRO, E. A. A intervenção do serviço social junto a questão da violência contra mulher. Revista Katalysis, Florianópolis, 2005.
UFMT	Gênero e Etnia	SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
UFMT	Gênero e Etnia	PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI (Org.). A Prática Feminista e o Conceito de Gênero. São Paulo: IFCH/Unicamp, 2002. p. 7-42. Textos Didáticos.
UFMT	Gênero e Etnia	LOURO, Guacira L. A emergência do “gênero”. In: LOURO, Guacira L. Gênero, sexualidade e educação. Petrópolis: Vozes, 1997.
UFMT	Gênero e Etnia	CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara M. Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2018.
UFMT	Gênero e Etnia	DUARTE, Marco José O.; IRINEU, Bruna A.; ALMEIDA, Guilherme S.; PEIXOTO, Valdenízia B.; PAIVA, Sabrina P. Sexualidades & Serviço Social: perspectivas críticas, intervencionais e profissionais. Juiz de Fora: EdUFJF, 2023.
UFMT	Gênero e Etnia	PATEMAN, Carole. O contrato sexual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993, pp. 15-65; 231-278.

Fonte: Elaboração Própria com base nos PPCs das Instituições de Ensino

Das obras e autores(as) presentes nas referências bibliográficas, destacam-se as que tiveram três ou mais obras citadas nas disciplinas, sendo possível expor, ainda que brevemente, por quais perspectivas tais discussões perpassam. Sendo elas:

Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social, das autoras assistentes sociais Mirla Cisne e Silvana Mara Moraes Santos publicado no ano de 2018 e que faz parte da Biblioteca Básica do Serviço Social, onde, sob a perspectiva do feminismo, apresenta a crítica marxista ao debate das relações de gênero e diversidade sexual, demonstrando como o racismo, patriarcado e heterossexismo adensam o processo de exploração e violação de direitos na particularidade brasileira; *Uma questão de Gênero* publicado em 1992, organizado por Albertina Oliveira Costa e Cristina Bruschini, que aborda em seus artigos a condição da mulher no mercado de trabalho, bem como a divisão sexual do trabalho; as obras *História da Sexualidade, Microfísica do Poder* e *Vigiar e Punir* de Michel Foucault, filósofo que se dedicou à reflexões sobre o poder e conhecimento, assim como a sexualidade, possuindo forte influência no pensamento pós-moderno e sendo considerado uma alternativa ao marxismo, ainda que desconsidere as relações de produção e lutas de classes para superação da ordem burguesa capitalista; *Gênero, Patriarcado e Violência, A mulher na sociedade de classes* e outras obras da autora Heleieth Saffioti, intelectual marxista, conhecida no campo dos estudos do feminismo socialista, que

dialoga o debate sobre a ordem patriarcal de gênero com textos clássicos da teoria social crítica e apresenta a ideia da simbiose entre patriarcado, racismo e capitalismo na particularidade brasileira; o clássico artigo *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, publicado em 1986 da autora Joan Scott, especialista nos estudos do feminismo francês e historiadora pós-estruturalista; *Mulheres, Raça e Classe* de Angela Davis, filósofa, professora e ativista pelo direitos das mulheres e negros, combinando a teoria social crítica com estudos feministas, a autora apesar de ser marxista, é crítica ao marxismo ortodoxo que defende a supremacia da questão de classe sobre as outras relações de opressão, apontando a necessidade de se considerar as interseções entre classe, raça e gênero; coleção de livros *Pensamento Feminista* de Heloisa Buarque de Hollanda, autora feminista e professora universitária, que conta com discussões sobre os conceitos fundamentais e debates contemporâneos dos estudos feministas, como lugar de fala, decolonialismo, teoria *queer* e outros; *O Corpo educado: pedagogias da sexualidade e Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista* organizado por Guacira Lopes Louropel, que abordam as diferenças históricas e sociais atribuídas aos corpos dos sujeitos, reforçadas por um complexo de instâncias sociais como a escola, igreja, mídia, lei, medicina e etc., apresenta a relação das discussões de gênero, sexualidade, raça e classe junto a educação.

Nota-se que há uma diversidade nas perspectivas trabalhadas pelos autores utilizados nas referências bibliográficas, abordando as relações de gênero e sexualidade através das teorias: *social crítica marxista*, ancorada nas ideias de Marx e Engels, que discorre sobre a sociedade capitalista, lutas de classes e considera as relações de produção junto com as de raça, gênero e sexualidade; *pensamento pós-moderno* que desconsidera a existência de verdades absolutas rejeitando a história, ressalta-se que ainda que reconheça a existência de violências e opressões de classe, gênero e raça no capitalismo, não considera as problemáticas do sistema como um todo e nem prevê sua superação; *pós-estruturalismo* que considera a linguagem como constituinte do sujeito, discursos que são reforçados através de instituições de micropoder e que ajudam a reforçar estigmas, preconceitos, entre outros; *decolonialismo* que aborda as relações de raça e gênero nos estudos a respeito da América Latina, visando reverter os efeitos do colonialismo; *teoria queer* que estuda a sexualidade, gênero e práticas sexuais que não se enquadram na heterossexualidade, concentrando-se na realidade particular dos indivíduos sociais.

Para além de tais perspectivas teóricas que aparecem diretamente nas referências, ressalta-se também as perspectivas e conceitos que estão presentes nas discussões, ainda que

indiretamente, como é o caso da: *interseccionalidade*, perspectiva criada pelo movimento negro que critica radicalmente o feminismo branco, de classe média e heteronormativo, denunciando o racismo no interior de tal movimento, apontando a necessidade de análise do inter cruzamento das relações de opressão por gênero, classe, raça e sexualidade, e destacando a centralidade da luta pela libertação das mulheres negras, a perspectiva ainda defende que tais relações podem se cruzar, se sobrepor, assim como se excluem mutuamente (Cisne, Santos, 2018); *consustancialidade* ou *coextensividade*, que ao contrário da interseccionalidade, considera a apreensão das relações sociais de gênero (incluindo sexualidade), raça e classe como indissociáveis, sendo estas, relações sociais determinantes para análise das desigualdades sociais, visto que estruturam os sistemas de exploração. Tais relações podem ter mediações com outras formas de opressão, mas no entanto as relações determinantes referem-se as relações de gênero, raça e classe. A perspectiva é ligada ao feminismo materialista francófono, influenciado pelo marxismo. (Cisne, Santos, 2018).

Aponta-se também que, apesar da possibilidade de se trabalhar com diferentes autores e perspectivas no interior das discussões de gênero e diversidade sexual, considerando que nem sempre tais debates estiveram presentes nas abordagens da teoria social crítica marxista, assim como o próprio pluralismo recorrente no Serviço Social, alertamos para o risco de se recair sobre o ecletismo no processo de apreensão de tais debates

Cabe ressaltar que não é nossa intenção analisar a fundo tais tendências, mas sim apontá-las como presentes no processo de formação profissional em Serviço Social. Ao tratar da interseccionalidade e consustancialidade, por exemplo, Cisne e Santos (2018) destacam que é perceptível que tais perspectivas se distinguem entre si, apesar de possuírem algumas semelhanças, assim como podem ter ou não, proximidades junto ao marxismo – pluralismo -. Assim sendo, a defesa aqui apresentada é que o debate de diversidade sexual e de gênero pode sim ser abordado na formação profissional através da teoria social crítica marxista, considerando a imbricação do sistema patriarcal-racista-capitalista, bem como suas implicações na lei geral da acumulação capitalista e sociabilidade burguesa.

A respeito das diferentes tendências e perspectivas encontradas no interior do Serviço, destaca-se que Netto (1996) na década de 1990 já realizava algumas projeções e destacava as possíveis futuras disputas referentes a direção social estratégica da profissão, apontando como uma das possibilidades o retorno ao conservadorismo e uma possível aliança do mesmo junto a perspectiva pós-moderna, tendo em vista as próprias raízes antimodernas da origem do Serviço Social, conforme aponta:

Essas profundas raízes antimodernas do conservadorismo do Serviço Social tornam-no habilitado a capitalizar e a integrar, na sua luta contra os avanços profissionais, muito das concepções e proposições pós-modernas. Assim, mesmo que os defensores da pós-modernidade no Serviço Social se disponham a demarcar-se nitidamente da política dos segmentos conservadores (e há, de fato, no plano ideológico-político e cultural, muitas diferenças entre eles), é fortíssima a probabilidade da sua aliança com tais segmentos. (1996, p. 118)

E projeta, a respeito das vertentes teóricas profissionais, as seguintes linhas de desenvolvimento: i) a continuidade da vertente iniciada no processo de intenção de ruptura, influenciada pela tradição marxista; ii) uma vertente de caráter tecnocrático; iii) a persistência do conservadorismo profissional; iv) neoconservadora, inspirada na epistemologia pós-moderna e crítica as conquistas anticonservadoras dos anos 1980; e v) vertentes aparentemente radicais, fundadas num anticapitalismo romântico e sem uma teorização sistemática e rigorosa (Netto, 1996).

As projeções de Netto (1996) aparentemente não encontram-se distantes da realidade atual, onde têm-se, por exemplo, como influência da perspectiva pós moderna no Serviço Social orientações individualizantes e despolarizantes, que desconsideram os sujeitos de classes e suas lutas, bem como antagonismos estruturais da sociedade capitalista (Júnior, 2016). Desta forma singulariza-se e fragmenta-se os sujeitos sociais e suas realidades.

4.3.3 Núcleos de fundamentação da formação profissional em Serviço Social: possibilidades para inserção do debate de diversidade sexual e de gênero

Ressalta-se que o conjunto de conhecimentos necessários à formação profissional em Serviço Social se efetiva através dos núcleos de fundamentação estabelecidos pelas diretrizes curriculares da ABEPSS, sendo eles: *Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.*

À medida em que estes três núcleos congregam os conteúdos necessários para a compreensão do processo de trabalho do assistente social, afirmam-se como **eixos articuladores da formação profissional pretendida e desdobram-se em áreas de conhecimento** que, por sua vez, se traduzem pedagogicamente através do conjunto dos componentes curriculares, rompendo, assim, com a visão formalista do currículo, antes reduzida à matérias e disciplinas. Esta articulação favorece uma nova forma de realização das mediações - aqui entendida como a relação teoria-prática - que deve permear toda a formação profissional, articulando ensino-pesquisa-extensão. (ABEPSS, 1996, p. 8-9, grifos da autora).

Tais núcleos, que devem ser trabalhados de maneira articulada, se desdobram em um conjunto de componentes curriculares que possuem conhecimentos indissociáveis a apreensão

da gênese da questão social, suas manifestações e formas de enfrentamento (ABEPSS, 1996), Questão social que se trata do eixo de fundamento da profissão, bem como da articulação dos conteúdos da formação profissional (ABEPSS, 1996), e que, como já apontado, possui as relações patriarcais de gênero (incluindo sexualidade), raça e classe como dimensões estruturantes na particularidade brasileira. Assim sendo, é possível visualizar de que o forma o debate sobre diversidade sexual e de gênero pode ser abordado na formação profissional, seja por meio dos núcleos de fundamentos ou pela própria apreensão da questão social na particularidade brasileira.

4.3.3.1 Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social

De acordo com as diretrizes curriculares da ABEPSS (1996) tal núcleo é responsável pela apreensão do ser social enquanto totalidade histórica, ou seja, no processo de constituição e desenvolvimento da sociabilidade burguesa capitalista. O caráter ontológico do trabalho é tomado como eixo central para compreensão do processo de reprodução da vida social e a sociabilidade burguesa é tomada por suas especificidades de: divisão social do trabalho, propriedade privada, divisão de classes sociais, relações de exploração e dominação, formas de alienação, resistências, entre outras.

Conforme demonstrado no desenvolvimento da pesquisa, cabe ressaltar que as determinações materiais de gênero e sexualidade também se encontram imbricadas a tais especificidades, tendo em vista que para além da divisão social do trabalho, temos a divisão sexual do trabalho, a condição da mulher e família enquanto propriedade privada, as relações de exploração do trabalho feminino e infantil, bem como a dominação de corpos de mulheres e aqueles que fogem a ordem heterossexual e outros.

Sendo a realidade síntese de múltiplas determinações, cabe apontá-las no processo de apreensão do ser social e da sociabilidade burguesa. Ressalta-se ainda que contemporaneamente alguns autores vêm apontando tais relações, junto com o desenvolvimento desigual, como constituintes do sistema capitalista e da própria lei geral da acumulação capitalista e da análise da questão social⁴¹.

Cabe apontar que para além de classe, o indivíduo social possui gênero, raça e sexualidade e isto é possível de ser abordado durante o processo de formação profissional em

⁴¹ Tal defesa pode ser encontrada junto ao artigo “DIALÉTICA DA QUESTÃO SOCIAL E A UNIDADE CLASSE, GÊNERO E RAÇA” de Ferreira e Fagundes (2021), disponibilizado na Revista Temporalis nº 42, edição comemorativa aos 20 anos da histórica edição nº 3 que auxiliou a consolidação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, bem como da apreensão da questão social pela categoria profissional.

diferentes disciplinas e demais espaços formativos, sem se recair sobre uma dimensão teórica do pensamento pós-moderno e sim ancorado numa leitura da realidade através da teoria social crítica marxista.

4.3.3.2 Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira

O núcleo visa apresentar elementos que abordam a formação sócio-histórica do Brasil, através da constituição

[...] econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, na sua configuração dependente, urbano industrial, nas diversidades regionais e locais, articulada com a análise da questão agrária e agrícola, como um elemento fundamental da particularidade histórica nacional. (ABEPSS, 1996, p. 11).

Para tanto a apreensão de tal realidade visa contemplar elementos que dizem respeito: i) ao *desenvolvimento capitalista no país e seus impactos sociais, econômicos e políticos* que, como já apontado, se deu devido a acumulação primitiva, ou seja, a exploração dos países de capitalismo central sob o nosso e demais considerados dependentes ou de “Terceiro mundo”, os padrões de produção, bem como o novo mundo do trabalho, com alterações nos padrões de produção e acumulação capitalista; ii) a *constituição do Estado brasileiro* e as diferentes configurações que ele assume a depender das condições conjunturais, onde busca-se apreender as relações entre Estado e sociedade civil, os vínculos e confrontos entre diferentes classes e setores sociais, bem como a instituição de políticas sociais e as problemáticas a quais se referem; iii) o caráter contraditório do Serviço Social, expresso através dos confrontos existentes na sociedade e nas instituições de atuação profissional; e iv) os diferentes projetos políticos existentes e em disputas na sociedade brasileira (ABEPSS, 1996).

Ainda é indicado que para análise histórica e conjuntural da sociedade brasileira seja levado em consideração a constituição, trajetória e ações das classes sociais, através de suas dimensões culturais, econômicas e políticas, suas condições de vida e de trabalho, formas de manifestação, luta e organização social, política, ética e cultural, bem como suas formas de resistências e contestações, que explicitam seu modo de viver e de pensar (ABEPSS, 1996).

Assim sendo, destaca-se que os elementos que constituem o ser social e a sociabilidade burguesa, também são explorados neste núcleo, sendo particularizados para apreensão da realidade brasileira. Ou seja, as relações sociais de classe, raça e gênero também se apresentam nas discussões aqui presentes, na consolidação do sistema capitalista, em suas formas de produção, na relação entre Estado e sociedade civil, nos projetos societários e nas condições que dizem respeito à realidade das classes sociais e suas formas de organização.

4.3.3.3 Núcleo de fundamentos do trabalho profissional

O núcleo considera a profissionalização do Serviço Social enquanto uma especialização do trabalho, sua prática como um processo de trabalho que possui como objeto de atuação as múltiplas expressões da questão social (ABEPSS, 1996). Assim sendo:

Tal perspectiva, permite recolocar as dimensões constitutivas do fazer profissional articuladas aos elementos fundamentais de todo e qualquer processo de trabalho: o objeto ou matéria prima sobre a qual incide a ação transformadora; os meios de trabalho - instrumentos, técnicas e recursos materiais e intelectuais que propiciam uma potenciação da ação humana sobre o objeto; e a atividade do sujeito direcionada por uma finalidade, ou seja, o próprio trabalho. Significa, ainda, reconhecer o produto do trabalho profissional em suas implicações materiais, ídeo-políticas e econômicas. (ABEPSS, 1996, p. 12).

Este processo ainda exige reconhecer as instituições empregadoras de assistentes sociais, os usuários atendidos, as condições materiais, recursos humanos e financeiros, bem como a articulação junto a outros profissionais. Para tanto se faz necessário apreender a institucionalização e desenvolvimento da profissão no Brasil, reconhecendo suas determinações sócio-históricas, herança cultural e ação profissional. Ressalta-se que não se trata da história do Serviço Social, mas sim de apresentar o Serviço Social na história. É na sociedade e em sua história que se encontram as demandas, condicionantes e possíveis respostas do trabalho de assistentes sociais. Desta forma, torna-se possível desenvolver o caráter interventivo da atividade profissional, através das competências teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política e a articulação delas entre si.

O debate sobre diversidade sexual e de gênero pode se apresentar em diferentes momentos neste núcleo, através: da concepção histórica da profissão e o papel tutelar que as assistentes sociais pioneiras realizavam no “ajuste” de sujeitos que fugiam à lógica dominante da sociedade burguesa; da composição profissional, majoritariamente feminina e marcada pela divisão sexual (e social) do trabalho; do objeto de trabalho profissional que se trata da questão social e suas expressões, que como já apontado é estruturada pelas relações de gênero, raça e classe; do Projeto Ético-Político profissional e os posicionamentos das entidades representativas do Serviço Social na defesa de direitos e enfrentamento de relações de opressão, exploração e dominação; do próprio atendimento junto aos usuários, tendo em vista que os mesmos possuem classe, raça e gênero e precisam de respostas às suas demandas; e outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Porque há o direito ao grito. Então eu grito.
(Clarice Lispector)*

Em face do exposto podemos afirmar que para além da relação entre trabalho e capital, racismo e patriarcado também são constituintes da questão social no Brasil. Para compreender a simbiose entre os três sistemas de exploração e dominação, devemos nos ater ao modo de produção capitalista e a então chamada lei geral da acumulação capitalista, responsável por criar e recriar, na mesma medida, a riqueza da classe capitalista de um lado e a miséria da classe trabalhadora de outro. Sabemos que a acumulação capitalista necessita de um ponto de partida, qual vimos se tratar da acumulação primitiva, referente a expropriação de terras da classe trabalhadora e a obrigação dos mesmos em se tornarem trabalhadores “livres” – expropriação que continua vigente até os dias atuais, referente às condições de vida -.

Deste modo, a “descoberta” das colônias americanas serviram como impulso e fomento ao capitalismo emergente na Europa, como é o caso do Brasil, utilizado como exportador de matérias-primas e alimentos aos países colonizadores. Tal colonização também foi marcada pelo extermínio dos povos originários, escravização dos povos negros africanos, dizimação da cultura dessas populações e imposição da lógica eurocêntrica branca burguesa. Práticas referentes a socialização desses sujeitos, suas formas de manifestarem e vivenciarem sua sexualidade, linguagem, religiosidade e outros, foram lhes arrancados violentamente, com o auxílio da Igreja Católica e suas imposições morais. A retomada à trajetória sócio-histórica de nossa sociedade permite vislumbrar que, para além da classe, o capitalismo utiliza das relações de raça/etnia, gênero e sexualidade para sua reprodução e manutenção, buscando sempre atender seus interesses próprios. Racismo e patriarcado permitiram vincular – e manter - pessoas negras, mulheres e às divergentes da lógica cis-heterossexual, a locais específicos em nossa sociedade.

Cisne e Santos (2018) apontam ainda que estas relações possuem uma base material que se refere à divisão social, sexual e racial do trabalho, mesmo que não se limitem somente a elas, ancoradas na constituição da propriedade privada e do modelo de família patriarcal-burguesa. As relações materiais de dominação e exploração conformam o sistema patriarcal-racista-capitalista no qual vivemos, o “nó” a qual se refere Saffioti (1987). Deste modo, a pesquisa desenvolvida assume a defesa de que a compreensão da totalidade da vida social nos exige considerar a imbricação de tais relações de dominação e exploração.

O Serviço Social enquanto profissão que tem como objeto de trabalho a questão social e suas diversas expressões, necessita de abordagens que contemplem tais relações e sistemas de dominação-exploração, visto que a sociabilidade brasileira foi construída de modo a excluir, silenciar e até mesmo erradicar vidas que fogem à ordem da vida burguesa - pessoas negras, pobres, periféricas, mulheres, povos indígenas e originários, assim como a população LGBTQIAPN+ -. Tais aspectos não se tratam da fragmentação ou divisão das classes sociais, mas sim da compreensão das mesmas em sua diversidade e de maneira dialética, classes que se vinculam a outras formas de relações sociais, aqui destacado as relações de raça, gênero e sexualidade.

Sendo a questão social referente às contradições entre capitalismo e classe trabalhadora, ou seja, as desigualdades oriundas desta relação antagônica e as lutas sociais da classe trabalhadora em respostas às mesmas, deve-se considerar ainda que na particularidade brasileira, têm-se o patriarcado e racismo enquanto indissociáveis desta relação. A ideia aqui defendida é de que na particularidade brasileira, racismo e patriarcado, se vinculam ao sistema capitalista e estruturam a questão social.

Conseqüentemente, uma formação profissional comprometida com a apreensão da totalidade da vida social e suas relações, bem como o mercado de trabalho, deve considerar tal sistema - patriarcal-racista-capitalista -. Destaca-se que com a conformação das diretrizes curriculares da ABEPSS de 1996 a questão social é colocada como elemento central da formação profissional em Serviço Social, devendo comparecer nos três núcleos de fundamentação estabelecidos no documento, referentes à vida social, a formação sócio-histórica brasileira, bem como ao trabalho profissional.

A pesquisa também aponta que elementos do patriarcado e racismo também podem ser encontrados junto às diferentes manifestações da questão social na contemporaneidade, expressos através da: violência de gênero, racismo, sexismo, lgbtqiapn+fobia, não acesso aos postos de trabalho, moradia, serviços básicos, às políticas públicas e sociais, desigualdades salariais no que se refere a pessoas negras, mulheres e LGBTQIAPN+, maior índice de violência e mortes, e outros.

Abordar o debate de gênero e sexualidade – assim como os de raça - na formação profissional em Serviço Social permite uma compreensão da realidade para além da aparência imediata, tendo em vista que tais fenômenos possuem suas raízes fundadas na formação sócio-histórica de nosso país e na própria conformação da sociabilidade capitalista. Não trata-se da fragmentação ou individualização destas realidades, de uma abordagem superficial ou sob uma

perspectiva pós-moderna, não trata-se da desconsideração do método de apreensão da realidade desenvolvido por Marx, trata-se, ao contrário da apreensão do real em suas múltiplas determinações, enquanto totalidade, considerando particularidade, totalidade e singularidade. Trata-se da necessidade de considerar como tais sistemas – capitalista, patriarcal e racista – orientam e organizam e sociabilidade burguesa em favor de uma única classe.

Nesta etapa da dissertação, faz-se necessário enfatizar alguns pontos que merecem a devida atenção: i) gênero e sexualidade são construções históricas e sociais que podem sofrer com alterações dependendo do contexto sócio-político, econômico e cultural de cada sociedade e época; ii) gênero e sexualidade possuem determinações materiais; iii) racismo e patriarcado auxiliaram na constituição do capitalismo; iv) na particularidade brasileira têm-se a articulação destes três sistemas em um só – sistema patriarcal-racista-capitalista-; v) as implicações do racismo e patriarcado são vivenciadas até hoje por diferentes sujeitos sociais que sofrem constantemente com a violência e a falta de acesso à direitos.

Sabe-se que a formação profissional em Serviço Social é generalista, mas também aponta-se que a questão social deve nortear todo esse processo, ou seja, discussões a respeito do racismo e patriarcado devem aparecer neste contexto. Não há como abordar a questão social na particularidade brasileira sem estas devidas mediações e sem a apreensão desta simbiose. Assim como não há como abordar o ser social e suas relações na sociabilidade capitalista, a formação sócio-histórica de nosso país, bem como a articulação destas discussões junto ao Serviço Social, sem a devida atenção ao debate de gênero, classe e raça.

A pesquisa realizada junto as instituições de ensino de diferentes localidades do país demonstram que o debate sobre gênero e sexualidade vêm sendo abordados sobre diferentes perspectivas: das relações sociais, dos direitos sociais, na conformação de políticas públicas, organização política e movimentos sociais, da violência e desigualdades e outros, assim como é notável o empenho em localizar o Serviço Social frente à estas pautas e o papel da assistente social no atendimento destes segmentos. Tais perspectivas são apresentadas, ainda, através de diferentes autores e vertentes teóricas, o que não nos coube analisar no momento em questão.

O que nos interessa apontar é que o debate de gênero e diversidade sexual pode ser abordado através da teoria social crítica marxista, se afastando de tendências pós-modernas, neoconservadoras ou reformistas. Há de se considerar que nem sempre tais temáticas foram acolhidas por segmentos das esquerdas e pesquisadores marxistas, onde havia uma defesa de que estas discussões tratavam-se de individualizações, fragmentação da luta de classes, sobreposição do debate de classe, questões particulares da vida dos sujeitos sociais e etc.

Acredita-se que já se passou da hora de ultrapassarmos tais ideias e de reconhecermos que a construção desta nova ordem societária defendida pela categoria profissional, livre de todas as formas de opressão e exploração, só será possível com um esforço mútuo de ambos os lados – estudiosos e pesquisadores das relações de gênero, raça, sexualidade e demais relações de opressão e exploração vinculados à luta anticapitalista, junto à marxistas comprometidos com a apreensão da totalidade e que reconheçam a importância de tais relações e sistemas -. Muitos foram os avanços neste sentido, mas ainda muitos são os desafios. Há de se reconhecer quem são os verdadeiros inimigos e possíveis aliados neste apreensão teórica, ética e política de sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABEPSS. **DIRETRIZES GERAIS PARA O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL** (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996.). Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em: 06 fev. 2024.

_____. O processo de formação do Assistente Social. Caderno Abess, n.1, São Paulo: **Cortez**, 1986. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/cadernos-abess/edicoes-antiores/o-processo-de-formacao-do-assistente-social-caderno-abess-n1-cortez-sao-paulo-1986-10>. Acesso em: 10 mar. 2024.

_____. A metodologia do Serviço Social. Caderno Abess, n.3, São Paulo: **Cortez**, 1989. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/cadernos-abess/edicoes-antiores/a-metodologia-do-servico-social-caderno-abess-n3-cortez-sao-paulo-1989-11>. Acesso em: 10 mar. 2024.

_____. Formação Profissional: Trajetórias e Desafios . Caderno Abess, n.7, São Paulo: **Cortez**, 1997. Acesso em: <https://www.abepss.org.br/cadernos-abess/edicoes-antiores/formacao-profissional-trajetorias-e-desafios-caderno-abess-n7-cortez-sao-paulo-1997-14>. Acesso em: 10 mar. 2024.

_____. **GTP: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades**. [s.l.], 2016. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/noticias/gtp-servico-social-relacoes-de-exploracaoopressaode-genero-racaetnia-geracao-sexualidades-15>. Acesso em: 06 fev. 2024.

ALMEIDA, S. L. de. Racismo estrutural / Silvio Luiz de Almeida. São Paulo: Sueli Carneiro; **Pólen**, 2019. 264 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro).

ALMEIDA, J. A. **Terra, capital e trabalho no modo de produção escravista: bases agrárias do racismo brasileiro**. Tese Doutorado – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

ALVES, N. L.; HORST, C. H. M. Serviço Social, Diversidade Sexual e de Gênero: cinco notas para o debate. In: DUARTE, Marco José de Oliveira et. al. (Orgs). Sexualidades & Serviço Social: perspectivas críticas, interseccionais e profissionais. Juiz de Fora: **Editora UFJF**, 2023, p. 269-279.

ANTRA. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020** / Bruna G. Benevides, Sayonara Naider Bonfim Nogueira (Orgs). – São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>. Acesso em: 04 de jul. 2023.

ANTRA. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023** / Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília. ANTRA, 2024. Disponível em:

<https://antrabrazil.files.wordpress.com/2024/01/dossieantra2024-web.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2024.

Atlas da Violência 2021 / Daniel Cerqueira et al., — São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/12/atlas-violencia-2021-v7.pdf>. Acesso em: 28 de jun. 2023.

BARBOSA, R. N. de C. **Questão Social**. In: MATOS, M. C. de, et al (Orgs). **Dicionário crítico do Serviço Social na Saúde**. Uberlândia: **Navegando**, 2024, p. 338-343.

BEBEL, August. **La mujer y el socialismo**. Paris : **Éditions Georges Carré**, 1891. Disponível em: <https://elsudamericano.wordpress.com/wp-content/uploads/2020/05/210.la-mujer-y-el-socialismo.-a.-bebel.pdf>. Acesso em: 11 de jun. 2024.

BOURGUIGNON, J. A. **A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social**. *Katálysis*, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 46-54, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/LbRYxChMz6jrFxMv7S45PXQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 out. 2024.

BRUINJÉ, A. L. T. **A gênese da questão social no Brasil a partir das contribuições de Clóvis Moura e Jacob Gorender**. Dissertação Mestrado - Pós Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/16648>. Acesso em: 20 nov. 2024.

CAMPOS, E. A. **Serviço social e a livre orientação sexual e de identidade de gênero: análise crítica a partir das dimensões constitutivas da profissão**. Dissertação Mestrado - Pós Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/17262>. Acesso em: 11 de out. 2024.

Castro, M. M. de C. e; Toledo, S. N. **A Reforma Curricular do Serviço Social de 1982 e sua implantação na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora**. *Revista Libertas: Juiz de Fora*, v. 11, n. 2, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18119>. Acesso em: 10 jan. 2025.

CFESS. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual.** - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, 2011. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf Acesso em: 20 de jun. 2024.

CISNE, M.; SANTOS, S. M. M. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: **Cortez**, 2018.

Coelho, K. A. F. P.; Almeida, D. M. F. de.; **A CONSTRUÇÃO DO PROJETO DE FORMAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E A SUPERACÃO DO METODOLOGISMO**. 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social” Brasília (DF, Brasil), 2019. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/914>. Acesso em: 12 jan. 2025.

COSTA, G. M. da. **Colorindo o Serviço Social: LGBTI+ na agenda do Conjunto CFESS/CRESS**. Dissertação Mestrado - Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais - Instituto Saúde e Sociedade, Universidade Federal de São Paulo, 2019. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7645375. Acesso em: 24 ago. 2024.

COSTA, R. G.; RAFAEL, J. C. **QUESTÃO SOCIAL E SUA PARTICULARIDADE NO BRASIL: IMBRICAÇÃO ENTRE PATRIARCADO-RACISMO-CAPITALISMO**. Temporalis, Brasília (DF), n. 42, p. 77-93, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/36479/24506>. Acesso em: 28 de jun. 2023.

COUTINHO, C. N. Pluralismo: dimensões teóricas e políticas. Caderno ABESS, n. 2, São Paulo: **Cortez**, 1988.

DUARTE, M. J. O. **Diversidade Sexual, políticas públicas e direitos humanos: saúde e cidadania LGBT em cena**. Temporalis, Brasília, v. 14, n. 27, p. 77-98, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7209>. Acesso em: 06 fev. 2024.

DUARTE, M. J. de O.; FERNANDES, C. P. Serviço Social e diversidade sexual: o estado da arte. In: DUARTE, Marco José de Oliveira et. al. (Orgs). Sexualidades & Serviço Social: perspectivas críticas, interseccionais e profissionais. Juiz de Fora: **Editora UFJF**, 2023, p. 202-223.

ENGELS, F. A origem da família, da propriedade privada e do Estado; Tradução por Nélio Schneider. - 1 ed. - São Paulo: **Boitempo**, 2019.

EURICO, M. C., et al. **Formação Em Serviço Social: Relações Patriarcais De Gênero, Feminismos, Raça/Etnia E Sexualidades**. Temporalis, [S. l.], v. 21, n. 42, p. 293–303, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/37235>. Acesso em: 26 jun. 2024.

EURICO, M.; GOLÇALVES, R.; FORNAZIER, T. Racismo e novo pacto da branquitude em tempos de pandemia: desafios para o Serviço Social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 140, p. 84-100, jan./abr. 2021. Disponível: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/5GqfkcSgwKxevBjnYBzJmHC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 de jan. 2025.

FERREIRA, C. C. C.; FAGUNDES, G. G. **DIALÉTICA DA QUESTÃO SOCIAL E A UNIDADE CLASSE, GÊNERO E RAÇA**. Temporalis, Brasília (DF), ano 21, n. 42, p. 62-76, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/36500/24504>

FERREIRA, G. G.; IRINEU, B. A. Diversidade sexual e de gênero e marxismo. São Paulo: **Cortez**, 2024.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **A violência contra pessoas negras no Brasil 2022**. Brasil, 2022a. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/11/infografico-violencia-desigualdade-racial-2022.pdf>. Acesso em: 28 de jun. 2023.

_____. **Violência contra meninas e mulheres no 1º semestre de 2022**. Brasil, 2022b. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/12/violencia-contra-meninas-mulheres-2022-1sem.pdf?v=v2>. Acesso em: 28 de jun. 2023.

GGB. **Dossiês elaborados pelo Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil**. GGB (Grupo Gay da Bahia). Brasil. GGB, 2024. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>. Acesso em: 06 fev. 2024.

GONÇALVES, R. **Quando a questão racial é o nó da questão social**. *Katálysis*, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/JGPd8LQgf3yWcxfrRWwjtFN/?format=pdf>. Acesso em: 28 de jun. 2023.

GORENDER, J. Categorias fundamentais. In: _____. **O escravismo colonial**. São Paulo: **Expressão Popular**/Perseu Abramo, 2016, p. 83-138.

GUERRA, Y. BATISTA, A. **A EXPRESSÃO "QUESTÃO SOCIAL" EM QUESTÃO: UM DEBATE NECESSÁRIO AO SERVIÇO SOCIAL**. Brasília (DF): *Temporalis*, n 42, p. 173–187, jul/dez, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22422/temporalis.2021v21n42p173-187>. Acesso em: 19 de mar. 2024.

GUERRA, Y. **TRABALHO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS ATUAIS AO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO**. In: *Serviço Social: formação, pesquisa e trabalho profissional em diferentes contextos* / Org. Edna Maria Goulart Joazeiro, Vera Batista Gomes. – Teresina: **EDUFPI**, 2020.

_____. **O potencial do ensino teórico-prático no novo currículo: elementos para o debate**. Florianópolis: *Revista Katálysis*, vol. 8, núm. 2, p. 147-154, jul/dez, 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1796/179616343002.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2024.

_____. Consolidar avanços, susperar limites e enfrentar desafios: os fundamentos de uma formação profissional crítica. In: *Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica* / Org. Yolanda Guerra, Alzira Maria Baptista Lewgoy, Carina Berta Moljo, Moema Serpa, José Fernando Siqueira da Silva. Campinas: **Papel Social**, 2018.

HELLER, A. **O Cotidiano e a história. Sobre os Preconceitos**. 11ª ed. São Paulo / Rio de Janeiro: **Paz e Terra**, 2016, Cap. 4. p. 43-63.

HOLLANDA, H. B. de. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais / organização e apresentação** Heloisa Buarque de Hollanda; 1. ed. - Rio de Janeiro: **Bazar do Tempo**, 2020.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. - 9. ed. - São Paulo: **Cortez**, 2015.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 12. ed. São Paulo, **Cortez**, 2007.

_____. **A questão social no capitalismo**. Temporalis, n. 3, Brasília, 2001. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf. Acesso em: 27 mar. 2023.

_____. **A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro**. Serviço Social e Sociedade: São Paulo, n. 120, p. 609-639, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/t7jmcDg9vPQG3bhmz3WTPCs/?format=pdf>. Acesso em: 10 dez. 2024.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41. ed. São Paulo: **Cortez**, 2015.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2024** / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2024a. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102144>. Acesso em: 10 jan. 2025.

IBGE. **Censo Demográfico 2022: favelas e comunidades urbanas: resultados do universo** / **IBGE**. Rio de Janeiro, IBGE, 2024b. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102134>. Acesso em: 10 jan. 2025.

IRINEU, B. A., SILVA, L., CANTALICE, L., BRETTAS, T., & CLOSS, T. **Crise Capitalista, Questão Social No Brasil E Diretrizes Curriculares Da Abepss**. Brasília (DF): Temporalis, n. 42, p. 6–15, jul/dez, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22422/temporalis.2021v21n42p6-15>. Acesso em: 19 jun. 2024.

IRINEU, B. A. **A política pública LGBT na agenda dos governos PT no Brasil: Tensões entre o “ineditismo” e a política conciliatória**. Serv. Soc. Rev., Londrina, v. 24, n.2, p. 566 - 583, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/39486/30155>. Acesso em: 08 out. 2024.

JÚNIOR, A. A. S. **A CULTURA PÓS-MODERNA NO SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE CRISE**. Temporalis, Brasília (DF), ano 16, n. 31, jan/jun. 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5634749.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2024.

PRADO JR., C. O sentido da colonização. In: _____. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: **Companhia das Letras**, 2011, p. 13-29

LIMA, R. de L. de. **Formação profissional em serviço social e gênero: algumas considerações**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 117, p. 45-68, jan./mar., 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/vHCTChb9g3JMwkNjYMjNTsc/>. Acesso em: 27 jun. 2024.

MARA, E.; BEZERRA, L. **A BUSCA COMO MEDIDA: A QUESTÃO SOCIAL NA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA**. Temporalis, Brasília (DF), ano 21, n. 42, p. 110–125,

2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/36512>. Acesso em: 17 jan. 2025.

MARCELINO, S. R. S. **Questões Contemporâneas: A Homossexualidade e os Novos Sujeitos Como Desafios Para o Serviço Social**. 2015. Disponível em: http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1315765266_ARQUIVO_FAZENDOGENEROTEXTOFINAL.pdf. Acesso em: 06 jan. 2022

MARINI, R. M. Dialética da dependência / uma ontologia da obra de Ruy Mauro Marini; org. e apr. De Emir Sader. Petrópolis, RJ: **Vozes**, 2000.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política: livro 1: O processo de produção do Capital / Karl Marx; Tradução de Rubens Enderle. - 3. ed. - São Paulo: **Boitempo**, 2023.

MARX, K. Contribuição à crítica da economia política. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves; Revisão de Carlos Roberto F. Nogueira. - 2.ed.- São Paulo: **Martins Fontes**, 1983.

MARX, K; ENGELS, F. Manifesto Comunista; Organização e Introdução Osvaldo Coggiola; Tradução do Manifesta Álvaro Pina e Ivana Jinkings. 1 ed. revista - São Paulo: **Boitempo**, 2010.

_____. A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846) / Karl Marx, Friedrich Engels ; supervisão editorial, Leandro Konder ; tradução, Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. - São Paulo: **Boitempo**, 2007.

MATTOS, M. B. **As lutas sociais no Brasil da pandemia: sinais de reorganização?** Niterói, RJ: Esqueda Online, 2020. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2020/06/19/as-lutas-sociais-no-brasil-da-pandemia-sinais-de-reorganizacao/>. Acesso em: 15 nov. 2023.

Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2022 / Acontece Arte e Política LGBTI+; ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais); ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos). – Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2023. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/wp-content/uploads/2023/05/Dossie-de-Mortes-e-Violencias-Contra-LGBTI-no-Brasil-2022-ACONTECE-ANTRA-ABGLT.pdf>. Acesso em: 28 de jun. 2023.

MOTA, A. E. **80 anos do Serviço Social brasileiro: conquistas históricas e desafios na atual conjuntura**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 128, p. 39-53, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/FFZHrwPtzhMZW5qDVKgRChd/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 08 de out. 2024.

MOURA, C. Quilombos: resistência ao escravismo / Clóvis Moura. – 5ª ed. - Teresina : **EdUESPI**, 2021.

_____. O racismo como arma ideológica de dominação. **Revista Princípios**, São Paulo, n. 34, 1994. Disponível em: https://www.escolapcdob.org.br/file.php/1/materiais/pagina_inicial/Biblioteca/70_O_racismo_como_arma_ideologica_de_dominacao_Clovis_Moura_.pdf. Acesso em: 01 de mar. 2023.

_____. População, miscigenação, identidade étnica e racismo. In: _____. Dialética radical do Brasil negro. São Paulo: **Anita Garibaldi/Fundação Maurício Grabois**, 2014a, p. 173-232.

_____. Características gerais. In: _____. Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas. São Paulo: **Anita Garibaldi/Fundação Maurício Grabois**, 2014b, p. 23-51.

NETTO, J. P. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. 8ª ed. **Cortez**, 2018.

_____. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social pós-64. São Paulo: **Cortez**, 2017.

_____. **Cinco notas a propósito da questão social**. Temporalis, n. 3, Brasília, 2001. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf. Acesso em: 26 mar. 2023.

_____. Transformações societárias e Serviço Social: Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, nº 50, p. 87-132, 1996.

NOGUEIRA, L.; PEREIRA, M.; TOITIO, R. O Brasil fora do armário: diversidade sexual, gênero e lutas sociais. 1. ed. São Paulo: **Expressão Popular**, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

PEREIRA, P. A. P. **Questão Social, Serviço Social E A Proeminência Das Desigualdades Antagonizadas**. Temporalis, Brasília (DF), ano 21, n. 42, p. 31-43, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/36849/24537>

SAFFIOTI, H. O poder do macho. São Paulo: **Moderna**, 1987.

_____. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. Petrópolis, **Vozes**, 1976.

_____. Gênero Patriarcado Violência. 2. ed. São Paulo: **Expressão Popular**, Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, G. G. da C. **Movimento LGBT e partidos políticos no Brasil**. Contemporânea v. 6, n. 1, p. 179-212 Jan.–Jun. 2016. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/393/162>. Acesso em: 08 de out. 2024.

SANTOS, J. S. “Questão social”: particularidades no Brasil. São Paulo: **Cortez**, 2012.

SANTOS, S. M. de M.; OLIVEIRA, L. **Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços**. Florianópolis: Rev. Katályces, v. 13 n. 1 p. 11-19 jan./jun. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HqLvNHVzXPJkDYSCHsb94hP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 de abr. de 2024.

SANTOS, S. M. de M. **O Pensamento Da Esquerda E A Política De Identidade: As Particularidades Da Luta Pela Liberdade De Orientação Sexual**. Recife, Universidade

Federal de Pernambuco, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/27471/1/TESE%20Silvana%20Mara%20de%20Morais%20dos%20Santos.pdf>. Acesso em: 10 de out. 2023.

_____. **Diversidade sexual: fonte de opressão e de liberdade no capitalismo**. Vitória: Argumentum, vol. 9, núm. 1, p. 8-20, jan/abr, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4755/475555259012.pdf>. Acesso em: 14 de jan. 2024.

SILVA, M. M. da. **O projeto ético-político do Serviço Social do ciclo petista à escalada da extrema direita**. R. Praia Vermelha, Rio de Janeiro, v.29, n. 2, p. 559-587, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/article/view/22839/17510>. Acesso em: 15 de set. 2024.

TREVISAN, J. S. Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4. Ed. Rio de Janeiro: **Objetiva**, 2018.

YAZBEK, M. C. **EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL BRASILEIRA EM TEMPOS DE DEVASTAÇÃO DO TRABALHO**. Temporalis, Brasília (DF), ano 21, n. 42, p. 16–30, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/37164>. Acesso em: 16 jan. 2025.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

UERJ. **Projeto de Currículo Pleno Curso de Graduação FSS/UERJ**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro Faculdade de Serviço Social. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: http://www.graduass.uerj.br/pdfs/curriculo_novo_2014.pdf. Acesso em: 12 out. 2024.

UFAM. **Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social. Ministério da Educação Secretaria de Educação Superior**. Universidade Federal do Amazonas de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais – IFCHS, Curso de Serviço Social. Manaus, 2019. Disponível em: [Projeto Pedagógico 2019 Serviço Social 04 12 2018.pdf](#). Acesso em: 10 out. 2024.

UFJF. **PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL**. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2023. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/facsocial/wp-content/uploads/sites/521/2022/05/Projeto-Pedag%C3%B3gico-2023-Faculdade-de-Servi%C3%A7o-Social.pdf>. Acesso em: 12 out. 2024.

UFMT. **Plano De Ensino, Gênero e Etnia**. Universidade Federal De Mato Grosso, Mato Grosso, 2023. Disponível em: <https://www1.moodle.ufmt.br/portalachademico/professor/plano-ensino/visualizar/curso/204/ano/2023/periodo/20231/codigoDisciplina/20426594/turma/F>. Acesso em: 12 out. 2024.

UFPA. **PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL. SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**. Universidade Federal Do Pará - Instituto De Ciências Sociais Aplicadas, Faculdade De Serviço Social. Pará, 2010.

UFPE. **Projeto Pedagógico Reforma Curricular - 2000 Atualizado em 2009**. Universidade Federal De Pernambuco - Centro De Ciências Sociais Aplicadas, Departamento De Serviço Social - Coordenação Do Curso De Graduação Em Serviço Social. Recife, 2009. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/20194/0/PROJETO+PEDAGOGICO+2.pdf/5cfd033b-8132-4751-a697-9bfc3dadbfca>. Acesso em: 10 out. 2024.

UFPR. **PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**. Ministério Da Educação Universidade Federal Do Paraná Setor Litoral. Matinhos, 2023. Disponível em: <https://litoral.ufpr.br/servicosocial/wp-content/uploads/sites/17/2023/10/PPC-Curso-de-Servico-Social-2024.pdf>. Acesso em: 12 out. 2024.

UFRJ. **PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**. Escola de Serviço Social UFRJ. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://ess.ufrj.br/images/graduacao_ess/nov.2020-Proj-Pedag-Final-informar-na-Congrega-de-abr.21.pdf. Acesso em: 12 out. 2024

UFRN. **PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL NA MODALIDADE PRESENCIAL**. Ministério Da Educação. Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte - Centro De Ciências Sociais Aplicadas,

Coordenação Do Curso De Serviço Social. Natal, 2019. Disponível em: https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/ppp.jsf?lc=pt_BR&id=2000068. Acesso em: 10 out. 2024.

UFSC. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social**. Universidade Federal de Santa Catarina - Centro Socioeconômico Departamento de Serviço Social. Santa Catarina, 2013. Disponível em: <https://dssestagio.paginas.ufsc.br/files/2012/11/Projeto-Pedag%C3%B3gico-do-Curso-de-Gradua%C3%A7%C3%A3o-em-Servi%C3%A7o-Social.pdf>. Acesso em: 12 out. 2024.

UNB. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social da UnB - Diurno**. Universidade de Brasília (UnB) Instituto Ciências Humanas (IH) Departamento de Serviço Social (SER). Brasília, 2011. Disponível em: https://www.ser.unb.br/images/Documentos/PPP_ServioSocial_UnB_curso_Diurno.pdf. Acesso em: 12 out. 2024.